UNI VERSI DADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FI LOSOFI A, LETRAS E CI ÊNCI AS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CI ÊNCI A POLÍ TI CA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CI ÊNCI A POLÍ TI CA

**CLAU SEWI TZ E A POLÍ TI CA - UMA LEI TURA DE *DA*
*GUERRA***

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciência Política, do
Departamento de Ciência Política da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, para obtenção do título de
Doutor em Ciência Política.**

Orientador: Prof. Dr. Oliveiros Silva Ferreira

São Paulo

2005

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**CLAUSEWITZ E A POLÍTICA – UMA LEITURA
DE *DA GUERRA***

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

São Paulo

2005

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho à memória de Luiz Batista Duarte, Luzo Batista Duarte e Reginaldo Batista Duarte. Ele se destina também a pessoas queridas que nos acompanham em nossa jornada: Helena Olga D'orazio Duarte, minha mulher Diana e meus filhos Victor, Rafael e Helena.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a amigos e colegas professores de convívio próximo, que de alguma maneira, contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho: Carlos Alberto Ungaretti Dias, Sílvio Rosa Filho, José Luiz dos Santos Niemeyer Filho, Angelita Matos Souza, Eduardo Barros Mariutti, Ari Ricardo Tank Brito José Antonio Pontes, Wanderley Lima, André Rego Viana, Carlos Eduardo Abreu Boucault e Sidney Pires. A todos eles, mais uma vez, muito obrigado.

Sou muito grato a minha mulher, Diana Patricia Ferreira de Santana, que muito me apoiou e ajudou na elaboração da tese, sempre compartilhando, discutindo, lendo tudo referente à elaboração desse texto.

Agradeço aos professores Gabriel Cohn, Amâncio Jorge Silva Nunes de Oliveira, Rafael Duarte Villa, Salvador Ghelfi Raza e José R. Novaes Chiappin que, em distintos momentos e de diferentes maneiras, contribuíram para esse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer sobremaneira ao meu orientador, Oliveiros Silva Ferreira, com quem aprendi muito mais do que aquilo que se espera de uma convivência acadêmica e profissional.

Agradeço à Rai, funcionária do Departamento de Ciência Política, por toda a atenção dispensada durante o Doutorado, que foi crucial.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento aos professores João Manuel Cardoso de Mello e Liana Aureliano, diretores da FACAMP, Faculdades de Campinas, cujo apoio institucional foi crucial e da maior importância. Sem ele, não teria conseguido desenvolver essa tese.

SUMÁRIO

Índice.....	01
Resumo.....	03
Abstract.....	03
Capítulo 1: Guerra e política: definições iniciais, lógica e gramática.....	05
Capítulo 2: A guerra como ação política forte: a lógica da guerra e os elementos comuns à guerra e à política	37
Capítulo 3: A gramática da guerra e as especificidades da guerra e da política.....	91
Considerações Finais.....	107
Referências Bibliográficas.....	111

ÍNDICE

Índice	01
Resumo	03
Abstract	03
Capítulo 1: Guerra e política: definições iniciais, lógica e gramática	05
1.1. Introdução: o que são guerra e política?.....	05
1.2. Formulação de problemas.....	16
1.3. Formulação de hipóteses.....	19
Capítulo 2: A guerra como ação política forte: a lógica da guerra e os elementos comuns à guerra e à política.....	37
Capítulo 2: A guerra como ação política forte: a lógica da guerra e os elementos comuns à guerra e à política	37
2.2. Caráter político da guerra e seu entendimento como ação política forte: objetivo, fim, estratégia, meio, fricção, probabilidades, acaso, elementos morais e físicos.....	45
2.2.1. Meio, objetivos, fins e estratégia.....	45
2.2.2. Probabilidades, acaso, fricção, elementos morais e físicos.....	69
Capítulo 3: A gramática da guerra e as especificidades da guerra e da política.....	91
3.1. A natureza e a essência da guerra e da política.....	93

3.2. A lei suprema de decisão pelas armas, o combate, o engajamento e o conflito.....	103
Considerações Finais	107
Referências Bibliográficas	111
a) Livros e textos de Clausewitz.....	111
b) Livros e teses.....	111
c) Artigos e textos avulsos.....	114
d) Dicionários e obras de referência.....	116

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: POLÍTICA, GUERRA, CLAUSEWITZ, AÇÃO POLÍTICA

A tese busca apresentar uma leitura do livro **Da Guerra**, do general prussiano Carl von Clausewitz. Tal leitura privilegia os aspectos decorrentes do entendimento de que a guerra faz parte da política e serve para a compreensão das ações políticas como um todo. O trabalho se vale do conceito de ação política de Bertrand de Jouvenel. Identifica a guerra como uma ação política forte que envolve não somente fortes sentimentos como também um caráter transformador da realidade. O texto busca responder o que significam a lógica e a gramática da guerra, idéia mencionada mas não desenvolvida por Clausewitz. Valendo-se do entendimento de que a lógica da guerra pertence à política e que esta orienta a condução da guerra em suas manifestações específicas, mostra-se como a guerra e a políticas têm aspectos em comum, principalmente no que se refere às ações políticas fortes, como as revoluções. Por fim, a tese explora o tema da gramática da guerra, referente às suas diferenças em relação à política, notadamente identificada com os aspectos ligados à violência, que não se faz presente necessariamente em todas as ações políticas.

ABSTRACT

KEY WORDS: POLITICS, WAR, CLAUSEWITZ, POLITICAL ACTION

This thesis aims to present a reading of Prussian general Carl von Clausewitz's book, **On War**. Such reading emphasizes the theoretical consequences from the understanding that war is part of politics and suits the explanation of all political actions. This work bases on Bertrand de Jouvenel's political action concept. It identifies war as a strong political action that involves strong feelings and passions and a changing nature of reality. The present text aims also to explain the meaning of logic and grammar of war, a Clausewitz's idea that was not well explained. Taking into account that the logic of war belongs to politics and this one guides the conduct of war in its specific manifestations, the author seeks to show how war and politics have several points in common. This can be observed mainly in strong political actions, such as revolutions. Lastly, it deals with grammar of war, concerned to differences with politics. These differences point to elements that are identified with violence, an issue that is not always present in all political actions.

“To Lucasta, going to the Wars”

Tell me not, Sweet, I am unkind,
That from the nunnery
Of thy chaste breast and quiet mind
To war and arms I fly

True, a new mistress now I chase,
The first foe in the field;
And with a stronger faith embrace
A sword, a horse, a shield.

Yet this inconstancy is such
As thou too shalt adore;
I could not love thee, Dear, so much,
Loved I not Honour more.

RICHARD LOVELACE (1618 - 1658)

“Os Homens Amam a Guerra”

[...]Os homens amam a guerra
E mal suportam a paz.

Os homens amam a guerra,
portanto,
não há perigo de paz.

Os homens amam a guerra, profana
ou santa, tanto faz.

Os homens têm a guerra como amante,
embora esposam a paz.

[...] Durante séculos pensei
que a guerra fosse o desvio
e a paz a rota. Enganei-me. São paralelas
margens de um mesmo rio, a mão e a luva,
o pé e a bota. Mais que gêmeas
são xifópagas, par e ímpar, sorte e azar
são o ouroboro- cobra circular
eternamente a nos devorar.
[...]Acabará a espécie humana sobre a Terra?
Não. Hão de sobrar um novo Adão e Eva
a refazer o amor, e dois irmão:
-Caim e Abel
-a reinventar a guerra.

Affonso Romano de Sant’Anna

Capítulo 1: Guerra e política: definições iniciais, lógica e gramática

Pretende-se nesse capítulo esclarecer o objeto da tese, suas principais questões e hipóteses. Tais etapas passam por definir guerra real e guerra absoluta em sua conexão com a política na acepção de Clausewitz. Busca-se também verificar os aspectos compatíveis entre guerra e política, dentre eles a guerra entendida como ação política forte - conforme a conceituação de Bertrand de Jouvenel - a guerra e a política dotadas de mesma lógica. Abordar-se-á também as especificidades que envolvem ambas a partir da idéia de que a guerra tem sua própria gramática. Tal diferenciação tem como contraponto a formulação clausewitziana de que a guerra e a política possuem a mesma lógica. As questões a serem respondidas na tese giram em torno do entendimento da lógica e gramática referidas. As hipóteses buscarão propor uma leitura do universo conceitual clausewitziano em **Da Guerra** mostrando a validade de se entender a gramática no âmbito da especificidade e da definição da guerra e a lógica no contexto em que a política orienta seu entendimento e sua manifestação e direcionamento frente aos inúmeros fatores a serem contemplados em uma dada realidade. Tal é o argumento que pretendemos apresentar a seguir.

1.1. Introdução: o que são guerra e política?

O objetivo deste texto é introduzir a proposição de uma leitura de um tratado sobre guerra¹, escrito por Carl Philipp Gottlieb von Clausewitz (1780-1831), influente general prussiano², concentrando-se nas suas formulações referentes à guerra e à política e a relação entre ambas. Tal escolha do objeto implica principalmente em entender a guerra em sua definição teórica e também como fenômeno concreto. O foco principal da presente tese não recairá sobre o modo completo pelo qual a guerra ocorre. Usando os termos clausewitzianos, não estaremos priorizando os desdobramentos táticos da guerra, ou seja, o uso das forças armadas no engajamento (CLAUSEWITZ, 1984: 128).

---

¹ **Da Guerra**, cuja edição norte-americana é a referência para a leitura que se pretende desenvolver (CLAUSEWITZ, 1984). A escolha da obra, dentre outras do autor em questão, está ligada ao fato de Clausewitz ter desenvolvido as relações entre guerra e política de modo mais maduro tardiamente, por volta de 1827, próximo à sua morte, quando da elaboração de alguns escritos políticos e de partes do tratado referido. Ver a respeito ARON, 1986b: 89.

² Para que se entenda o alcance dessa influência, consultar ARON (1986b e c), HOWARD (1984) e BRODIE (1984b).

Aborda-se tal objeto porque consideramos relevante investigar e refletir sobre as relações que a teoria da guerra clausewitziana guarda com a política e, em particular, com a teoria da ação política³.

Fundamentalmente, as formulações de Clausewitz chamam a atenção por sua definição sistemática, densa e complexa do fenômeno guerreiro e seu contingenciamento político, social e histórico. No seu dizer, o entendimento de cada guerra passaria pela compreensão de uma conjuntura específica, diferente de outras guerras: a “[...] guerra é um verdadeiro camaleão que sutilmente adapta suas características para o caso dado” (CLAUSEWITZ, 1984: 89, tradução nossa).

Passemos, pois, à definição de guerra do autor em questão. O objeto aqui citado, explorado logo no início de seu tratado, intitulado **Da Guerra**, começa assim a ser definido (1984: 75, tradução nossa, grifos do autor):

“Não deverei começar expondo uma definição pedante, literária da guerra, mas ir direto ao cerne da questão, o duelo. A guerra nada mais é que um duelo em escala maior. Inúmeros duelos vêm a formar a guerra, mas um quadro dela como um todo pode ser formado por um par de duelistas. Cada um tenta através da força física compelir o outro a fazer sua vontade; seu objetivo *imediato* é derrubar seu oponente de modo a torná-lo incapaz de uma resistência posterior.

A guerra é assim um ato de violência destinado a compelir nosso inimigo a fazer a nossa vontade. A violência, para se opor à violência, se vale das invenções da arte e da ciência. Junto à violência estão certas limitações auto-impostas, imperceptíveis, de pouca validade de menção, conhecidas como a Lei e costume internacionais, mas que dificilmente diminuem sua força. A violência – que é a violência física, já que a violência moral não existe, salvo como expressa pelo Estado e pela Lei – é assim o meio da guerra, impor nossa vontade ao inimigo é o fim. Assegurar que o fim que temos é o de desarmar o inimigo; e que, teoricamente é o verdadeiro objetivo da guerra. Isto toma o lugar do fim, descartando-se o entendimento de que não é parte da própria guerra”.

Em suma, não há espaço para limitações da violência física na guerra fundadas na lei, tampouco procede constatar uma violência moral. Nessa mesma perspectiva, completa o autor prussiano:

---

³ A idéia original da relação entre a guerra e a teoria da ação política pertence ao professor Oliveiros S. Ferreira. Entretanto, a apropriação de tal assertiva e de qualquer outra do autor referido para esse texto são somente de minha responsabilidade. Para referência sobre a formulação original, consultar FERREIRA, 1994: 34. Explicarei em caráter introdutório o sentido da teoria da ação política mais adiante nesse texto.

“As pessoas de bom coração poderiam certamente pensar que haveria alguma ingênua maneira de desarmar ou derrotar um inimigo sem muito derramamento de sangue, e poderia imaginar que este é o verdadeiro objetivo da guerra. Por mais interessante que isso pareça, é uma falácia que tem que ser exposta: a guerra é um assunto tão perigoso que os erros decorrentes da bondade são os piores” (*id.ib.*).

Nesse mesmo sentido, de acordo com Clausewitz, haveria um máximo uso da violência, de nenhuma maneira incompatível com o intelecto. Um lado em luta, ao usar a violência, é seguido pelo oponente que busca superá-lo. O outro oponente fará o mesmo. Trata-se da situação em que cada um impele o outro aos extremos. Dito de outra maneira, a guerra privilegiaria a confrontação e a aniquilação física; portanto, um uso da violência sem limites.

Contudo, tal definição se enquadra no que Clausewitz define como guerra absoluta, uma “fantasia lógica” (CLAUSEWITZ, 1984: 78, tradução nossa), um puro conceito de violência, um extremo caracterizado por um choque de forças operando livremente obedecendo a nenhuma lei a não ser suas próprias. Conforme a avaliação de Clausewitz, as guerras napoleônicas tenderam a se aproximar da forma absoluta na medida em que foram conduzidas com forte intensidade. Ou seja, sob o comando de Bonaparte, a França, em suas vitórias, lutou sem trégua, até os inimigos sucumbirem (CLAUSEWITZ, 1984: 580). Estando no campo dos extremos, a guerra absoluta pertence ao mundo abstrato, diferente do mundo real, e é, portanto, muito difícil de ser concretizada. Um exemplo da manifestação da guerra absoluta na realidade contemporânea seria o uso de armas atômicas ou nucleares. Tal episódio consistiria em uma manifestação extrema da violência, sem que a política apareça como elemento moderador de sua intensidade. Isso não significa que a política saia de cena na guerra absoluta.

De modo diverso, a guerra na sua forma real nunca ocorre como um ato isolado, repentino e desconexo de eventos prévios no mundo político, ou mesmo consistindo de um único decisivo ato ou um conjunto de atos, além de uma decisão perfeita e completa em si própria, sem influência de evento anterior que a situação política proporcionaria (CLAUSEWITZ, 1984: 78).

Então, o que é a guerra real?

É aquela que contempla toda sorte de obstáculos colocados pela realidade durante o desenrolar das hostilidades (situações múltiplas, inúmeros incidentes menores que não poderiam ser previstos em um planejamento teórico da guerra ou na presunção da pura disciplina dos soldados que cumprissem e executassem um plano de guerra e que seriam

englobadas pelo conceito clausewitziano de fricção), além de toda a complexidade, acaso e probabilidades que envolve cada guerra entendida em sua particularidade histórica, social e política. Na guerra real em geral, a tensão referente aos elementos em luta, durante o tempo em que as hostilidades se desenrolam, tem a sua energia descarregada em choques menores, descontínuos. Ou seja, não se aproxima da feição de um choque único que envolve toda a energia dos elementos em luta, própria da guerra absoluta (CLAUSEWITZ, 1984: 579) e a tendência ao extremo, por conta de sucessivos atos existentes no contexto real, é moderada (CLAUSEWITZ, 1984: 79). No entendimento de Clausewitz, todo plano de guerra está em um certo sentido situado entre os dois conceitos de guerra em questão:

“Se é esse o caso, se nós devemos admitir que a origem e a forma tomada por uma guerra não são o resultado de qualquer resolução última do vasto conjunto de circunstâncias envolvidas, exceto por aquelas qualidades dominantes. Segue que a guerra é dependente da interação de possibilidades e probabilidades, de boa e má sorte, condições nas quais o raciocínio estritamente lógico freqüentemente joga nenhum papel e pode ser sempre uma ferramenta intelectual inadequada e difícil. Segue, também, que a guerra pode ser uma questão de grau.

A teoria deve ceder a tudo isso; mas ela tem o dever de dar prioridade para a forma absoluta de guerra e fazer dessa forma um ponto geral de referência, de modo que aquele que aprender a partir da teoria torna-se acostumado a ter em vista aquele ponto constantemente, para medir todas as suas esperanças e medos através dela, e aproximando-a *quando ele pode* ou *quando ele deve*” (CLAUSEWITZ, 1984: 580-1, tradução nossa, grifos do autor).

A trindade que caracterizaria a guerra real e completaria sua definição como fenômeno total, comportaria três componentes que expressariam suas tendências dominantes. O primeiro componente englobaria uma violência original, uma hostilidade e uma animosidade, considerados como um impulso natural cego, todos ligados ao povo. Nesse contexto, as paixões que se manifestariam na guerra seriam inerentes ao povo. O segundo componente diria respeito ao jogo de probabilidades e do acaso que movem a livre alma criativa, que dependerá das características de seu comandante e de seu exército. Por fim, a subordinação da guerra à política e aos objetivos políticos, assunto de decisão exclusiva do governo de um Estado (CLAUSEWITZ, 1984: 89).

Aproveitando o ensejo da menção da política, citemos uma famosa e muito citada definição do general prussiano, chamada por Raymond Aron, importante comentador de Clausewitz, de “fórmula” (*formule*): “[...] a guerra não é um mero ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas por outros meios”, ou

ainda, com “a mistura de outros meios”⁴ (CLAUSEWITZ, 1984: 87 e 605, tradução nossa). Tal definição permite entender que a guerra pode ser comparada ao comércio e inserida nas relações sociais, já que “[...]é sobretudo parte da existência social do homem [...]”, “[...] um choque entre diferentes interesses maiores que é resolvido pelo derramamento de sangue – que é a única maneira em que ela difere dos outros conflitos”. Na mesma linha de argumento: “Mais do que compará-la à arte, poderíamos mais acuradamente compará-la ao comércio, que é também um conflito de interesses e atividades humanas [...]” e “[...] é *ainda* mais próximo da política, que pode por sua vez ser considerada um tipo de comércio em uma escala maior”. De modo correlato, “[...] a guerra em si não suspende as relações⁵ políticas ou as muda para algo inteiramente diferente [...]” e a “[...] decisão pelas armas é para as operações maiores e menores o que é o pagamento em espécie para o comércio”. (CLAUSEWITZ, 1984: 149, 605 e 97, tradução nossa e grifos do autor). Podemos nos valer da síntese de Aron. Em poucas palavras, “[...] a política e o comércio entre os estados, por meios não violentos, continuam enquanto as hostilidades se desenrolam” (ARON, 1986b: 158).

A política está presente somente na guerra real? Não. A própria definição de guerra, ligada à forma absoluta, enunciada por Clausewitz no início de seu livro, já referida nesse texto, contem os elementos que confirmam isso: a subordinação do inimigo à nossa vontade, desarmar o inimigo são termos que podem ser entendidos à luz da política, de impor nossa vontade a outros como ato de poder. É o próprio Clausewitz quem também admite que a sua definição inicial de guerra aqui citada⁶ contempla esse elemento, embora isso fique um pouco encoberto com a lei dos extremos (CLAUSEWITZ, 1984: 80).

Afinal, o que vem a ser, por sua vez, a política conforme Clausewitz?

Ele não faz uma definição sistemática e pontual desse conceito. A política está presente em todo o raciocínio referente à guerra no que se refere à destruição, submissão e desarmamento do inimigo, conquista de territórios e objetivos limitados, além da inteligência personificada da direção de um Estado, ou seja, de seu governo, bem como a própria política da instituição estatal, à qual a manifestação do fenômeno guerreiro serve.

---

⁴ Encontramos no texto original de Clausewitz, para essa passagem, o seguinte: “*mit Einmischung anderer Mittel*” (CLAUSEWITZ, 2002: 329). Penso que “envolvimento” e “entremistura” são traduções aceitáveis também, possíveis de substituir “mistura”, no que se refere a “*Einmischung*”.

⁵ Na tradução de Michael Howard e Peter Paret do alemão para o inglês, na qual me basearei fundamentalmente e traduzirei trechos nela usados para o português, encontramos “*intercourse*”. Na tradução do alemão para o francês de Denise Naville, “*relations*”. No original alemão, “*Verkehr*”, que pode ser traduzido também como “trânsito”, “circulação”, “tráfego”, “comércio”, “intercurso”.

⁶ Ver início do presente capítulo.

Em suma, nos parece, em um primeiro momento, que a análise da guerra é intrinsecamente ligada à política, e nos permite, em um certo sentido, até mesmo aplicar parte da conceitualização clausewitziana sobre a guerra à política. Isso permite dizer que estamos tratando essencialmente de coisas muito semelhantes ao abordarmos a guerra e a política?

Não exatamente. Há pontos em que ambas podem ser aproximadas e outros que as diferenciam.

Foi mostrado até aqui que a guerra pode ser compreendida à luz das relações humanas, sociais, políticas e, em um certo sentido, dentro das relações econômicas. Um dos aspectos mais importantes – que contribui para o sentido referido – da definição da ação guerreira é exatamente a reciprocidade de seu caráter, a interação entre as vontades em choque como uma manifestação necessariamente concreta, em que um dos lados em luta busca impor-se ao outro. Esse é um dos sentidos em que julgo ser possível aproximar a ação guerreira de uma ação política, que entendo ser um comportamento social desempenhado por um indivíduo ou coletividade em um contexto que envolva um conflito ou algo relacionado à disputa pelo poder.

Ora, pretende-se demonstrar também nesse trabalho que a guerra é uma ação política específica, a saber, uma ação política forte, que envolve paixão, na qual os homens se lançam de todo o coração, com coragem (JOUVENEL, 1963: 63-4). Nesse caso, os sujeitos da ação têm uma ligação de caráter patético, que causa comoção emocional ou tem uma influência tocante, pois deseja-se transformar o mundo, e no caso específico da guerra, atingir o fim (impor a vontade de uma organização, que no caso é um exército, ao adversário, um outro exército). A guerra se diferencia das ações políticas fracas, como normalmente o é o voto, atitude em que o sujeito da ação empresta pouca importância emocional, ao cumprir um ritual do qual não cogita abdicar e com o qual possui uma ligação simpática, afim. No entanto, não há de modo algum uma ligação patética. Mesmo que lhe seja facultado votar e o faça, trata-se ainda de uma ação política fraca, pois ela tem um alcance pequeno, menor no sentido de transformar o mundo e a realidade à sua volta. No entanto, o caráter patético pode estar presente no voto, se ele estiver associado a uma escolha que envolva uma transformação, um forte apego a valores ou idéias de ruptura, de mudança da realidade. Suponhamos que se trate da conjuntura da Alemanha de Weimar, em que o voto pode ser fraco, se destinado à Social-Democracia; no entanto, se for remetido aos Nacional-Socialistas ou Comunistas, pode ser forte, porque a escolha implica em uma ruptura com a ordem vigente em qualquer uma dessas últimas alternativas, além do apego a fortes valores e paixões.

Pensamos que é válido avançar e detalhar essa definição. Abordemos ainda as duas possibilidades de uma ação política. Uma primeira se refere a um contexto de conflitos pelo poder em que os lados em luta poderiam alcançar um mínimo e um máximo na disputa em termos do resultado a ser alcançado. Em outras palavras e a título de exemplificação, uma disputa eleitoral – estamos nos referindo a uma ação política fraca, pelo menos na maioria das vezes - no contexto de uma democracia representativa contemporânea - poderia possibilitar ganhos, ainda que limitados, para os lados concorrentes, mesmo que um ou alguns deles saiam perdedores. De modo diverso, tomando como exemplo uma insurreição armada ou uma eleição cujos desdobramentos são violentos ou envolvem um sentido patético, com um alcance de transformação do mundo e da realidade – e no contexto, portanto, de uma ação política forte – temos um jogo de soma-zero, isto é, um dos lados ganha tudo e o outro perde tudo ou é aniquilado; ou ainda, o lado perdedor sofre uma derrota significativa em que há ganhos ínfimos ou pouco significativos. Sendo a guerra absoluta ou real, ela seria sempre uma ação política forte. A insurreição armada pode ser um exemplo de um ponto de aproximação entre a guerra e a política. Como afirma Pierre Naville:

“É toda a concepção da guerra, do conflito, que é a forma mais elevada da política em certos momentos [...]. A guerra [...] na sua mais alta forma, é o remate momentâneo, dentro de certas condições, como a insurreição é o momento decisivo da revolução sem estar nisso toda a revolução” (NAVILLE, 1955: 31, tradução nossa).

Lenin e Hitler, no auge da consolidação de seus respectivos poderes, fizeram uso da violência tal como na guerra: desarmando e aniquilando seus inimigos. Lenin, estando à frente da Revolução Bolchevique Russa de 1917, que teve no seu auge a insurreição que levou ao controle da Rússia pelo Partido Operário Social-Democrata Russo. Hitler chegou ao poder em parte por meio de eleições (em que mais de um terço do eleitorado participante optou pelo seu partido em uma escolha com sentido de ação política forte) e outras ações, alianças, além do uso da força, que possibilitaram sua ascensão à frente do Estado alemão.

Conforme visto acima na trindade que a define, a guerra envolve, entre outras tendências, paixão, hostilidade, animosidade. Clausewitz enumera dois motivos que levam os homens a lutarem em uma guerra: sentimentos hostis e intenções hostis; essas últimas também servem de base à sua definição do fenômeno guerreiro, uma vez que constituem um elemento universal (CLAUSEWITZ, 1984: 76). Elementos, portanto, que podem estar ligados a uma ação política forte. Também pode ser assim já que os resultados da guerra implicam na transformação do mundo e da realidade, pois busca-se impor a vontade sobre o inimigo.

Por que aproximar a noção de guerra de Clausewitz da noção de ação política conforme o autor que a define, Bertrand de Jouvenel? Como compatibilizar tais perspectivas se, em suas respectivas formulações e definições, são distintas? Ou seja, como justificar tal associação de conceitos se cada matriz teórica e metodológica é diferente e eles têm contextos históricos diversos? Seria a abordagem de Jouvenel de uma política “pura” uma possibilidade de aproximar tais conceitos, na medida em que Clausewitz aborda o fenômeno guerreiro na sua feição absoluta em uma perspectiva de uma “teoria pura”?

Abordemos primeiro as diferenças. Como se sabe, o contexto histórico-intelectual dos dois autores é distinto. Clausewitz viveu no período correspondente à Revolução Francesa e às guerras napoleônicas⁷, tomando parte em várias delas. Jouvenel é um ensaísta, jornalista e professor universitário do século XX que reflete sobre a história e a política contemporâneas. Em parte, já abordamos a perspectiva teórica de Clausewitz. Como entender a perspectiva de Bertrand de Jouvenel?

Ele distingue o seu enfoque político a partir de duas perspectivas: a normativa e a descritiva ou positiva. O que vem a ser as funções normativa e descritiva (ou positiva ou representativa) no que se refere a uma teoria?

Bertrand de Jouvenel situa tal entendimento no contexto mais amplo da ciência política, em seu entender, rica em teorias normativas e pobre em teorias representativas (JOUVENEL, 1963: 56). Sua ênfase na abordagem da política como ciência recai sobre o caráter descritivo ou representativo, sem, no entanto, excluir completamente de seu enfoque o caráter normativo (JOUVENEL, 1963: 13).

Por caráter descritivo o autor em questão define a descrição de fenômenos observáveis, que podem ser descritos, relatados. Por sua vez, o caráter normativo possui um enfoque prescritivo, de preceitos, com uma ênfase teórica. Tal é o exemplo do caráter normativo:

“O modelo de Rousseau da Assembléia democrática é aquele no qual todos os que serão afetados por uma decisão participam dessa decisão (*sic*); cada um entre eles age em conformidade com o bem comum e se filia unicamente a seu próprio julgamento sem estar influenciado pela opinião dos outros. Evidentemente esse modelo não é descritivo” (JOUVENEL, 1963: 13, tradução nossa).

---

⁷ Um bom panorama do contexto histórico-intelectual referente a Clausewitz pode ser encontrado em HOBBSAWM (1996), PARET (1985) e GAT (2001: 141-200).

Muitas vezes, a teoria política, associada com tal caráter normativo, aparece como uma coleção de teorias individuais (chamadas por Jovenel de doutrinas) que figuram lado a lado, sendo cada uma impenetrável ao aporte de novas observações e à introdução de novas teorias. Nas ciências positivas, de caráter predominantemente descritivo, as teorias formam um conjunto integrado, o que implica que as teorias do passado são descartadas, como aconteceu com a de Ptolomeu no que se refere à teoria da astronomia e a de Paracelso na teoria da química. As teorias dessas ciências exemplificadas progridem através dos tempos e dão conta de um conjunto crescente de fenômenos (JOUVENEL, 1963: 55). No entanto, Jovenel reconhece alguns limites do enfoque positivo na ciência política:

“Os perigos da abordagem positiva não são ainda evidentes posto que estudos desse gênero são consagrados às ações políticas ‘fracas’, como o voto. Eu falo da ação política fraca porque ela é precisamente uma descoberta daqueles estudos em que os eleitores não são tão aptos nem sinceramente preocupados. A ação política forte é aquela que inspira uma forte paixão e dentro da qual os homens se entregam de coração. A imagem da política susceptível de emergir da análise das ações políticas fortes pode ser sugestiva do pior” (JOUVENEL, 1963: 63-4, tradução nossa).

Por sua vez, a idéia de uma política “pura” também é distinta daquela que poderia ser sugerida a partir de uma leitura de Clausewitz, pois aponta para uma espécie de conceitualização geral sobre a política:

“O adjetivo ‘puro’ no título⁸ denota a intenção de apresentar formas de relações, independentemente de conteúdos específicos que são aptos a receber. Eu não conheço ciência que não use expressões estruturais ‘vagas’, fornecendo um modo genérico de formulação de fenômenos particulares. É muito difícil na Política entrar em acordo sobre tais enunciados, por causa da forte carga afetiva das palavras, de sorte que não importa qual articulação evoque o auditor de imagens particulares e que ponha em jogo juízos de valor. É uma matéria em que o mal-entendido é tão provável que não tenho como hesitar em evitar tomar os caminhos mais difíceis.” (JOUVENEL, 1963: 14, tradução nossa)

Distinta também é a perspectiva do que seja uma teoria para o ensaísta francês⁹, na qual

---

⁸ Alusão ao título da obra de Bertrand de Jovenel (em sua versão francesa) que se toma para referência nesse texto, **De La Politique Pure**, ou seja, **Da Política Pura**.

⁹ Jovenel faz essa advertência face ao título que seu livro **De La Politique Pure** assumiu em sua versão inglesa, englobando também a palavra “teoria”: **The Pure Theory of Politics**, isto é, **A Teoria Pura da Política**.

“[...] deve-se escolher conceitos entre aqueles em que se supõe certas relações de dependência e, dessa maneira elabore um ‘modelo’ que simule a realidade. Essa atividade do espírito é habitualmente considerada como a elaboração de uma ‘teoria’ nas outras ciências que não as políticas. Os modelos assim obtidos desempenham desse modo uma função representativa; eles não têm um valor normativo” (JOUVENEL, 1963: 13, tradução nossa).

Feitas essas ressalvas, como aproximar o enfoque de Clausewitz e Jouvenel?

A política, conforme o autor francês, está ligada à ação humana, Jouvenel define a política como

“[...] todo esforço sistemático, acompanhado em qualquer lugar que seja do campo social para levar aos homens à busca de qualquer desígnio pretendido pelo ator” (JOUVENEL, 1963: 55, tradução nossa).

O caráter do fenômeno político, tal como definido por Jouvenel, a partir de uma proposta de

“[...] descer ao último grau de simplicidade possível, [...] se apresenta essencialmente sob a forma de relações entre indivíduos. Isso não implica uma visão ‘atomística’ da sociedade, mas decorre simplesmente dessa tautologia que os elementos mais simples são os ‘átomos’” (JOUVENEL, 1963: 12, tradução nossa).

Penso que tal modo de explicar possui semelhança com a metáfora a partir da qual Clausewitz procura explicar a guerra, o duelo. Se tomarmos a guerra na sua perspectiva simplificada, molecular, ela é o duelo e é composta por vários deles, ou seja, duelos em larga escala. Além disso, pode-se compatibilizar tal perspectiva com a busca da imposição da vontade sobre o oponente, como vimos acima na primeira definição de guerra de Clausewitz.

Outro ponto que deve ser explorado, conforme a formulação clausewitziana, é a insuficiência da abordagem do fenômeno guerreiro somente do ponto de vista de uma teoria, ou seja, a compreensão de que a guerra não comporta unicamente uma teoria prescritiva¹⁰, para usar a terminologia de Jouvenel. Além disso, Clausewitz entende que a teoria não pode ser entendida como uma espécie de manual para a ação ou mesmo uma doutrina, conforme atesta o trecho a seguir de parágrafo intitulado “A teoria deveria ser estudo, não doutrina”, presente no capítulo 2 do livro 2 de seu tratado:

“[...]A teoria terá cumprido sua principal tarefa quando for usada para analisar os elementos constitutivos da guerra, para distinguir o que à primeira vista parece confuso, explicar por

---

¹⁰ Ver nota 14 sobre a perspectiva clausewitziana da insuficiência de abordagem da guerra em termos de uma ciência. O texto abordará logo abaixo também os limites do tratamento da guerra a partir de uma teoria conforme o general prussiano.

completo as propriedades dos meios empregados e mostrar seus prováveis efeitos, definir claramente a natureza dos meios em vista, e iluminar todas as fases da guerra em uma completa investigação crítica. A teoria então torna-se um guia para qualquer um que quiser aprender a guerra a partir dos livros; iluminará seu caminho, facilitará seu progresso, treinará seu julgamento, e ajudará a evitar possíveis erros” (CLAUSEWITZ, 1984: 141, tradução nossa).

Entendimento semelhante pode ser encontrado na acepção juveneliana, na medida em que é identificada mais com a observação de fatos da realidade do que com aspectos normativos, exclusivamente teóricos. O que não significa que Jovenel ignore de todo os aspectos teóricos, normativos da política. Por fim, abordemos o tema da natureza da guerra e da natureza da política. A maior parte dos elementos aqui abordados na definição de guerra compõe o que Clausewitz chama de “natureza da guerra” (CLAUSEWITZ, 1984: 75-89). Por sua vez, na definição de política, os pontos abordados na conceituação de Jovenel compõem o que ele chama de “natureza da ciência política” (JOUVENEL, 1963: 53-68). Portanto, encontramos na idéia de “natureza”, sobre a qual abordaremos mais à frente, um ponto epistemológico de aproximação entre as formulações do professor francês e do general prussiano.

Em outras palavras, o enfoque de Clausewitz, em um certo sentido se aproxima daquele de Jovenel na medida em que também combina elementos de observação da realidade e da história com a teoria. Não nos esqueçamos da já apresentada análise da guerra associando teoria e realidade em dois conceitos sobre a guerra referentes a esses âmbitos.

Em um primeiro momento, tendo em vista os elementos acima explicados, penso que podemos definir a política em geral essencialmente como ação política.

Feita essa advertência inicial, que perguntas podem apontar a relação entre guerra e política no pensamento de Clausewitz? Em outras palavras, como problematizar o objeto aqui abordado de modo a buscar identificar semelhanças e peculiaridades entre guerra e política? É o que pretendo abordar a seguir.

1.2. Formulação de problemas

A famosa “fórmula” clausewitziana que relaciona guerra e política já citada, suscitou interpretações estranhas ao pensamento do general prussiano.

O entendimento de que a guerra seria redutível à política ou mesmo que guerra e política fossem termos intermutáveis na “fórmula” em questão exemplificariam essa perspectiva. Em outras palavras, tomar-se-ia a guerra como política ou que a guerra seguiria as orientações de um Estado com vistas ao aumento crescente de poder com relação aos outros, estando o exército identificado com a vontade da instituição estatal. Ou ainda, que as relações interestatais sejam restritas aos desdobramentos militares dos contatos diplomáticos ou com vistas à correlação de forças tendo no horizonte a próxima guerra. Em outras palavras, a guerra serviria à política e vice-versa, leitura que apontaria para uma filosofia militarista das relações interestatais¹¹, leitura da qual o próprio Aron admite ter sido tributário num primeiro momento¹² (ARON, 1986b: 159-161).

A título de exemplo, outra interpretação, de modo semelhante, aponta que a concepção clausewitziana de guerra tem como consequência o entendimento da política como o acesso a um sistema de concorrência interestatal regido por uma lógica de escalada e de guerra total (ARANTES, 2003: B31).

Na mesma direção, o historiador John Keegan efetua leitura de Clausewitz criticando-o por não contemplar a cultura na conceituação do fenômeno guerreiro (KEEGAN, 1996: 19-

---

¹¹ Tal entendimento é identificado por Aron na “Introdução” de Anatol Rapoport a uma edição britânica incompleta de **Da Guerra**, que omite os livros V (“Forças Militares”), VI (“Defesa”), VII (“O Ataque”) e várias partes do livro VIII (RAPOPORT, 1968: 24). Tal “mutação” parece ter forte relação com a leitura equivocada de Clausewitz efetuada por Rapoport.

¹² Aron diz respeito a **Paz e Guerra entre as Nações** (1986a), obra anterior à sua grande análise de Clausewitz, intitulada **Pensar a Guerra, Clausewitz** (1986b e 1986c). Um trecho da primeira seria ilustrativo desse entendimento: “Diante da idéia da guerra levada ao extremo, Clausewitz sente uma espécie de horror sagrado, de fascínio, comparável ao que seria inspirado por uma catástrofe atômica. A guerra, na qual os adversários vão até o fim da violência para vencer a vontade do inimigo que resiste obstinadamente, aparece aos olhos de Clausewitz, como grandiosa e terrível. Toda vez que houver uma confrontação de grandes interesses, a guerra tende a se aproximar da sua forma absoluta. Filósofo. Clausewitz nem se congratula nem se indigna com isto” (ARON, 1986a: 72). Na segunda

28) e sugere que Clausewitz define a guerra como tendo o propósito de servir a um fim político, ao passo que a natureza da guerra seja apenas aquela de servir a si mesma. A partir dessa lógica por ele reputada a Clausewitz, seria possível concluir que a guerra é um fim em si mesmo e os que endossariam tal assertiva teriam mais sucesso em relação àqueles que buscariam moderar o caráter da guerra em função de objetivos políticos. A demonstração prática de tudo isso seria a escalada militar gigantesca produzida pela mobilização dos exércitos europeus e suas respectivas sociedades durante a Primeira Guerra Mundial, levando a catastrófico resultado em função da grande destruição e número de mortes. Essas razões credenciariam a Clausewitz a paternidade ideológica desse conflito (KEEGAN, 1996: 39).

Ainda no mesmo diapasão e formuladas antes de todas as críticas já mencionadas, encontramos as objeções bastante contundentes do historiador militar britânico Basil Henry Liddell Hart, apontando Clausewitz como pai intelectual das idéias postas em prática na Grande Guerra. Para Liddell Hart, Clausewitz seria o ‘Mahdi’¹³ das massas e massacres mútuos” (*apud* ARON, 1986c: 9) porque graças à influência de suas idéias, as orientações militares naquele conflito teriam “exaltado o choque direto dos exércitos sem manobra através da concentração de uma força superior sobre o campo de batalha ou sobre o ponto decisivo da frente”. Conforme Aron demonstra, tal leitura deve-se muito mais aos discípulos de Clausewitz e suas leituras equivocadas do que à essência de seu pensamento (ARON, 1986c: 9-10 e 19-53).

Portanto, os entendimentos de Rapoport, Arantes, Keegan e Liddell Hart expressariam uma definição da política por Clausewitz próxima à guerra numa perspectiva de banalização, trivialização ou ainda “naturalização” da violência.

Cabe aqui desenvolver a relação meio-fim que diferencia a guerra da política, a fim de desfazer tal equívoco. Conforme demonstramos na citação de Clausewitz acima em que se define guerra, *a violência é o meio da guerra*. Não se pode entender a guerra como algo única e exclusivamente vinculado à força nas relações interestatais.

Ademais, no que se refere à política e, mais especificamente, à ação política, ela pode ser fraca ou forte. Não se pode entender sempre a política como algo referente a uma ação política forte. No que se refere à guerra, ele sempre o será. Como a política se vale também da

---

obra, Aron admite explicitamente também que o enfoque antes apresentado não lhe satisfaz mais (ARON, 1986b: 12-3).

¹³ Conforme nota do tradutor do livro de Raymond Aron, trata-se de “home dado ao enviado de Alá, esperado para completar a obra de Maomé” (ARON, 1986c: 9).

guerra e de seu meio específico, conforme a definição clausewitziana, não se pode igualar a guerra à política.

Outros pontos dignos de menção do sistema conceitual clausewitziano são lembrados por Aron para explicar melhor a diferença entre política e guerra na acepção clausewitziana (ARON, 1986b: 158-165). O fim da guerra pode ser entendido também como a paz (CLAUSEWITZ, 1984: 91 e 143), ainda que não exatamente isso, mas uma *certa paz*. Afinal, o general prussiano entende que a guerra envolve o conflito de grandes interesses manifestado pelo derramamento de sangue, em função dos fins incompatíveis dos beligerantes. É o caráter normal por excelência do fenômeno guerreiro e não a apologia do militarismo. A paz está ligada ao êxito de um dos beligerantes e serve de meio à vitória.

Outro ponto negligenciado pelas interpretações em questão é a formulação clausewitziana da superioridade da defesa sobre o ataque. Da mesma maneira deve ser vista sua inclinação por um certo equilíbrio entre os Estados na Europa.

No mesmo contexto, pode-se elencar seu entendimento de que a guerra é uma política que trava batalhas ao invés de enviar notas. Outro ponto que desmente o caráter intermutável entre guerra e política é a recomendação de Clausewitz de que não se delegue ao chefe militar todos os meios possíveis para que ele decida em caráter estritamente militar, tampouco que ele tenha poderes absolutos. Ao contrário, deve haver a subordinação do comandante-em-chefe dos exércitos ao poder civil, mesmo durante o curso das hostilidades. Outro ponto relevante é a pluralidade dos fins ao nível da estratégia, que é definida por Clausewitz como o uso dos engajamentos para o fim da guerra (CLAUSEWITZ, 1984: 128).

Assim, a guerra não é de modo algum um fim em si mesmo, visando somente o próximo enfrentamento militar ou mesmo concebendo uma definição em que a ela são subordinadas todas as outras dimensões das relações interestatais. Esse reducionismo perde de vista a diversidade histórica das guerras e a heterogeneidade de cada uma delas. Visar somente a vitória, conforme observa Aron, daria à guerra um caráter autônomo, independente (ARON, 1986b: 159). Conforme o primeiro esboço conceitual já elaborado, a guerra absoluta – que teria uma feição extremada da violência – dificilmente se impõe na realidade, tendo em vista vários aspectos e, entre eles, a primazia da política e, portanto, o contingenciamento da guerra pela política, pelos objetivos políticos. Ora, sob a perspectiva política, não se impõe necessariamente uma vitória total em um conflito bélico. Conforme já discutimos anteriormente, é perfeitamente concebível vislumbrar a paz como fim, seja com o desarmamento do inimigo, seja com a conquista de um determinado território. Foge ao escopo

da presente tese discutir a fundo todas essas questões. Entretanto, o aspecto dos pontos em comum e diferentes envolvendo guerra e política está em pauta.

As formulações do parágrafo anterior estão em conformidade com aquilo que o próprio Clausewitz destaca: a guerra não é um fim em si mesmo. Portanto, “[...] *a guerra é somente uma parte da atividade política*[...]” e “[...] *em nenhum sentido é autônoma*” (CLAUSEWITZ, 1984: 605, tradução nossa e grifos do autor).

Como desdobramento dessa formulação, Clausewitz chega a uma importante diferenciação: a guerra pode não ter sua própria lógica, porém, a guerra tem sua própria gramática (CLAUSEWITZ, 1984: 605). Isso nos leva aos problemas que constituem o principal foco dessa tese. *O que é a lógica da guerra? Por sua vez, o que é a gramática da guerra?*

1.3. Formulação de hipóteses

A menção de “gramática” que nos interessa no tratado de Clausewitz (CLAUSEWITZ, 1984: 605) aparece no livro VIII, capítulo 6B:

‘Nós sustentamos, ao contrário, que a guerra é simplesmente uma continuação do intercuro político, com a adição de outros meios. Nós deliberadamente usamos a frase com ‘a adição de outros meios’ porque nós também queremos deixar claro que a guerra em si não suspende o intercuro político ou o muda para algo inteiramente diferente. No essencial esse intercuro continua, independente dos meios que ele emprega. A principal linha na qual os eventos militares progridem, e às quais eles estão restritos, são linhas políticas que continuam através da guerra até a paz subsequente. Como poderiam ser de outra maneira? As relações políticas entre povos e entre seus governos param quando as notas diplomáticas não são mais trocadas? A guerra não é uma outra expressão de seus pensamentos, uma outra forma de discurso ou escrita? Sua gramática, de fato, pode ser própria, mas não sua lógica’ (CLAUSEWITZ, 1984: 605, tradução nossa).

Clausewitz não retoma tampouco desenvolve, explica o significado de tal metáfora que envolve a lógica e a gramática da guerra. Busquemos, pois, entendê-la.

O sentido de “gramática” no trecho referido está relacionado ao significado de “conjunto de regras de uma arte, de uma ciência, de uma técnica, etc.” (HOUAISS e VILLAR, 2001:1474).

Considerando que Clausewitz enuncia a guerra como uma arte também¹⁴, em um primeiro momento, entende-se que tal definição seja coerente com o sentido que se pretende desenvolver. Portanto, o que vem a ser especificamente a gramática da guerra?

A gramática seria atinente àquilo que é necessariamente próprio da guerra e as suas regras, manifestações e leis específicas, mas não, em todos os casos, próprio da política: impor a vontade ao adversário ou aniquilar suas forças, recursos e tudo que se encontra em seu território, destruí-lo ou mesmo a possibilidade de usar da violência, bem como o seu efetivo emprego.

A gramática da guerra diz respeito, entre outras coisas, a um princípio fundamental da formulação clausewitziana: o aniquilamento do inimigo. Ou ainda, aquilo que é peculiar ao fenômeno guerreiro: o engajamento¹⁵. Portanto, formulo uma primeira hipótese a ser defendida nesse trabalho: *a gramática da guerra deve ser entendida como um conjunto de elementos ligados à violência como extremidade lógica ou ao engajamento como peculiaridade do fenômeno guerreiro, o que guarda uma relação com o que Clausewitz define como leis da guerra, no sentido da influência de Montesquieu sobre seu pensamento. Em outras palavras, conforme as leis que regem a guerra, baseadas nas relações necessárias que resultam da natureza das coisas, a gramática da guerra diz respeito às leis que regem a*

---

¹⁴ Clausewitz admite a guerra tanto como arte quanto como ciência. A definição de guerra usada na primeira citação de Clausewitz refere ao uso das invenções da arte e da ciência para que a violência se oponha à violência, o que, em certo sentido, ilustra isso. Entretanto, Clausewitz o faz com muitas ressalvas. Muitas fontes da arte são científicas, como a matemática. Porém, vários elementos da realidade e, portanto, da guerra, não são passíveis de avaliação científica no sentido de conhecimento como objeto puro, caráter reputado por Clausewitz à matemática e à astronomia. Isso porque o enfoque científico nesses termos não dá conta do acaso, das múltiplas probabilidades, dos fatores morais (psicológicos) e de toda a complexidade da realidade e da guerra. Essa análise credencia a guerra como algo pertencente muito mais às relações sociais, às questões humanas, que à ciência e à arte. A guerra envolve uma vontade cujo destinatário é animado e, portanto, reage. Ao contrário, a arte e a ciência envolvem fundamentalmente uma vontade direcionada a algo inanimado (CLAUSEWITZ, 1984: 133-149). Nas artes, haveria o senão em relação a uma total passividade, como seria possível observar nas “[...] artes mecânicas ou em algo que é animado, porém passivo e silencioso, como é o caso da mente e das emoções humanas nas belas-artes” (CLAUSEWITZ, 1984: 149, tradução nossa).

¹⁵ “Para essa atividade de luta Clausewitz algumas vezes usou a palavra *der Kampf*, mas mais freqüentemente, e de certo modo confuso, *das Gefecht*. O problema com *das Gefecht* é que pode significar duas coisas distintas. Pode por um lado significar a atividade de luta em geral; mas pode também indicar um tipo específico de uma luta, limitada em tempo e escopo, que na terminologia militar britânica é chamada pelo anódino termo ‘the engagement’ [‘o engajamento’]. Uma tradução mais exata é disponível no inglês americano na palavra ‘combat’ [‘combate’], que expressa exatamente a ambigüidade do original, como uma atividade tanto geral ou específica. Mas essa ambigüidade é confusa para nossos propósitos, e a palavra ‘engagement’ [‘engajamento’] expressa muito bem essa distinta confrontação de forças que Clausewitz normalmente quis dizer com o termo; confrontação limitada *em escopo* pela capacidade de um único indivíduo controlá-la, e *no tempo* pela

guerra como objeto isolado e específico, ao nível abstrato de reflexão ou que fazem a guerra real se aproximar de tal âmbito. Dentro desse contexto, a guerra possui suas peculiaridades: a possibilidade do aniquilamento, o uso ou a possibilidade do emprego concreto da violência, o engajamento, enfim tudo o que se relaciona especificamente à guerra. Portanto, a gramática diria respeito às particularidades, às leis isoladas da guerra, tomada teoricamente e separadamente em relação à realidade e que também estariam presentes em algumas manifestações reais do fenômeno guerreiro quando este se aproximasse dos extremos. Ressaltamos que o principal elemento da gramática é a violência, mas não é o único.

Isso significa que a gramática está desprovida de uma lógica interna? Não. Então, como entendê-la? No que se refere à gramática, qual a relação necessária que deriva da natureza das coisas? De algum modo, poderá ser o sentido de gramática estar ligado à língua alemã e suas regras como metáfora para explicar a guerra?

Penso que se faz necessária outra definição. Primeiro, a conceituação de lógica no contexto aqui abordado: ‘maneira por que necessariamente se encadeiam os acontecimentos, as coisas ou os elementos de natureza efetiva’, ‘encadeamento coerente de alguma coisa que obedece a certas convenções ou regras’ (HOUAISS e VILLAR, 2001: 1778).

A lógica da gramática se relaciona a tudo que é específico da guerra, como foi frisado desde as primeiras definições: o derramamento de sangue, o engajamento, aniquilar, destruir o inimigo. Entender a guerra em sua natureza, em parte, significa reconhecer esses pontos como aspectos que somente a guerra possui.

Portanto, a guerra é uma outra maneira da política de um Estado ser manifestada para com outro. Está contida no conjunto, no universo mais amplo da política mas possui aqueles elementos próprios que a tornam diferente de outras ações políticas e, nesse sentido, a relação que deriva da natureza do choque violento de interesses entre dois ou mais Estados envolve tudo o que não é feito por meios pacíficos. A gramática, como metáfora, não está ligada à língua alemã e às suas regras. Clausewitz se refere a uma diferente maneira dos povos e respectivos governos expressarem uma política específica de um dado Estado, política essa que tem um meio próprio. Tal maneira concerne à diferença da guerra de outros fenômenos do mundo político, indicando que sua natureza é violenta, envolvendo o choque entre Estados. Em uma palavra, *a gramática diz respeito a tudo o que é específico da guerra, o que significa*

que guerra não é necessariamente sinônimo de política. O caráter próprio, diferenciado da guerra faz com que ela tenha sua própria gramática.

Por sua vez, como entender a lógica da guerra?

Como segunda hipótese, enuncio que a lógica da guerra estaria contida no universo político conflitivo histórico, real, social e das probabilidades, acaso e toda sorte de complexidade em que a guerra se insere. A lógica da guerra é essencialmente política porque diz respeito aos interesses e objetivos dos Estados beligerantes. Assim, em consonância com tal lógica, buscar-se-á enfrentar e lidar com diversos elementos da realidade na consecução dos objetivos e interesses referidos. Os desígnios, objetivos e interesses políticos articulam, orientam, encadeiam, contingenciam a condução da guerra em vista dos vários aspectos a serem considerados em uma dada realidade. Julgamos fundamental essa última formulação uma vez que não pretendemos confundir a lógica da guerra com a natureza da guerra. Ainda com o intuito de evitar confusões, a natureza da guerra diz respeito aos elementos essenciais da definição da guerra nos já referidos âmbitos real e absoluto.

Com tal hipótese, não quero sugerir que seja concebível relacionar a guerra com a política somente na manifestação real do fenômeno bélico. A política é eclipsada pelas leis dos extremos e somente aparentemente se faz ausente na forma absoluta da guerra (CLAUSEWITZ, 1984: 78 e 88).

Quais elementos sustentam essas hipóteses?

Em primeiro lugar, Montesquieu é o autor mais influente sobre Clausewitz. Uma expressão típica de Montesquieu, que sugere uma explicação centrada na ‘natureza das coisas’, se faz presente em várias definições clausewitzianas, também focadas no termo ‘natureza’¹⁶. Empreendemos tal raciocínio em vista da já referida influência montesquiana e da recorrência que a idéia de ‘natureza’ possui nas definições de gramática e também de lógica, tendo em vista que uma conceituação de lógica já aqui explicitada contempla essa noção: “maneira por que necessariamente se encadeiam os acontecimentos, as coisas ou os elementos de natureza efetiva” (HOUAISS e VILLAR, 2001: 1778). Ainda que pequemos pelo excesso, pensamos que é válido definir ‘natureza’ dentro do contexto tratado: ‘combinação específica das qualidades originais, constitucionais ou nativas de um indivíduo,

---

¹⁶ Para possibilitar essa referência precisa, baseei-me na indexação de Christopher Bassford da edição da tradução de Peter Paret e Michael Howard do alemão para o inglês de **Da Guerra**, a mesma na qual esse trabalho se baseia. Essa indexação permite chegar a essa constatação: a palavra ‘natureza’ é citada por Clausewitz, ao menos uma vez, em 141 páginas de seu tratado (BASSFORD, 1998).

animal ou coisa; caráter inato”, “caráter, tipo ou espécie”, “disposição característica”, “essência” (HOUAISS & VILLAR, 2001: 1998).

Uma primeira nota introdutória escrita por Clausewitz para **Da Guerra** por volta de 1818 cita Montesquieu e o refere como uma espécie de modelo em termos da maneira para lidar com um determinado assunto:

“Minha intenção original era sistematizar minhas conclusões sobre os principais elementos deste tópico em parágrafos compactos, curtos, precisos, sem preocupação com uma conexão formal ou sistêmica¹⁷. A maneira em que Montesquieu lidou com seu assunto estava vagamente em minha mente” (CLAUSEWITZ, 1984: 63, tradução nossa).

Outra nota introdutória escrita entre 1816 e 1818 formula a respeito do fenômeno guerreiro, que

“Seu caráter científico consiste em uma tentativa de investigar a essência dos fenômenos da guerra e indicar as ligações entre esses fenômenos e a natureza de suas partes constituintes” (CLAUSEWITZ, 1984: 61, tradução nossa).

Novamente, o termo “natureza” tem um papel central.

Como já foi sublinhado, o significado de gramática pode ser atinente a um conjunto de regras de uma ciência ou arte. Parece-nos ser esse um dos sentidos de *lei*¹⁸ conforme Montesquieu. Em seu dizer,

“As leis, no seu sentido mais amplo, são relações necessárias que derivam da natureza das coisas e, nesse sentido, todos os seres têm suas leis; a divindade possui suas leis; o mundo

---

¹⁷ Clausewitz refere-se à estrutura de parágrafos em que estão formatados os capítulos dos livros que compõem **Do Espírito das Leis**.

¹⁸ Em que pese não serem necessariamente iguais os significados de *regra* e *lei*, entendo que a aproximação é válida. Mais uma vez, recorro ao **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. À página 1737 dessa obra, encontramos como significado para lei “fórmula abstrata ou concreta do que é certo ou concordante com padrão estabelecido; norma, regra”, “regra ou relação constante entre fenômenos; manifestação exterior de fenômenos complexos”. Uma outra definição que justifica a aproximação do enfoque de Montesquieu é oferecida por um dicionário eletrônico português, o **Dicionário Universal da Língua Portuguesa Priberam**: “princípio essencial e constante, decorrente da natureza das coisas, que se impõe aos homens pelo seu caráter de necessidade” (LEI, 2005).

As definições clausewitzianas de regra nos autorizam também tal entendimento:

“Regra é um termo freqüentemente usado no sentido de lei; ele então torna-se sinônimo de princípio. O provérbio menciona ‘há uma exceção para cada regra’ e não ‘para cada lei,’ o que demonstra que no caso de uma regra alguém reserva o direito de uma interpretação mais liberal.

Em um outro sentido, o termo ‘regra’ é usado para ‘meio’: reconhecer uma verdade oculta através de uma única característica obviamente relevante nos leva a derivar uma lei geral de ação a partir dessa característica. As regras em jogos são como essa, e assim são os atalhos usados na matemática, e assim por diante” (CLAUSEWITZ, 1984: 151, tradução nossa e grifos do autor).

Em outra passagem, encontramos o seguinte referente a princípio e regra: “[...] Se os conceitos combinam por sua própria vontade e formam esse núcleo da verdade nós denominamos isso um

material possui suas leis; as inteligências superiores ao homem possuem suas leis; os animais possuem suas leis; o homem possui suas leis”. [...]

“A lei, em geral, é a razão humana, na medida em que governa todos os povos da terra, e as leis políticas e civis de cada nação devem ser apenas os casos particulares em que se aplica essa razão humana.

Devem ser elas tão adequadas ao povo para o qual foram feitas que, somente por um grande acaso, as leis de uma nação podem convir a outra” (MONTESQUIEU, 1979: 25 e 28).

Se tomarmos a definição do próprio Clausewitz, encontramos o seguinte:

“*Lei* é o mais amplo conceito aplicável tanto à percepção quanto à ação. Em seu sentido literal o termo contém obviamente um elemento subjetivo, arbitrário e ainda expressa a coisa exata da qual o homem e seu ambiente essencialmente dependem. Vista como uma questão de cognição, a lei é a relação entre as coisas e seus efeitos. Vista como uma questão da vontade, a lei é um determinante da ação; neste ponto, é sinônimo de *decreto* e *proibição*. (CLAUSEWITZ, 1984: 151, tradução nossa e grifos do autor)

Portanto, o significado de lei engloba mais do que um sentido jurídico. Diz respeito também a uma regra de caráter geral, que tenha um caráter explicativo mais amplo da ciência ou de qualquer outro objeto e que estabeleça uma relação explicativa que envolve coisas, semelhante ao sentido montesquiano, ou na pior das hipóteses, como vimos em afirmação anterior de Clausewitz já referida, lembra “vagamente” a acepção do autor de **Do Espírito das Leis**¹⁹.

---

princípio, e se eles espontaneamente compõem um padrão que se torna uma regra, o trabalho do teórico é tornar isso claro” (CLAUSEWITZ, 1984: 578, tradução nossa).

¹⁹ Azar Gat (GAT, 2001: 187) faz uma menção a um importante comentador de Clausewitz, Rothfels, que chama a atenção para uma formulação do Senhor De La Brède no capítulo 8 do livro 17 de **do Espírito das Leis** segundo a qual, como na mecânica, as fricções (que aparecem na tradução brasileira como “atritos”), freqüentemente mudam as implicações da teoria: “[...] a mecânica tem efetivamente seus atritos que, muitas vezes, modificam ou paralisam os efeitos da teoria; a política também tem os seus” (MONTESQUIEU, 1979: 243). Conforme já abordado, o conceito clausewitziano de fricção contempla o entendimento de que a realidade como um todo modifica o planejamento teórico de uma guerra. Clausewitz desenvolve raciocínio semelhante ao de Montesquieu: “A tremenda fricção, que não pode, como na mecânica, ser reduzida a alguns pontos, está em todo lugar em contato com o acaso, e traz efeitos que não podem ser medidos, porque eles se devem somente ao inesperado. [...] A ação na guerra é como o movimento sobre um elemento resistente” (CLAUSEWITZ, 1984: 120, tradução nossa). Segundo o **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, atrito pode ser sinônimo de “fricção” (HOUAISS e VILLAR, 2001: 1392). Mesmo tendo sido uma imagem mecânica bastante popular no século XVIII, o que enfraqueceria a idéia de mais uma influência montesquiana, ou na pior das hipóteses, sugeriria uma vaga influência, pensamos que a lembrança desse argumento é válida.

Raymond Aron demonstra muito bem essa influência (ARON, 1986b: 340-4) do Senhor De La Brède:

“Acrescento que a conceitualização de Clausewitz parece com a de Montesquieu muito mais que ninguém sugeriu, muito mais do que [...]a de Kant ou de Hegel” (ARON, 1986b: 93).

A influência de Montesquieu é confirmada por outros importantes comentadores (GAT, 2001: 196; PARET, 1984: 15 e 1985: 4 e 382; NAVILLE, 1955: 29).

Como Clausewitz vê a lei face ao fenômeno guerreiro? Com reservas. O seguinte trecho atesta tal entendimento:

“Na conduta da guerra, a percepção não pode ser governada por leis: os fenômenos complexos da guerra não são tão uniformes, nem são os fenômenos uniformes tão complexos, de modo que fazer leis seja mais útil do que a simples verdade. Onde um simples ponto de vista e linguagem simples sejam suficientes, seria pedante e falso torná-los *complexos* e *complicados*. A teoria da guerra também não pode aplicar o conceito de lei de ação, já que nenhuma formulação prescritiva universal que mereça o nome de lei pode ser aplicada à constante mudança e diversidade do fenômeno da guerra” (CLAUSEWITZ, 1984: 152, grifos do autor e tradução nossa).

No mesmo diapasão, afirma em uma de suas últimas notas introdutórias ao seu tratado, escrita possivelmente em 1830:

“É uma tarefa muito difícil construir uma teoria científica para a arte da guerra, e muitas tentativas falharam de modo que a maioria das pessoas diz que é impossível, já que lida com questões que nenhuma lei permanente pode explicar” (CLAUSEWITZ, 1984: 71).

Em segundo lugar, há uma passagem no mesmo capítulo em que Clausewitz aborda a lógica da guerra e sua gramática. Trata-se de um capítulo que não encontrou sua forma final, posto que Clausewitz tencionava fazer uma revisão geral de sua obra, o que somente conseguiu em relação ao primeiro capítulo do primeiro livro entre 1827 e 1830. No entanto, seu conteúdo, no essencial, não difere das idéias consolidadas e revisadas do início de **Da Guerra**, como demonstra Aron (ARON, 1986b: 95-6). Em trecho significativo logo após a formulação sobre a lógica e a gramática, é possível encontrar o seguinte:

“Essa concepção seria inegável mesmo que a guerra fosse uma guerra total, que o puro elemento da inimizade fosse liberado. Todos os fatores que caracterizam a guerra e determinam seus fatores salientes – a força dos aliados de cada antagonista, o caráter dos povos e seus governantes, e assim por diante, todos os elementos listados no primeiro capítulo

do Livro 1²⁰ – não são todos estes políticos, e tão intimamente conectados à atividade política que é impossível de separar os dois? Mas é ainda mais vital ter em mente tudo isso quando se estuda a prática real. Nós então concluiremos que a guerra não avança rapidamente em direção à forma absoluta, como a teoria demandaria. Sendo incompleta e auto-contraditória, ela não pode seguir as suas próprias leis, mas tem que ser tratada como uma parte de algum outro todo; o nome disto é política” (CLAUSEWITZ, 1994: 605-6, tradução nossa).

Conforme Clausewitz sugere, sendo a guerra intrinsecamente ligada à política, não se pode concebê-la isoladamente, como algo que não enseja interação social na maioria das vezes, como a ciência ou a arte²¹. Quais seriam as leis da guerra como objeto isolado, tomada teoricamente, isolada da realidade? Seria uma delas aquela que Clausewitz chama de *lei suprema da guerra*, a saber, a *decisão pelas armas*²²?

Responderia que sim. Na verdade, existe somente um tipo de lei nesses termos, dentre os diferentes sentidos atribuídos por Clausewitz a esse conceito. Seria aquilo que Aron define, dentro do vocabulário típico de Montesquieu, como “[...] verdade abstrata que exprime as relações necessárias que resultam da natureza das coisas” (ARON, 1986b: 272).

É o próprio Aron que elucida melhor na passagem a seguir a especificidade de tal lei e do conjunto de leis relacionadas à gramática da guerra ou como algo que tende aos extremos da violência:

“A lei suprema não me parece então [...] uma lei do *Geschehen*, do mundo real, natural ou humano; ela é uma lei que chamo, por falta de um melhor termo, de abstrata ou ideal, ela emana da análise conceitual exatamente como a lei de ascensão aos extremos (ainda que esta traduza, pelo menos por um lado, no mundo ideal, leis internas às forças desencadeadas). No parágrafo 10 (I, 1)²³ Clausewitz fala da ‘lei rigorosa das forças levadas ao[s] extremos’: lei abstrata ou lógica que se revela ao espírito que se afronta com suas próprias construções. Daí não resulta que uma ou outra destas leis – a ascensão aos extremos ou a decisão pelas armas – não exerça influência sobre os acontecimentos ou sobre a conduta que os chefes da guerra adotam ou devem adotar. Afirmando somente que não se pode destruir nem o objetivo a que nos fixamos nem os meios que empregamos. Não nos decidimos em

---

²⁰ Não há qualquer vestígio desses elementos no livro e capítulo citados, o que atesta o fato de Clausewitz ter efetuado revisão nessa parte da obra. Aron chama a atenção pertinentemente para essa constatação (ARON, 1986b: 96).

²¹ Ver nota 14.

²² “Nossa discussão mostrou que, enquanto na guerra muitos caminhos diferentes podem levar ao seu propósito, para a consecução do objetivo político, a luta é o único meio possível. Tudo é governado por uma lei suprema, a *decisão pela violência das armas*” (CLAUSEWITZ, 1984: 99, tradução nossa e grifos do autor).

²³ Aron está referindo ao parágrafo 10 do livro I do capítulo I de **Da Guerra**.

função deste jogo de representações (ou de idéias). Em suma, agimos na guerra modificada, a do mundo real, que separa mais ou menos de seu conceito inicial mas que nunca se coincide com ele” (ARON, 1986b: 273).

Como poderíamos entender tal sentido de *lei*? Tendo em vista que ela está ligada a tudo que refere à ascensão aos extremos, a busca da superação da intensidade das forças de um oponente pelo outro – dinâmica já abordada que impele as forças antagônicas aos extremos – se relaciona à idéia de um oponente ditar sua vontade ao outro.

Por que tomar um elemento – no caso, a definição de lei – de uma parte do livro muito possivelmente elaborada antes do amadurecimento intelectual de Clausewitz no contexto de **Da Guerra** para explicar a distinção entre lógica e gramática, idéia das mais tardias do general prussiano? Por que buscar entender a relação entre guerra e política a partir de um capítulo que não refletia a total maturidade de sua elaboração intelectual?²⁴ Retomando as formulações de Montesquieu, qual a relação que deriva da natureza das coisas no que se refere ao entendimento da guerra e da política?

A idéia de lei é comum aos escritos de Clausewitz tanto posteriores como anteriores a 1827. Os trechos do Livro I e capítulo I que discutiremos a seguir o demonstrarão. O sentido de lei apresenta algumas dificuldades na leitura do texto do general prussiano, como comenta Aron:

“Resta dizer que, em sua teoria, ele não explicitou as leis que derivam da natureza das coisas – natureza das coisas que só se apresenta no real mais ou menos modificada” (ARON, 1986b: 280).

O entendimento mais geral de lei parece não ter sofrido modificações, comparando o sentido do termo no período anterior a 1827 com o período posterior ao ano mencionado. Não se deve esquecer que a temática da ascensão aos extremos não é exatamente uma novidade naquilo que Clausewitz escreveu anteriormente a 1827. A noção de guerra absoluta se assemelha a esse entendimento. O próprio Clausewitz, em um título de um parágrafo do capítulo 1 do Livro 1 que veremos adiante, aborda a idéia de extremo associada à noção de absoluto como própria da concepção teórica de guerra. Ademais, o uso do livro VIII se

---

²⁴ Em nota introdutória escrita em 10 de Julho de 1827, Clausewitz escreve o seguinte sobre o livro VIII, o qual contempla a passagem sobre a lógica e a gramática da guerra: “Vários capítulos dele já foram rascunhados, mas de nenhuma maneira eles podem ser tomados como em estado final. Eles não são mais do que trabalho ruim sobre material sem elaboração, feito com a idéia de que a própria escrita mostraria quais seriam os reais problemas” (CLAUSEWITZ, 1984: 69, tradução nossa). Ver também nota 26.

justifica na medida em que já contempla a conexão entre guerra e política expressa na *formule*.

Assim Clausewitz refere aos oponentes se compeliem aos extremos:

“A tese, então, deve ser repetida: a guerra é um ato de força, e não há limite lógico à aplicação dessa força. Cada lado, portanto, compele seu oponente a fazer o mesmo: uma ação recíproca é iniciada que deve levar, na teoria, aos extremos. Esse é o *primeiro caso de interação e o primeiro ‘extremo’* que nós encontramos” (CLAUSEWITZ, 1984: 77, tradução nossa e grifos do autor).

O segundo extremo reforça a necessidade de derrotar inapelavelmente o inimigo e que, enquanto existirem duas vontades opostas, não há alternativa senão a vitória de um dos lados:

“A guerra, entretanto, não é a ação de uma força viva sobre uma massa desprovida de vida (a total não resistência não seria guerra de modo algum) mas sempre a colisão de duas forças vivas. O objetivo último de lutar a guerra, como formulado aqui, deve ser tomado como aplicável a ambos os lados. Uma vez mais, há interação. Tão logo não tenha derrotado meu oponente estou inclinado a temer que ele possa me derrotar. Assim não estou no controle: ele me dita tanto quanto eu dito a ele. Esse é o *segundo caso de interação e ele leva ao segundo ‘extremo.’*” (*id., ib.*).

Por fim, completa a idéia de extremo o máximo de força sugerida pelo terceiro extremo:

“Assumindo que você chega a esse ponto em uma estimativa razoavelmente acurada do poder de resistência do inimigo, você pode ajustar adequadamente seus próprios esforços; isto é, você pode tanto aumentá-los até você ultrapassar o do inimigo ou, se isso está além de seus meios, você pode fazer seus esforços tão grandes quanto possível. Mas o inimigo fará o mesmo; a competição resultará e, na teoria pura, deve novamente forçar ambos aos extremos. Este é o *terceiro caso de interação e o terceiro ‘extremo.’*” (*id., ib.*).

Após abordar os três casos de interação e os três extremos, Clausewitz refere-se a tais reflexões como “lei dos extremos”:

“Assim, no campo do pensamento abstrato a mente questionadora nunca pode descansar até que ela alcance o extremo, porque aqui ela está lidando com um extremo: um choque de forças operando livremente e obedientes a nenhuma lei a não ser às suas próprias. [...] Embora ela [a política] tenha parecido menos importante por causa da lei dos extremos, a vontade é de derrotar o inimigo e desarmá-lo. Mas como essa lei começa a perder sua força e como essa determinação é enfraquecida, o objetivo político se imporá” (CLAUSEWITZ, 1984: 78 e 80, tradução nossa).

Clausewitz já aborda no trecho acima a guerra na sua manifestação real. O raciocínio deixa de ser atinente às leis relacionadas à guerra e tudo o que é relacionado à ascensão aos extremos – dentro da definição que enunciamos sobre gramática - e passa a abordar leis que englobam a política e os diversos elementos a serem considerados na manifestação concreta do fenômeno guerreiro. O parágrafo 10 do capítulo 1 do livro 1, intitulado “As probabilidades da vida real substituem o extremo e o absoluto requeridos pela teoria” aborda outra noção de lei – ligada à política e à realidade como um todo e, portanto, relacionado à lógica e não mais à gramática – e tem a seguinte redação:

“A guerra assim evita a exigência teórica estrita de que os extremos da violência sejam aplicados. Uma vez que o extremo não mais é temido ou almejado, torna-se uma questão de julgamento qual grau de esforço deveria ser feito; e isso pode ser baseado somente nos fenômenos do mundo real e nas *leis de probabilidade*. Uma vez que os antagonistas deixaram de ser meras conjecturas de uma teoria e tornaram-se Estados e governos reais, quando a guerra não é mais uma questão teórica mas uma série de ações obedecendo a suas próprias leis peculiares, a realidade fornece os dados dos quais podemos deduzir o desconhecido que vem adiante.

A partir do caráter do inimigo, de suas instituições, a situação de suas questões internas e sua situação geral, cada lado, usando as *leis de probabilidade*, faz uma estimativa do curso provável de seu oponente e age de acordo com isso” (CLAUSEWITZ, 1984: 80, tradução nossa e grifos do autor).

Tal sentido de lei relativiza ainda mais a idéia de que a guerra pode ser entendida com regras gerais. Clausewitz certamente discorda do entendimento da guerra em conformidade com leis universais. As leis de probabilidades reforçam a idéia de que a guerra na sua feição real tem suas leis peculiares, de acordo com cada realidade própria e de cada inimigo em sua especificidade. Isso nos leva ao sentido de que no campo da lógica da guerra, na realidade e tendo em vista o objetivo político, um dos oponentes, com suas particularidades, faz a lei, determina o caráter da luta ou do engajamento:

“[...] Quanto menor a penalidade que você demanda do seu oponente, menos você pode esperar que ele tente negar-lhe; quanto menor o esforço que ele faz, menos você próprio faz. Além do mais, quanto mais modesto o seu próprio objetivo político, menos importância você dá a isso e menos relutantemente você abandonará se você tiver que fazê-lo. *Essa é uma outra razão pela qual seu esforço será modificado.*

O objetivo político – o motivo original para a guerra – determinará assim tanto o objetivo militar a ser alcançado e o montante de esforço que ele demanda. Já que estamos lidando com

realidades, não com abstrações, ele pode ser assim somente no contexto de dois Estados em guerra” (CLAUSEWITZ, 1984: 81, tradução nossa, grifos no original).

Considerando essa formulação, assim como na guerra, nas outras ações políticas, um dos oponentes faz a lei, determina a natureza da luta ou do engajamento. Retomando a definição inicial de guerra de Clausewitz, o trecho abaixo de Oliveiros Ferreira exemplifica tal caráter do confronto:

“[...] ou se emprega uma violência moral (‘não existe violência fora dos conceitos de Estado e de Lei’) ou uma violência física. (Na greve, o piquete é a um tempo violência moral, porque a Lei do grupo que decretou a greve, e física, evidentemente dirigida contra os que querem furar a greve)” (FERREIRA, 1994: 30).

A natureza que deriva da relação das coisas concernente à guerra e à política aponta para algumas características próprias da guerra, o engajamento, o combate, as leis dos extremos, a lei suprema da decisão pelas armas – associadas principalmente com a violência, enfim tudo o que chamamos de gramática – e uma lógica que envolve as leis de probabilidades, além da política, objetivos e interesses políticos que orientam as condutas dos oponentes e toda a complexidade da realidade em cada situação específica. A gramática da guerra, dentro da proposta de leitura de **Da Guerra** aqui declarada, diz respeito a uma “natureza própria” da guerra quando considerada em seu puro conceito mesmo na sua relação com a política, entendimento que nos é autorizado pelo trecho a seguir do parágrafo 23 do livro I do capítulo 1:

“[...] A guerra, portanto, é um ato de política. Fosse ela uma manifestação de violência livre, completa, absoluta (como o puro conceito demandaria), a guerra usurparia independentemente de sua vontade o lugar da política no momento em que a política fora trazida à cena; isso então excluiria a política e [a guerra] comandaria a partir das leis de sua própria natureza, como uma mina que pode explodir somente da maneira ou na direção predeterminada pela sua posição. Isso, na verdade, é a visão do problema toda vez que alguma discórdia entre a política e a conduta da guerra estimula distinções teóricas desse tipo. Mas na realidade as coisas são diferentes, e essa visão é completamente errada” (CLAUSEWITZ, 1984: 87, tradução nossa).

Vemos, portanto, um movimento fundamental do raciocínio de Clausewitz, que é o da teoria confrontada com a experiência, a realidade e a história. Em outras palavras, contempla também a lógica da guerra (a política como elemento orientador de maior relevância na realidade) e a gramática da guerra (ligada ao que é específico do fenômeno bélico e tende ao

extremo no campo do ideal) no que se refere ao entendimento das leis. A explicação de Aron em direção a esse argumento é elucidativa:

“Antes de tudo ele coloca lei e necessidade em relação e, deste fato, as leis resultam da natureza das coisas, elas reinam no universo do ideal. Em compensação, logo que voltamos à realidade, à guerra modificada, passamos às leis de probabilidade ou, mais simplesmente, aos julgamentos de probabilidade que fazem os autores em função da incerteza dos dados e do acaso. Assim se explica que a razão possa tanto menos prescrever leis à guerra quanto esta se distancie mais de sua forma absoluta” (ARON, 1986b: 285).

É possível concluir que a lógica da guerra está contida na política como elemento articulador em vista de uma situação específica na realidade e na história, ao passo que a gramática está ligada às particularidades da guerra, à guerra absoluta e à tendência a tal guerra, à violência como extremidade lógica e tudo aquilo que, em um certo sentido, afasta a guerra da realidade. Um outro comentador de Clausewitz, Christopher Bassford, parece corroborar tal análise. Ele ainda sublinha elementos envolvidos na realidade e em uma ação política, distintos portanto da guerra como objeto isolado, ao citar trechos de **Da Guerra**:

“A guerra é assim permeada por ‘forças inteligentes’. A guerra é também um ‘ato de violência destinado a compelir nosso inimigo a fazer a nossa vontade,’ mas nunca é unilateral. É uma competição entre vontades independentes, na qual a habilidade e a criatividade não são mais importantes do que a personalidade, acaso, emoção e as várias dinâmicas que caracterizam qualquer interação humana. Quando Clausewitz escreveu que a guerra pode ter sua própria gramática, mas não sua lógica, ele quis dizer que a lógica da guerra, como a política, não é única. Ela é meramente a lógica do intercurso social, e não aquela da arte ou da ciência” (BASSFORD, 1994, tradução nossa).

Em conformidade com a leitura aqui proposta sobre a lógica eminentemente política por trás da guerra, afirma Pierre Naville:

“O conceito da guerra é então dominado pelo conceito supremo da política, que lhe tem assim sua lógica interna, aquela dos conflitos nas relações humanas” (NAVILLE, 1955: 28, tradução nossa).

Outro comentador, Bernard Brodie, em breve análise sobre a lógica e a gramática da guerra e citando diferente tradução do trecho que aborda essas idéias, enuncia definição que converge para as hipóteses aqui propostas:

“ ‘A guerra,’ diss e Clausewitz, ‘tem sua própria linguagem mas não sua própria lógica.’ Nós podemos estender essa metáfora sutilmente ao adicionar que a linguagem é mais cruelmente obscena mas que a lógica à qual ela serve pode às vezes dar-lhe algum valor social

redentor. De qualquer modo, Clausewitz está aqui expressando a mais importante e singular idéia em toda a estratégia. [...]

Por ‘linguagem’ Clausewitz refere aos meios e métodos de conduzir a guerra, e sua ‘lógica’ se relaciona ao propósito para o qual a cruel linguagem é peculiarmente adotada. Ele está sublinhando o argumento no qual a guerra acontece dentro de um meio político do qual derivam *todos* os seus propósitos. Ele busca argumentar forçosamente e inequivocamente que a influência dos propósitos sobre os meios deve ser contínua e explícita²⁵” (BRODIE, 1973: 1, tradução nossa, grifos no original).

O que o presente trabalho pretende contribuir para a definição da lógica da guerra é o caráter mais amplo da política como elemento articulador da guerra, que permite entender, em linhas gerais, como a política se faz presente na guerra e como a guerra, dentro dessa mesma perspectiva (por possuir a mesma lógica da política) também serve de parâmetro para entender a política e, por conseguinte, as ações políticas em geral.

No que concerne à gramática, pretendemos contribuir demonstrando essencialmente o que, na relação entre política e guerra, pode ser considerado peculiar à última. Ou, em alguns casos e especificidades, aquilo que é característico somente da guerra.

De certa forma, a formulação acerca da gramática e da lógica da guerra elucida uma ambigüidade não resolvida por Clausewitz em sua obra, muito bem apontada por Aron (ARON, 1986b: 414-5). Tal ambigüidade se manifesta no cotejo das formulações do livro VIII com as do capítulo 1 do livro I de **Da Guerra**. Dito de outro modo,

“Tudo acontece como se Clausewitz tivesse por muito tempo sido tentado por uma outra solução teórica: somente as guerras próximas da guerra perfeita ou absoluta teriam sido autenticamente guerras. Ele rejeitou esta solução com uma firmeza crescente. Mas, no manuscrito global tal como chegou até nós, sentimentos, pelo menos ambivalentes, se manifestam, ainda que involuntariamente, através das abstrações do *Traité*. O emprego do conceito de guerra, ora segundo a definição estrita ou inicial, ora segundo a definição completa (ou trinitária) mantém o equívoco²⁶” (ARON, 1986: 172).

---

²⁵ O uso de ‘linguagem’ (“*language*”, no original) se deve ao fato de Brodie se basear em tradução distinta daquela na qual esse trabalho se baseia. Como o próprio Brodie admitia em 1973, a tradução de O. J. Matthijs Jolles fora a primeira satisfatória em termos gerais do alemão para o inglês, embora feita a partir de uma edição original falha. Brodie admitia também a existência da nova e superior tradução de Michael Howard e Peter Paret, até então inédita (BRODIE, 1973: 11).

²⁶ Aron alude ao livro **Da Guerra** quando menciona “manuscrito global” e “*Traité*”. O contexto de tal passagem leva em conta o argumento muito bem desenvolvido em toda a sua *Opera Magna* (ARON, 1986b) sobre Clausewitz de que a única parte efetivamente e definitivamente revisada do livro referido do general prussiano foi o capítulo I do livro I, que contempla tanto uma definição estrita da guerra

Como dirimir eventuais dúvidas sobre os dois enfoques sobre a guerra que Clausewitz contempla? Como efetuar a leitura de **Da Guerra**? Como demonstrar tais hipóteses ao longo de toda a tese?

(como guerra absoluta) e a definição mais completa, relacionada não somente à política, como também à realidade e à trindade que define a guerra, referida nessa citação como definição trinitária. Essa última definição não é contemplada no livro VIII. A revisão mencionada foi a última elaboração de Clausewitz antes de sua morte em 1831. Para exemplos de referências específicas sobre estas informações, devem ser consultadas as páginas 98-9 e 103-4 de **Pensar a Guerra, Clausewitz**: a era européia. O próprio Clausewitz admitiu explicitamente em nota introdutória a **Da Guerra** datada de 10 de Julho de 1827 que tomaria como idéias mestras para uma revisão a vinculação da guerra à política e a distinção entre guerra absoluta e guerra real:

“Considero os seis primeiros livros, que já estão em uma cópia sem rasuras, meramente como uma massa disforme que deve ser completamente retrabalhada uma vez mais. A revisão explicitará os dois tipos de guerra com maior nitidez em cada ponto. Todas as idéias se tornarão mais simples, sua tendência geral será mais claramente marcada, sua aplicação mostrada em maiores detalhes.

A guerra pode ser de dois tipos, no sentido que tanto o objetivo é o de *superar o inimigo* – torná-lo politicamente isolado ou militarmente impotente, forçando-o assim a assinar qualquer paz que nos agrade; ou *meramente ocupar alguma de suas fronteiras* de forma que possamos anexá-las ou usá-las na negociações de paz. As transições de um tipo para outro serão sem dúvida recorrentes em meu tratamento; mas o fato de que os objetivos dos dois tipos são bastante diferentes deve ser esclarecido em todos os tempos, e seus pontos de irreconciliabilidade explicitados.

Essa distinção entre os dois tipos de guerra é uma questão de fato real. Mas não menos prático é a importância de um outro ponto que deve ser tornado absolutamente claro, nominalmente que *a guerra nada mais é que a continuação da política por outros meios*. Se isso é firmemente mantido sempre em mente, facilitará o estudo do assunto e o seu conjunto será mais fácil de analisar. Embora a principal aplicação desse ponto não seja feita até o Livro Oito, deve ser desenvolvida no Livro Um e jogará papel importante na revisão dos seis primeiros livros. Essa revisão também livrará os seis primeiros livros de uma boa quantidade de material supérfluo, preencherá várias lacunas, pequenas e grandes, e fará um número de generalidades mais precisas em pensamento e forma” (CLAUSEWITZ, 1984: 69, tradução nossa e grifos do autor).

Em outra nota introdutória inacabada escrita por volta de 1830, afirma que o capítulo I do livro I assumiria um caráter modelar para a revisão que pretendia implementar:

“Somente o primeiro capítulo do Livro Um considero terminado. Ele servirá ao menos como o conjunto indicando a direção que eu pretendi seguir em todas as partes” (CLAUSEWITZ, 1984: 70, tradução nossa).

O argumento de Aron é de certa forma reafirmado por Azar Gat, ao analisar a intenção de Clausewitz usar as idéias-chave acima referidas para revisar sua obra:

“Ironicamente, em 1827, esta perspectiva militar inteira caiu em uma profunda crise. Em meio à elaboração de *Da Guerra*, a linha de pensamento de Clausewitz experimentou uma drástica mudança de direção, a única transformação revolucionária na evolução gradual de suas idéias. [...]

A crise de sua concepção da natureza da guerra foi igualmente destrutiva para a concepção teórica de Clausewitz de toda uma vida. Em seus esforços para resolver essa crise inteira, ele transformou mas *não* abandonou sua perspectiva militar, e recorreu a desvios teóricos completamente novos. Ele estava preocupado com isso durante seus últimos três anos de trabalho.

Infelizmente, as origens e natureza da nova estrutura teórica de Clausewitz permaneceram um mistério, e consequentemente, a exata natureza da transformação em seu pensamento não foi inteiramente esclarecido também. Isso explica porque as idéias de Clausewitz puderam ser interpretadas tão diferentemente por sucessivas gerações” (GAT, 2001: 201-2, tradução nossa e grifos do autor).

Quanto à primeira pergunta, mais uma vez nos parece pertinente uma observação de Aron:

‘Só podemos resolver estas dificuldades através do estudo comparado dos livros VI (onde aparece, no capítulo 30, a dualidade das espécies de guerra²⁷), VIII e I, a síntese final do único capítulo concluído (I,1) que serve de guia e de juiz em caso de incerteza. [...]

O capítulo 1 do livro I ganha do resto do livro pelo rigor da análise, pela perfeição da forma. Ele nos permite imaginar o que teria sido a obra se o escritor tivesse continuado seu trabalho alguns anos mais. Testemunha o estado de um pensamento até o fim em busca de si mesmo. Ora, por sorte, revela inteiramente o aparelho conceitual que estrutura a teoria” (ARON, 1986b: 103-4).

Essa constatação é reforçada por outro trecho pertinente de Aron, que nos adverte sobre os diferentes tons encontrados ao longo de todo o livro, cuidado não observado por críticos e maus intérpretes do pensamento clausewitziano:

‘O livro inacabado deixou a síntese final em estado de projeto. A lógica desta síntese permite resolver todas ou quase todas as divergências ou incompatibilidades aparentes, mas com uma condição: que o intérprete raciocine segundo esta lógica apoiada na *Note finale*²⁸, que atribui ao capítulo I, 1 um valor iminente. Ora os intérpretes nunca raciocinaram segundo a lógica desta síntese final e principalmente o livro, tal como chegou até nós, não tem um mesmo tom de um extremo ao outro.

Que se queira ou não, ao passarmos dos livros III, IV e V ao livro VI, respiramos um ar diferente. Os livros III e IV estão cheios de frases através das quais um Liddell Hart ilustra com inteira liberdade sua tese do ‘*Mahdi* das massas e do massacre mútuo’. Ele dá a impressão de exaltar a batalha, a batalha sangrenta, a grandeza destes afrontamentos e o culto do chefe supremo, mestre de suas emoções e clarividente em meio à tempestade. Em compensação, o livro VI enumera as vantagens de que beneficia aquele que se encontra política e militarmente na defensiva: o defensor luta pela sua independência, ele quer manter aquilo que lhe pertence e não tomar aquilo que pertence a outrem, ele escolhe o local da batalha, eventualmente atrai o inimigo em direção às profundezas do país, o povo se arma contra um conquistador e, de inúmeras maneiras, mesmo não se armando, ele atormenta, importuna, espreita o invasor. O capítulo 26 do livro VI não tem menos ressonância, sutilmente descritiva, do que o capítulo 9 do livro VIII. Mais uma vez, sem dificuldade lógica;

---

²⁷ Menção de Aron à guerra absoluta e à guerra real.

²⁸ É o nome atribuído por Aron à nota inacabada datada possivelmente de 1830, em que Clausewitz cita o capítulo I do livro I como parâmetro para a revisão que pretendia efetuar.

quem analisa um plano de guerra ofensivo a fim de abater um inimigo o mais rápido possível, nem por isto recomenda atacar o vizinho [...]” (ARON, 1986c: 12-3, grifos do autor).

Essas advertências não significam que possamos ignorar outros trechos significativos de **Da Guerra** para nossa argumentação. Apenas estamos tomando algumas passagens como referência, em caso de dúvidas, para nossa reflexão. Entretanto, ressaltamos que nosso objeto, em termos da leitura a ser apresentada, recairá sobre aqueles trechos e passagens que abordarem aspectos relacionados especificamente à guerra e à política.

À guisa de conclusão desse capítulo, buscamos mostrar como os elementos comuns e específicos à guerra e à política podem ser inicialmente explicados em termos da idéia clausewitziana da guerra dotada de gramática própria e uma lógica que não pertence ao fenômeno guerreiro, mas sim à política. Tanto uma como outra podem ser articuladas em torno do entendimento da guerra como uma ação política forte.

Para continuar tal raciocínio, buscaremos abordar os elementos comuns à guerra e à política em capítulo dedicado a um aprofundamento da compreensão da guerra como ação política forte. Nossa abordagem buscará explorar os elementos constitutivos da guerra conforme Clausewitz que permitam situar aproximações e semelhanças entre ela e a política, aprofundando a compreensão da lógica do fenômeno guerreiro. Para tal, entende-se como fundamental mostrar como a guerra contempla a lógica em que a política desempenha papel fundamental nas ações políticas fortes. Desde que as diferenças sejam devidamente explicadas entre as ações políticas fortes e as ações políticas fracas, pode-se, dentro de certos parâmetros e especificidades, entender que essa lógica de forte ascendência da política também é contemplada nas ações políticas fracas. Buscaremos explicar também que a lógica referida em que a política tem posição fundamental se faz presente na guerra e, para tal, podemos nos valer do entendimento de elementos das ações políticas, tanto as fortes como aquelas fracas. Ressalve-se que, em função dos elementos da violência, dos sentimentos, do caráter patético será possível, nem sempre valer-se da aproximação com as ações políticas

Posteriormente, aprofundaremos os elementos específicos, atinentes à guerra e à política, ou seja, aquilo que definimos como gramática da guerra, em outro capítulo. Compararemos as diferenças entre guerra e política, valendo-nos, quando for o caso, das definições referentes à política e à ação política enunciadas por Bertrand de Jouvenel. Seguiremos as mesmas pistas enunciadas por Clausewitz no livro I do capítulo 1 de **Da Guerra** como parâmetros gerais para dirimir dúvidas e orientar nossa argumentação. Buscaremos identificar e explicar tal gramática da guerra ainda como ação política forte

buscando entender a natureza da guerra a partir de seus elementos constitutivos. No aspecto geral, é o mesmo tipo de raciocínio a ser desenvolvido no capítulo 2, ou seja, abordaremos tanto as ações políticas fortes quanto aquelas fracas; contudo, o nosso objeto, no que concerne a tais ações, será a diferença entre guerra e política. Assim, a busca da explicação da gramática determinará recorte próprio para compreender as diferenças entre guerra e política, com maior peso à “natureza própria” da guerra e da própria política, para usar uma expressão de Clausewitz.

Em suma, a contribuição que esse trabalho pretende oferecer é desenvolver a especificidade e pontos comuns entre guerra e política conforme Clausewitz, a partir da proposição de uma leitura fundamentalmente de nossa autoria de seu tratado, dentro do entendimento da guerra como uma ação política forte e como ela pode estar ligada as ações políticas em geral, sejam elas fortes ou fracas, considerando o caráter político que molda a lógica do fenômeno guerreiro. Esse caráter político da guerra ajudaria a explicar a política e, como tal, a ação política. Sem querer sugerir que a inversão do argumento seja necessariamente verdadeira sempre, a lógica da guerra, fundamentalmente política, também terá um papel crucial, assim como as ações políticas, no entendimento das manifestações específicas do fenômeno guerreiro. A inversão do argumento não se aplica totalmente na medida em que a guerra diz respeito a um conflito violento, sangrento que envolve Estados, característica que a diferencia dos outros fenômenos políticos.

Capítulo 2 – A guerra como ação política forte: a lógica da guerra e os elementos comuns à guerra e à política

“A guerra pode te matar, mas viver sem vitórias, nem glória, é morrer todos os dias.”

Napoleão Bonaparte

O objetivo desse capítulo é mostrar o caráter político da ação e fenômeno guerreiros, argumentando como a guerra sempre será uma ação política forte, independente de algumas especificidades de sua ocorrência. Resta conhecer o caráter político da ação e fenômeno guerreiros e os elementos constituintes que permitiriam entender a guerra como ação política forte e os seus traços comuns em relação à política. Portanto, tal argumento engloba também os elementos comuns à guerra e às ações políticas fracas, ainda que nem sempre possamos constatar tal intersecção.

Retomemos alguns aspectos fundamentais do capítulo anterior. Definimos a lógica da guerra a partir da conceituação de Clausewitz como aquela ligada à política como elemento norteador dos esforços de um Estado beligerante face à realidade em cada especificidade da manifestação do fenômeno bélico. Assim sendo, a guerra seria uma ação política forte porque envolveria um caráter patético, de entrega a uma causa envolvendo sentimentos, paixão, coragem, hostilidade em que se buscaria transformar o mundo impondo a vontade de um oponente ao seu inimigo através de seu meio específico, a violência. Tudo o que se relaciona ao seu meio peculiar, a violência, e à especificidade da guerra – as regras próprias, as leis de ascensão aos extremos, a lei suprema de decisão pelas armas, o combate e o engajamento - chamamos de gramática.

Aquilo que se relaciona à violência como meio específico da guerra, ao aniquilamento e ao combate estaria muito mais identificado com a natureza própria da guerra, permitindo diferenciá-la de outros fenômenos políticos.

Cabe uma melhor explicação, dentro da leitura que intentamos apresentar, daqueles elementos da guerra que permitiriam entender sua lógica. Junto a isso devemos discutir como aprofundar o entendimento dos elementos que permitem entender o fenômeno guerreiro como uma ação política forte e quais os pontos em comum com as ações políticas em geral, inclusive as fracas.

Se a lógica da guerra inclui também a sua compreensão do ponto de vista político, estabelecer a compreensão de pontos convergentes entre guerra e política implica em desenvolver aspectos compatíveis teórica e metodologicamente entre ambos tendo,

principalmente, a definição de ação política forte como elemento articulador. Feita tal ressalva, como seria possível, considerando os argumentos clausewitzianos e juvenelianos efetuar tal aproximação? Essa é a primeira pergunta a ser respondida nesse capítulo.

Uma segunda questão diz respeito a uma espécie de natureza comum à guerra e à política ao considerarmos alguns dos seus elementos constituintes fundamentais contemplados em nossa discussão. Trata-se de tema crucial também à política: os meios, os objetivos e os fins. O entendimento desses elementos é crucial para melhor caracterizar uma ação política. Afinal, o que há de comum no que concerne aos meios, objetivos e fins quando cotejamos guerra e política? Porque todas as guerras podem ser entendidas políticas ao considerarmos seus objetivos e fins? Como poderá ser a guerra sempre uma ação política forte se levarmos em conta meios e fins? Como avaliar uma guerra com objetivos limitados em relação a fins e meios? Será também tal guerra entendida como soma-zero (um ganha tudo e o outro perde tudo) como a maioria das ações políticas fortes? Constitui-se a guerra e, portanto, ação política forte, aquela que não é travada e um oponente se submete a outro sem o engajamento? Como a guerra e a política podem ser avaliadas conjuntamente em termos da noção clausewitziana de estratégia? Como buscamos entender guerra e política no vasto conjunto de elementos imprevistos e imponderáveis da realidade?

Ainda dentro da possibilidade de aproximar guerra e política e entender as ações políticas fortes, como entender os elementos morais, psicológicos e sua intrínseca ligação com os elementos físicos, conforme a própria elaboração de Clausewitz? Como guerra e política aliam os sentimentos, o caráter patético, mobilizador de sua ação e, ao mesmo tempo, estão ligados a questões mais concretas?

2.1. Aspectos conceituais e metodológicos semelhantes à definição de guerra e política na ação política forte

Trataremos agora de entendimentos conceituais e metodológicos semelhantes entre guerra e política. Procuraremos tratar nesse item, em caráter introdutório, o modo pelo qual conceitos fundamentais referentes à guerra na formulação de Clausewitz e aspectos importantes da definição de política conforme Jouvenel permitem, em alguma medida, serem compatibilizados.

Partamos dos tipos de guerra: real e absoluta. Pode ser a política concebida do mesmo modo que a guerra, isto é, uma política de tipo real e uma política de tipo absoluta? Procede

tal entendimento quando entendemos a lógica da guerra como preponderantemente política? Quando a guerra for continuação da política, tal raciocínio é procedente?

Não há explicitamente a menção de uma política absoluta no texto de Clausewitz. É possível afirmar que a guerra absoluta poderá ser um parâmetro geral a ser considerado em um plano de guerra, quando for pertinente ao caso específico em consideração (CLAUSEWITZ, 1984: 581). Sendo procedente a consideração da forma absoluta em dado momento em conformidade com o esforço demandado pelo adversário e pelo objetivo político em vista, tal extremo pode ser contemplado na avaliação da guerra que se pretende conduzir. Quanto maior o esforço demandado pelo oponente, quanto mais grandiosa e inspiradora for a política motivadora de sua manifestação, mais a violência da guerra se aproximará do extremo (CLAUSEWITZ, 1984: 87-8).

Partindo dessa linha de raciocínio, a interpretação de Pierre Naville sobre Clausewitz dá conta de uma política real e uma política absoluta. Entretanto, o comentador mencionado não fornece uma definição mais precisa do que seria uma política absoluta e uma política real.

Sustentamos que a guerra possui a mesma lógica da política e, portanto, tal interpretação faz sentido. Ou seja, a política acompanharia a guerra, possuindo também uma feição absoluta e uma feição real. Entendemos que tal compreensão não confunde lógica e gramática da guerra porque, a partir da formulação clausewitziana, a natureza própria ou específica da guerra não está no absoluto, no extremo. Conforme explicaremos no próximo capítulo, a essência da guerra está na violência.

Então, o que seria a política absoluta?

Busquemos elementos para que possamos desenvolver melhor tal definição nos trechos do próprio Pierre Naville sobre o tema em pauta:

“[...] A política tem também uma forma absoluta e uma tendência aos extremos, tal que Napoleão podia afirmar: *o destino, é a política*. Mas o conceito da política, a própria essência das relações políticas, permanece uma abstração jamais totalmente realizada (senão talvez no momento revolucionário, o mais intenso e mais fugaz da vida social) ao passo que a política real se manifesta sobre uma infinidade de formas relativas e limitadas, tudo como seu instrumento final em certas circunstâncias, a guerra. Há assim uma política real ligada a uma política absoluta, e, na época de Clausewitz, seria antes de tudo, mas não exclusivamente, *a política exterior dos Estados*, a qual se chamaria a política de Gabinetes. A política tem assim uma forma absoluta e uma tendência aos extremos [...]. Mas a política, repete ele, não deve ser considerada somente sob sua forma ‘real’; ela deve também ser compreendida sob sua forma ‘absoluta’, como o domínio dos conflitos de interesse em si [...]. De sorte que não se perde de vista, como Clausewitz formula em muitas passagens repetidas em sua obra, o conceito puro

de política (não mais que aquele de guerra) [...]” (NAVILLE, 1955: 28, tradução nossa, grifos do autor).

Concluindo esse raciocínio, a política absoluta pode ser entendida de duas maneiras.

A primeira se refere a uma essência, uma idéia abstrata das relações políticas, semelhante ao caráter da guerra em seu tipo absoluto, jamais concretizada. Por que? Como veremos mais adiante nesse capítulo, não se pode entender a guerra tampouco a política como ações dotadas de um resultado que seja considerado final, último. A disputa por poder, característica tanto da guerra quanto da política, enseja uma constante busca e consolidação do poderio dos sujeitos da ação envolvidos em uma determinada luta. Trata-se de um processo em constante movimento, sem um desfecho. Portanto, a política absoluta pode ser definida como aquela ação política em que a luta pelo poder alcançou um patamar último, definitivo, um resultado final, de tal modo que desarmou o inimigo e também aniquilou inapelavelmente as suas forças. Em outras palavras, um dos lados em luta impôs sua vontade ao inimigo sem qualquer possibilidade de tal quadro ser revertido. É uma definição puramente abstrata, sem conexão com a realidade.

A segunda maneira diz respeito àquela lógica subjacente às ações políticas fortes, configurada da mesma maneira que a guerra. O ápice de uma ação política, a política absoluta, seria uma revolução. Em tal momento, o distanciamento, a hostilidade, os interesses excludentes, as diferentes concepções de mundo envolvendo os lados em luta, atingiriam uma feição bastante intensa. Trata-se de um fato concreto, real, em que a política não assumiu sua forma mais elevada através de uma guerra. Esse aspecto permite que diferenciemos guerra e política, como abordaremos melhor no próximo capítulo.

Isso posto, cabe também uma definição da política real. Constitui-se naquela ação política concreta, real, em que há limites e relativização da capacidade do sujeito da ação impor seus desígnios ao oponente para a consecução de seu poder de forma definitiva. A busca de tal poder será sempre uma realidade aberta a novos fatos, mudança de elementos os mais diversos das diferentes realidades em suas devidas complexidades, que imporão a necessidade aos sujeitos das ações políticas de sempre buscarem aumentar e consolidar seu poder, sua capacidade de ditar sua lei e sua vontade aos seus oponentes. Afinal, como formula Bertrand de Jouvenel:

“[...] A política me parece extraordinariamente complexa e eu tenho como ilusórias e perigosas as tentativas que visam a reduzi-la à simplicidade. É precisamente por isso que os fenômenos políticos são tão complexos que me esforço em resgatar os componentes simples (JOUVENEL, 1963: 30, tradução nossa).

Retomemos a formulação clausewitziana já abordada de que o absoluto, de alguma forma, servirá de parâmetro para o plano de guerra. De modo semelhante pensa o autor que nos oferece uma definição mais sistemática da política, Bertrand de Jouvenel. É possível perceber a mesma lógica na medida em que tal modo de raciocinar – conforme Clausewitz – para a guerra se aplica também à política, se entendermos essa perspectiva como uma conjectura, possibilidade também admitida por Bertrand de Jouvenel no que concerne à política. O próprio autor de **De La Politique Pure** pensa como uma das possibilidades o compartilhamento de tal entendimento também no que se refere à guerra e à política. Trata-se do entendimento de uma perspectiva concreta, prática da política e outra no campo da abstração, das conjecturas, da especulação e, por conseguinte, teórica:

“Dentro da conduta das questões humanas, o ato de conjecturar joga um papel essencial; uma conjectura errônea pode ser desastrosa. Napoleão conjecturou que Grouchy e não Blücher interviria sobre o campo de batalha de Waterloo. A tragédia do *Rei Lear* se forma em torno de falsas conjecturas. E nossa época fornece outros exemplos análogos. No curso de um único ano, Chamberlain fez três conjecturas errôneas de primeira importância: que Hitler seria satisfeito pelos acordos de Munique, que ele seria intimidado pela garantia dada à Polônia, que Stalin marcharia na mesma direção com a Grã Bretanha e a França.

Incontestavelmente, o interesse que se toma na política implica que ele se vincula à conjectura. Se é importante descrever uma configuração destinada a permanecer estático, de recomendar atitudes virtuosas e nobres, é importante também prever aquilo que os homens farão e aonde chegarão.

Quando nós discutimos política, cotidianamente, não como especialistas científicos de questões políticas, mas homens simples, nós somos inclinados a especular sobre acontecimentos futuros” (JOUVENEL, 1963: 22-3, tradução nossa).

Por que caberia tal aproximação? A idéia de conjectura se faz presente no âmbito teórico quando se pode levar em conta o extremo (CLAUSEWITZ, 1984: 80), como desenvolvemos no capítulo anterior, no plano da guerra absoluta. É possível constatar no trecho anterior uma semelhança entre a abordagem de Jouvenel sobre a política e a perspectiva clausewitziana do tratamento da guerra – conforme discutimos no capítulo anterior –, na medida em que tanto a guerra quanto a política – na perspectiva dos dois autores citados – não podem ser consideradas rigorosamente científicas, tampouco estritamente pertencentes ao campo da arte ou da teoria, ou ainda a um conjunto de regras, leis e princípios universais, mas tendo como mais forte vinculação aquela referente à política, ao intercurso social e às questões humanas. Como vimos na abordagem jouveneliana, a política poderia ser

entendida como ciência e também dentro de perspectivas não exatamente acadêmicas, no sentido de prescrever algo rigorosamente científico. Podemos pecar pelo excesso, mas é possível observar também no trecho acima o entendimento da política dentro das questões humanas, tal como formulado por Clausewitz.

Que outros argumentos nos permitem concluir que o entendimento clausewitziano da guerra pode nos termos propostos ser aplicável à política?

A possibilidade de abordagem dos fenômenos políticos a partir de uma perspectiva molecular, centrada em indivíduos e no duelo entre eles como metáfora, permite constatar nessa perspectiva, pelo menos no essencial, a mesma lógica de qualquer conflito político e também da própria guerra. Portanto, entendemos e buscaremos demonstrar que a lógica da guerra nesses termos é operacionalizável com diferentes sujeitos da ação que não somente os Estados.

Tal entendimento nos é permitido pelo próprio Clausewitz, ao compreender que a única diferença da guerra em relação a outros conflitos está no derramamento de sangue. No capítulo anterior, tivemos a oportunidade de constatar a guerra é, no essencial, um duelo entre dois oponentes. Na mesma direção, a passagem seguinte realça também o caráter embrionário ou, no nosso dizer, molecular a partir da perspectiva da política na qual a guerra pode ser entendida. A guerra seria um comércio em larga escala, que por sua vez pode ser comparado à política:

“Nós concluimos portanto que a guerra não pertence ao campo das artes e ciências; ao invés disso ela é parte da existência social do homem. A guerra é um choque entre interesses maiores, o qual é resolvido pelo derramamento de sangue – que é a única maneira em que ela difere dos outros conflitos. Mais do que compará-la à arte nós poderíamos compará-la mais acuradamente ao comércio, que é também um conflito de interesses e atividades humanas; e é *ainda* mais próximo da política, que por sua vez pode ser considerada um comércio em maior escala. A política, ademais, é a matriz na qual a guerra se desenvolve – onde seus lineamentos já existem em suas formas rudimentares, como as características das criaturas vivas em seus embriões” (CLAUSEWITZ, 1984: 149, tradução nossa, grifos no original).

Retomando pontos desenvolvidos sobre a política real e a política absoluta, é plausível concluir – ao adicionarmos pontos importantes da passagem acima - que a política englobaria a matriz mais elementar da guerra, de uma manifestação mais básica, rudimentar até uma feição de extrema intensidade, ou seja, de um caráter real que congrega um nível mais limitado da violência até um congêner absoluto. A diferença da guerra em relação à política e demais conflitos está no derramamento de sangue, nem sempre presente nos últimos.

Quando o general prussiano refere a “um choque de interesses maiores”, podemos compreender que está em jogo um sentido de ação política forte, de algo que poderá ser, de algum modo, aproximado de uma política absoluta. Os interesses em jogo são excludentes. Trata-se de uma soma-zero. Os fins seriam de uma natureza mais intensa, apontando para a possibilidade de só um dos lados sobreviver ou vencer.

Há elementos na conceituação da ação política conforme Bertrand de Jouvenel que nos permitiriam efetuar aproximação dentro da mesma perspectiva explicitada na última citação aqui reproduzida? O trecho a seguir do professor francês, em que usa metáfora semelhante àquela usada por Clausewitz, nos permite responder afirmativamente:

“[...] E como não pareceria razoável buscar as características mais simples da vida a partir de um mamífero mas remeter ao orgânico mais elementar, da mesma maneira, é dentro das situações mais banais que busco os caracteres fundamentais da política: onde começa a ação política também deve começar o estudo” (JOUVENEL, 1963: 12, tradução nossa).

Ou ainda, de acordo com o significado sugerido anteriormente:

“O menor elemento identificável de todo evento político, importante ou menor, é o homem que age sobre o homem. É a ação política elementar” (JOUVENEL, 1963: 29, tradução nossa).

Tal como a definição do general prussiano que associa a guerra ao domínio da existência social, também assim a política deve ser entendida conforme Jouvenel:

“[...] Observações também evidentes deveriam ser suficientes para dissipar a imagem fantasiosa de um homem individual que se move na natureza e decide deliberadamente tratar com seus companheiros. É uma monstruosidade intelectual que supõe um certo agente, adulto e capaz de suprir todas as suas necessidades totalmente sozinho, e negligenciar as condições de sua produção. Esse agente junta livremente suas forças àquelas de outro: quais forças? Aquelas que lhe são fornecidas pela nutrição de toda sorte no seio do ninho social” (JOUVENEL, 1963: 75, tradução nossa).

Ora, se o choque de interesses em mais ampla escala, no âmbito do comércio e da política e também no nível daqueles mais elementares, do duelo, pode ser comparado à guerra e tomado por base para entendimento daquela manifestação entre oponentes em que há derramamento de sangue, a guerra consiste em fenômeno que tem no conflito uma idéia fundamental. Na acepção juveneliana, a ação política no seu formato elementar converge para tal percepção. Definimos em um primeiro momento que o significado da ação política em geral está ligado à busca pelo poder, ao conflito que envolve sujeitos da ação individuais ou coletivos. Se o conflito, a luta, está presente na guerra, também pode ser assim lido na

política. Na formulação juveneliana, a política também é assim definida (JOUVENEL, 1963: 263). Na política, a realidade específica da confrontação que envolve os oponentes determinará a natureza de seu conflito ou luta, tal como na guerra. O sentido patético, de comoção, de forte entrega a uma causa, além do meio violento que tem como desdobramento a transformação da realidade, elementos característicos das ações políticas fortes, também estão presentes na guerra. Todos esses elementos são confirmados pelos seguintes trechos de Clausewitz:

“A guerra é essencialmente luta, dado que a luta é o único princípio efetivo nas várias atividades geralmente designadas como guerra. A luta, por sua vez, é um teste das forças físicas e morais por meio de um *quantum* mediano das últimas. Naturalmente a força moral não pode ser excluída, dado que as forças psicológicas exercem uma influência decisiva sobre os elementos envolvidos na guerra. [...]

A luta determina a natureza das armas empregadas. Essas por sua vez influenciam o combate; assim existe uma interação entre os dois (CLAUSEWITZ, 1984: 127, tradução nossa).

Sendo a luta a única característica efetiva no universo de fenômenos comumente classificados como guerra, estamos, portanto, tratando de um conflito, um ponto em comum em relação à guerra e à política. O tipo de conflito, a luta tomará por base as armas usadas, aspecto que possibilitará entender o modo como um buscará ditar a lei ao outro, de modo que isso permita explicar a natureza de uma manifestação bélica ou conflituosa específica. Em outras palavras, a intensidade da violência e a particularidade pela qual ela é empregada ou ainda, o caráter do meio pela qual a ação política é empreendida, as paixões, os sentimentos envolvidos, são elementos importantes para consideração da natureza específica do conflito.

Se retomarmos a metáfora clausewitziana da guerra como um encontro entre duelistas, temos novamente uma perspectiva muito próxima à congênere juveneliana. Encontramos, portanto, elementos que permitiriam concluir que, ao menos nos conceitos fundamentais e no nível metodológico mais elementar para análise da guerra e da política, temos uma forte semelhança.

Por fim, ainda que seja redundante, a política pode, como a guerra, incorrer na aniquilação e fazer uso para tal do meio violento, ainda que não seja a única possibilidade no rol de alternativas dos conflitos políticos e da convivência social. Temos tal interpretação a partir de outra definição de Jouvenel:

“A atividade política apresenta perigos. Ela nasce inevitavelmente na capacidade que os homens têm de se influenciar uns aos outros e ela procura as benfeitorias dos

empreendimentos comuns, fonte indispensável do progresso social, mas ela acarreta também em muitos problemas. Ela pode conduzir os homens a se injuriarem ou a destruírem a si próprios” (JOUVENEL, 1963: 33, tradução nossa).

Como podemos aprofundar tal entendimento rumo a uma explicação de uma lógica comum à guerra e à política a partir de importantes elementos constituintes do fenômeno guerreiro a partir das definições de Clausewitz? É o que pretendemos explorar a seguir. Ressalte-se que, do ponto de vista teórico e metodológico, a validade de aspectos da guerra em relação à política nesse item foi abordada em caráter apenas inicial. Trataremos disso, daqui por diante, em termos conceituais mais específicos.

2.2. Caráter político da guerra e seu entendimento como ação política forte: objetivo, fim, estratégia, meio, fricção, probabilidades, acaso, elementos morais e físicos

Ainda que nos termos conceituais clausewitzianos seja difícil, dividimos a abordagem de elementos que podem estar ligados à lógica da guerra e da política em dois momentos. O primeiro seria atinente aos meios, objetivos, fins e estratégia. Um segundo momento diria respeito a um conjunto mais amplo de elementos da realidade, entre eles a fricção, que preferimos agrupar com a discussão dos elementos morais e físicos da guerra..

2.2.1. Meio, objetivos, fins e estratégia

Efetuar uma leitura dos aspectos comuns à guerra e à política implica em pensar componentes significativos como os meios, os objetivos, os fins e a estratégia, de modo integrado. O raciocínio clausewitziano leva a grande dificuldade de concebê-los de modo separado. Começemos com a discussão atinente aos fins e objetivos.

Porque todas as guerras podem ser consideradas políticas ao considerarmos seus objetivos e fins?

Antes de mais nada, deve-se buscar impor a vontade sobre o oponente. Há, portanto, interesses conflitantes, inconciliáveis. Impor a nossa vontade ao inimigo é o fim da guerra, isto é, exercer poder sobre o oponente. O objetivo é o de desarmar o inimigo.

Abordemos fim e objetivo com vistas àquilo que é comum à guerra e à política. Partindo da guerra naquilo que constitui sua lógica nas suas respectivas manifestações reais, é preciso reter pontos importantes, recorrendo a passagens e idéias já abordadas de Clausewitz, conforme Oliveiros Ferreira:

“A finalidade da ação política forte (da guerra), como vimos, é impor nossa vontade ao adversário (a vontade da organização). O meio para tanto é a violência física, mas também pode ser a violência moral, via Lei, isto é, tribunais. O importante a assinalar é que a guerra não se limita a meio ou fim; ela tem objetivo: ‘Para atingir esse fim (impor a vontade ao adversário) em toda a segurança é preciso desarmar o adversário, e esse desarmamento é por definição o objetivo propriamente dito das operações de guerra’. Vem em seguida a observação capital: ‘Ele toma o lugar do fim, e o afasta por assim dizer, como qualquer coisa que não pertence à guerra ela própria’. Desarmar o adversário, na ação política forte, é tomar o aparelho do Estado. Apenas pela posse do aparelho de Estado [...] é que será possível, usando da violência física ‘legalizada’ e da violência moral, impedir o adversário de conquistar esse mesmo aparelho. Ora, é porque a tomada do aparelho tende a assumir o lugar da imposição de uma visão do mundo à sociedade (de nossa vontade ao adversário) que somos tentados muitas vezes a confundir a tomada do aparelho de Estado (via eleições...) com a finalidade mesma da ação política e a nos contentar com ocupar ministérios e funções de DAS (na nomenclatura brasileira). Quando se confunde o objetivo com o fim, a ação política tende a ser necessariamente fraca, porque deixou de ter finalidade, de ser pateticamente mobilizadora das massas, que, como Trotsky assinalou, sabem apenas que não podem mais suportar o *status quo*, a direção do movimento e da insatisfação de seus anseios sendo dada pela organização” (FERREIRA, 1994: 31-2).

Busquemos aprofundar o sentido da passagem acima. Por que em uma ação política o sujeito da ação fraca confunde objetivo e fim? Como as ações políticas fortes que não sejam guerras possuem pontos em comum com a definição clausewitziana? Porque uma revolução ou uma ação política que imponha uma visão de mundo a uma sociedade, ou ainda uma guerra, os sujeitos da ação não confundem objetivo e fim? Como abordar os elementos da ação política forte nesse raciocínio no que se refere à lógica da guerra, que é eminentemente política? Como dar respostas a tais problemas na leitura de Clausewitz?

Nossas respostas começam com o tipo de esforço imposto ao adversário. Tal dinâmica de fazer a lei de acordo com o que se quer impor ao oponente pode ser a chave do problema. Tanto maior o empreendimento a ser alcançado, maior o esforço, maior a pena a ser imposta ao inimigo. No que se refere à guerra como ação política forte, tratamos de uma ação que envolve a transformação do mundo. Em linhas gerais, o que tal perspectiva envolve?

No que tocante à guerra, o objetivo político, o caráter da vontade que se pretende impor ao oponente é o elemento que serve de parâmetro para o esforço e as características específicas da guerra que se pretende lutar. Em outras palavras, o tipo de mudança e transformação na realidade que se almeja determinam o grau de esforço dos oponentes na manifestação do fenômeno bélico.

Quanto à uma revolução ou ação política forte que não seja uma guerra, a imposição de uma visão de mundo à sociedade, que na guerra equivale à imposição de nossa vontade ao adversário, não é uma transformação que pode ser obtida, na maior parte das vezes, no contexto de uma escolha pelo voto, de uma eleição, se os desdobramentos do pleito eleitoral não repercutirem em termos de uma ruptura, uma transformação, uma drástica mudança ou algo que leva a uma revolução. É sabido das dificuldades de mudanças e rápidas transformações, rupturas por meio das eleições. A luta determina a natureza das armas, para parafrasear Clausewitz. De que tipo de luta se trata? Não se trata de um jogo soma-zero necessariamente. Uma luta parlamentar, com regras compatíveis com um regime democrático representativo, que envolve “armas” não relacionadas à violência, com limites ao uso do poder e da violência por parte dos governantes e indivíduos ligados a funções e órgãos do Estado, compromissos, negociações, alianças, cooptação e até mesmo corrupção e, nesse contexto, disputa, portanto, entre partidos, dentro da explicação do último comentador citado:

“Aqui já não jogamos com conceitos, mas com a observação da realidade, e o que se escreve vale não apenas para a revolução, para as ações políticas fortes, mas também para as ações políticas, se não fracas no sentido de [...] [Jouvenel], pelo menos as comuns; em qualquer jogo parlamentar, não sou senhor de mim mesmo, porque o chefe do partido adversário me dita sua lei, como eu lhe dito a minha. Uma delas é o ‘*do ut des*’ – é aceitar ou largar o ‘é dando que se recebe’” (FERREIRA, 1994: 35).

Ora, o esforço demandado numa luta de tal natureza, o de alcançar o aparelho do Estado em tal contexto, o equivalente a desarmar – entenda-se, privar da posse do aparelho do Estado pela via eleitoral e parlamentar - o adversário por meios pacíficos ou que não envolvam a violência ou a possibilidade de recurso à mesma, vislumbra um esforço contrário à imposição de uma revolução. A natureza das “armas” envolvidas nesse caso específico subentende um pluralismo ou uma certa coexistência. Nesse caso, em se tratando de uma democracia, democratas e revolucionários de diferentes matizes têm que tolerar-se, dentro dos limites do regime, ainda que eles defendam concepções de mundo distintas. Os revolucionários, nesse caso podem almejar, em outro momento, romper com a democracia

vigente. Não se trata de conflito cuja natureza indique que o adversário me dite uma lei com dinâmica totalmente excludente, ou seja, eu o destruo antes que ele o faça comigo.

De modo diverso em relação às ações políticas comuns ou fracas, impor uma visão de mundo é fazer jus ao caráter que se intenta e o meio para tal, que pode muitas vezes romper com uma ordem democrática, é coercitivo, diz respeito à violência, ao uso da força, ou ainda a possibilidade de recorrer a tal violência como garantia para a consecução do fim. Algo que para lograr efeito não pode ter oposição, não pode encontrar um adversário que esteja armado com o fim de bloquear tal finalidade. A violência “legalizada”, aquela do Estado entendido como monopólio do uso da força dentro de tal perspectiva, não deixa, pelo menos juridicamente, margens para que o adversário possa questionar a validade de tal atitude. Nesse caso, o Estado impõe a sua lei aos seus oponentes no sentido de aniquilá-los para que eles não possam, de modo algum, a consecução de uma revolução. A natureza das armas envolvida em tal situação demanda, por parte dos revolucionários, desarmar aqueles que agem em nome do Estado para proteger seu aparelho e suas instituições. Simultaneamente, em função da natureza do conflito, os revolucionários também buscam impor sua vontade àqueles que detêm o poder estatal com armas da mesma natureza, caracterizadas, assim como aquelas utilizadas pelo Estado, pela força. Outra possibilidade com mesmo sentido é aquela em que um Estado impõe sua vontade a outro. Na guerra, sabemos que o meio peculiar implica no derramamento de sangue. Na revolução,

“... o que se pede ao adversário é um sacrifício muito grande – portanto pode e deve esperar-se que ele faça grandes esforços para impedir que atinjam os nossos objetivos e que o processo seja da amplitude do sacrifício” (FERREIRA, 1994: 33).

Como o objetivo e o fim em uma ação política comum ou fraca são confundidos pelo sujeito da ação? O equivalente a “desarmar o adversário” é privá-lo de seus instrumentos que lhe proporcionam poder em uma ordem democrática: cargos eletivos, postos de confiança dentro de um governo; o fim – o que equivale a “impor nossa vontade ao inimigo” – galgar a mesma posição que o oponente busca no aparelho do Estado para ter poder, ou à sua maneira, “impor a vontade a outrem”, ou seja, dispor daquelas posições de poder – cargos, postos – que possibilitam que o adversário seja obrigado a aceitar as determinações de governo do grupo, partido ou coalizão no poder. Ora, estamos tratando justamente da confusão entre fim e objetivo. Se nas eleições, busca-se privar o oponente de seus instrumentos, suas “armas” para alcançar o poder e o aparelho do Estado – a vitória em eleições, que é o objetivo, e ocupar posições no aparelho do Estado (o equivalente ao fim, também com a possibilidade de fazê-lo pelas eleições) para “sujeitar” o oponente à sua vontade. O fim, nesse caso, se adequa à feição

de um regime democrático, em que há eleições. Portanto, temos que objetivo e fim são muito parecidos e são confundidos muitas vezes por aqueles que buscam o poder.

Assim, se não se pode confundir a mera tomada do aparelho do Estado com a imposição de uma concepção de mundo, a presença no aparelho do Estado por si só não resulta em uma nova concepção de mundo. Tomar o aparelho do Estado através das eleições implica, no geral, em aceitar as “regras do jogo” de uma dada democracia ou regime, que impõe limites às transformações, às rupturas que se almeja, aos fins, e portanto, também aos meios aos quais se pretende recorrer. Vencer um pleito eleitoral não implica em tirar a possibilidade de que o perdedor venha a desalojar do aparelho do Estado o seu oponente vencedor da votação em outra oportunidade. O objetivo alcançado se confunde com o próprio fim pelos dois lados, sem que se chegue a um resultado final, conclusivo, de se buscar definitivamente a imposição da vontade de um sobre o outro, isto é, no sentido de aniquilar ou minar os recursos físicos e morais do oponente. O objetivo e o fim se confundem. Afinal, podemos enumerar também como justificativa disso a possibilidade de alternância no poder, por mais que um lado sempre busque manter seu *status quo*, dentro dos limites do regime, a coexistência dos concorrentes, tendo ao menos um deles no aparelho do Estado é o objetivo e, ao mesmo tempo, o fim para a preservação de tal competição dentro das “regras do jogo”, até mesmo para que a democracia ou o regime em questão seja preservado. Não há fim no sentido de impor uma vontade ao adversário. De acordo com o sentido forte da ação política, essa perspectiva, pode, muito provavelmente, colocar em cheque as instituições democráticas e impedir a possibilidade pluralista de alternância no poder. No âmbito das eleições, não se coloca, dentro das regras características de uma democracia, vencer o inimigo inapelavelmente, aniquilando-o fisicamente.

Isso nos leva a uma pergunta: somente uma vitória total nas ações bélicas, revolucionárias e outras ações políticas fortes semelhantes pode efetivamente sacramentar de modo inequívoco os objetivos políticos e os fins, seja na tomada do aparelho do Estado e na imposição de uma concepção de mundo, seja na guerra em que o Estado inimigo é desarmado e a vontade do vencedor lhe é imposta?

Enunciemos outra indagação no mesmo sentido. No que se refere à guerra, a famosa frase do comandante do corpo expedicionário dos Estados Unidos da América durante parte da Guerra da Coreia (1950-3), o general Douglas MacArthur: “Não há substituto para a

vitória”¹, ilustrativa de sua intenção de uso de armas atômicas para pôr termo ao conflito, resumiria em poucas palavras a idéia de uma violência que se sobrepõe à política, que, em curto espaço de tempo, com uma rápida e contundente manifestação de uso da força, conclui um dado conflito. Dito com outras palavras, a extrema violência ou a proximidade disso nos termos explicitados podem de alguma maneira se sobrepor à política? As razões militares podem ter maior importância que qualquer consideração de ordem política que não aceite outra solução que não seja a total aniquilação do inimigo e de seus recursos de diferentes ordens, não somente físicos, como também morais? Tal quadro concebe a guerra sem política? Pode ser correta tal possibilidade dentro do universo conceitual clausewitziano?

É impossível, como vimos, submeter o oponente através de uma única descarga de violência. Tanto a guerra como um dado processo político, retomando aspectos outrora definidos, não podem ser compreendidos à luz de um ato decisivo ou conjunto de atos decisivos, ou mesmo da erupção repentina de um dado conflito. Conforme Clausewitz, a natureza da guerra, entendida a partir das modificações (os diversos componentes da fricção, o contingenciamento político, dentre outros) registradas no seu puro conceito, independentemente de suas manifestações individuais, nos permitem entender que não há um desfecho rápido e ininterrupto da luta. A precaução quanto ao perigo, a indecisão, o cálculo que envolve responsabilidade e uma certa reserva ao espírito marcial por parte do comando, a ausência de entusiasmo, a constatação de um pequeno espírito hostil, a imperfeição humana quanto a um completo e acurado julgamento do inimigo e a superioridade da defesa sobre o ataque, enfim, as limitações que os lados oponentes se impõem, dão o real caráter da ação e da suspensão das ações hostis no processo de luta (CLAUSEWITZ, 1984: 217-8).

É durante a confrontação bélica que se ajustam as intensidades dos esforços a serem dirigidos de um inimigo ao outro:

---

¹ De acordo com Bernard Brodie, essa afirmação foi usada por MacArthur primeiramente em uma carta ao congressista norte-americano Joseph W. Martin datada de 20 de março de 1951, com fortes indícios de que o general norte-americano se referia a uma crença amplamente desfavorável a uma negociação com o inimigo para obter termos favoráveis aos Estados Unidos. Tanto assim que a frase voltou a ser empregada em discurso proferido por MacArthur no Congresso estadunidense em 19 de abril, com o seguinte adendo: “Mas uma vez que a guerra nos é forçada, não há outra alternativa do que aplicar todos os meios disponíveis para trazê-la a um fim rápido. O maior objetivo da guerra é a vitória...” (BRODIE, 1973: 4, tradução nossa). Após a entrada chinesa na Guerra da Coreia, as medidas propostas por MacArthur seriam: lançar de 30 a 50 bombas atômicas sobre bases estratégicas na Manchúria, desembarcar meio milhão de soldados chineses nacionalistas adeptos de Tchang Kaichek e, após a derrota chinesa, erguer uma barreira de cobalto radioativo na fronteira sino-coreana no rio Yalu (RICUPERO, 2004: B2).

“ [...] deve ser lembrado que nenhum oponente é uma pessoa abstrata para o outro, nem mesmo na amplitude do fator no poder da resistência, que é claramente a vontade, que é dependente de fatores externos. A vontade não é um fator completamente desconhecido; nós podemos formular um prognóstico sobre ela amanhã com base no que ela é hoje. A guerra nunca irrompe inesperadamente, nem pode ser difundida instantaneamente. Cada lado pode portanto avaliar o outro por uma medida maior do que ele é ou faz, ao invés de julgá-lo por aquilo que, ele, estritamente falando, deveria ser ou fazer. O homem e seus assuntos, contudo são sempre imperfeitos e nunca alcançarão o melhor absoluto. Tais deficiências afetam ambos os lados igualmente e portanto constituem uma força moderadora” (CLAUSEWITZ, 1984: 78, tradução nossa).

Em uma revolução ou ação política forte de algum modo similar e, ainda, em outras ações políticas em geral, de acordo com uma interpretação sobre Clausewitz, aplicada aos processos políticos, conflitos, às lutas entre os lados beligerantes, temos que tal oposição não surge repentinamente nem é abstrata nem teórica:

“Extraordinária lição, que se aplica não apenas ao processo político em geral: é no decorrer do processo que se conhece de fato o adversário, e é esse conhecimento, associado ao fato de o homem nunca chegar ao melhor absoluto, que introduz no processo de ações políticas fortes um princípio moderador. A afirmação de que o princípio moderador se introduz no processo revolucionário deve ser tomada *cum grano salis*²: estabelecendo ela um princípio político por assim dizer absoluto a inspirar e dirigir as ações, ação revolucionária (os combates na frente, ação repressiva na retaguarda, o tchekismo³) tenderá a ser da amplitude do objetivo político perseguido. Por isso as revoluções são cruéis” (FERREIRA, 1994: 33).

Para Clausewitz, o extremo poderá servir de guia à guerra e à política somente no plano teórico e, ainda assim, com ressalvas:

“[...] Se fôssemos pensar puramente em termos absolutos, poderíamos evitar cada dificuldade com o toque da caneta e proclamar com inflexível lógica que, uma vez que o extremo deve ser sempre o objetivo, o maior esforço deve sempre ser usado. Qualquer manifestação de tal tipo seria uma abstração e não modificaria o mundo real de modo algum.

Mesmo assumindo que o esforço extremo seja uma quantidade absoluta que pudesse ser facilmente calculada, alguém deve admitir que a mente humana dificilmente será guiada por tal fantasia lógica. Ela freqüentemente resultaria em força sendo desperdiçada, o que é contrário a outros princípios da política de Estado. Um esforço da vontade fora de toda

---

² Expressão latina que significa: “com alguma ressalva”.

³ Alusivo à polícia secreta russa do início do século XX, conhecida como ‘tcheka’.

proporção do objetivo em vista seria necessário mas não seria realizado, já que as sutilezas da lógica não motivam a vontade humana (CLAUSEWITZ, 1984: 78, tradução nossa).

Tal perspectiva pode ser confirmada pela leitura de outro trecho de Clausewitz:

“Se a guerra é parte da política, a política determinará seu caráter. Como a política se torna mais ambígua e vigorosa, assim será a guerra, e isso pode chegar ao ponto onde a guerra alcança sua forma absoluta. Se olharmos a guerra sob esse prisma, não precisamos perder de vista este absoluto: ao contrário, devemos constantemente tê-lo em mente.

Somente se a guerra é vista dessa maneira pode sua unidade reaparecer; somente então podemos ver que todas as guerras são coisas da *mesma* natureza; e somente isso dará o critério correto para conceber e julgar grandes desígnios” (CLAUSEWITZ, 1984: 606, tradução nossa, grifos do autor).

Nesse momento, abordamos como a política pode servir de entendimento à guerra. Pode-se deduzir do trecho citado que a política real de um Estado não consiste em desperdício de força, de forma díspar com relação ao objetivo em vista. Nesse trecho, é possível estabelecer uma relação com a política. Não se trata de considerar as sutilezas da lógica do extremo ou da aproximação em relação a ela. A característica norteadora que se leva em conta para que não seja empregado um esforço indevidamente é exatamente a política, que tem em vista a consecução de objetivos e fins. Fosse o oposto, estaríamos tratando do plano teórico.

Distinto em relação ao plano teórico, está a ação política forte que, de modo semelhante à guerra, só pode levar ao entendimento de que o poder estaria efetivado após o assalto e conquista do aparelho do Estado se não houver a possibilidade do inimigo vir a fazer o mesmo posteriormente.

Retomando pontos da definição da guerra real (CLAUSEWITZ, 1984: 78) e voltando ao entendimento daquilo que na guerra pode ser válido para a política, a tomada do poder referente a um Estado – a conquista de seu aparelho - e a eliminação dos oponentes nunca constituem ato único e repentino, tampouco perfeito em si próprio. As revoluções e vários processos políticos similares com uma conotação forte, levaram ao poder grupos e indivíduos que buscaram aniquilar seus inimigos. Todavia, nunca o conseguiram de uma só vez e na sua totalidade. Ao contrário, tal poder, sempre deve ser consolidado e reafirmado, pois na disputa pelo aparelho do Estado, de algum modo, poderá haver grupos ou indivíduos que buscarão tomá-lo.

O processo revolucionário francês teve sua insurreição com a queda da Bastilha. Vários grupos travaram lutas intestinas pelo poder nos anos subsequentes, até que Napoleão

consolidasse e continuasse o processo revolucionário. No entanto, ele não conseguiu eliminar a linhagem dinástica dos Bourbon, os monarquistas restauradores da velha ordem e seus partidários, bem como seu representante que ansiava seu trono e que viria a ocupá-lo após sua derrota final em Waterloo. No plano externo, o general corso levou a guerra quase ao absoluto, também não alcançou o intento de destruir totalmente seus opositores na Europa, o que possibilitou também sua derrota posteriormente. A seguinte afirmação é possível de ser entendida dentro desse entendimento, tanto no que concerne à guerra como no campo da política, como formula Clausewitz:

“Por último, mesmo o último resultado de uma guerra não pode ser sempre tomado como final. O Estado derrotado freqüentemente considera o resultado meramente como um mal transitório, para o qual um remédio pode ser ainda encontrado nas condições políticas de uma data posterior. É óbvio como isso, também, pode diminuir a tensão e reduzir o vigor do esforço” (CLAUSEWITZ, 1984: 80, tradução nossa).

Ainda que a referência específica do trecho acima seja atinente à guerra, as “condições políticas” em pauta permitem compreender que não há um desfecho de caráter definitivo tanto nas relações políticas entre os Estados (que incluem também a guerra), mas também na luta entre organizações pelo poder sobre um dado aparelho estatal.

Assim como na guerra, em que o resultado nunca pode ser considerado como definitivo, também na política como um todo, deve-se buscar mais poder como imperativo de sua manutenção. O processo de luta pelo poder nunca cessa por completo, considerando que os lados em luta referenciam-se por circunstâncias no tempo que melhor lhes convenham. A lógica política que permeia a guerra se faz presente em tal raciocínio. A busca por poder não se encerra na própria ação política, seja ela forte ou fraca. Trata-se de processo que continuará adiante.

Dado o amplo leque que caracteriza o que Clausewitz refere no trecho acima como “condições políticas”, pensamos que é concebível tanto nas relações políticas como um todo entre os Estados (que incluem as guerras, mas não são restritas às mesmas), quanto na luta entre organizações pelo poder sobre um dado aparelho estatal, a luta pelo poder sempre estará em pauta.

De modo diverso no que tange à guerra, conforme a análise de Bernard Brodie, a manifestação única e completa de violência (não subordinada de modo algum à política, idéia que o general prussiano reputa como completamente equivocada) seria exatamente o que, senão todos, mas a maioria dos generais modernos, gostaria que acontecesse. “Há mais do que um simples cheiro dessa idéia na frase do General MacArthur: ‘Não há substituto para a

vitória”⁴ (BRODIE, 1984a: 644, tradução nossa). Assim, a remoção do general MacArthur do comando das tropas norte-americanas na Guerra da Coréia pelo então presidente Truman, baseou-se na possibilidade das gravíssimas consequências a partir de um maior envolvimento, no nível do armamento nuclear com a participação da União Soviética e da China. Conforme Bernard Brodie, a Guerra da Coréia foi a primeira guerra moderna limitada (no que se refere ao pós-Segunda Guerra Mundial). Muito disso se deve aos objetivos e condições militares e políticas limitadas presentes nesse conflito de ambos os lados.

Para Clausewitz, a título de exemplo, a guerra pode ter um caráter limitado, face, por exemplo, à conquista de uma província ou território inimigo. Não é nosso intuito abordar especificamente a Guerra da Coréia, mas ela, em alguns aspectos, nos é pontualmente útil no que se refere ao contexto específico envolvendo as idéias do general MacArthur, referentes à guerra desprovida de política. Sabemos que seu contexto, assim como o das guerras do século XX trabalhadas como exemplos, divergem bastante das guerras da época de Clausewitz. As especificidades de tais guerras nos servem no sentido de exemplificar como os objetivos e condições políticas articularam a condução das mesmas.

A Guerra da Coréia teve um caráter limitado (como termo que se aplicaria à feição desse episódio específico de uma guerra real) não só pela possibilidade de uma guerra nuclear, já mencionada, mas pelo mandato obtido pelos Estados Unidos e aliados para a intervenção na península coreana junto à Organização das Nações Unidas, que limitavam as hostilidades às fronteiras com a China, no rio Yalu, além de considerar tal região uma espécie de “santuário”, área sensível cuja intervenção nela e além de seus limites territoriais seriam

---

⁴ Tal é o contexto mais amplo em que se insere tal frase de MacArthur. Um dos mais severos críticos da Guerra da Coréia, o senador republicano Joseph W. Martin, afirmara em discurso: “Se não estamos na Coréia para ganhar, então essa administração deveria ser indiciada pelo crime do assassinato de milhares de rapazes americanos”. MacArthur expressou admiração pelas idéias do senador, “como elas seguem o padrão convencional de enfrentar a força com a máxima contraforça como nunca falhamos ao recorrer no passado”. Por fim, o trecho da frase referente à vitória: “Parece estranhamente difícil perceber para alguns que está aqui na Ásia o local que os conspiradores comunistas elegeram para fazer seu jogo para a conquista global, e que nós nos juntamos a essa questão assim piorada no campo de batalha; que aqui lutamos a guerra da Europa com armas, enquanto os diplomatas lá ainda lutam-na com palavras; que se nós perdermos a guerra para o comunismo na Ásia, a queda da Europa é inevitável; vençamo-la e a Europa muito provavelmente evitará a guerra e a ainda preservará a liberdade. Como o senhor aponta, temos que ganhar. Não há substituto para a vitória (*apud* BRODIE, 1973: 83, tradução nossa).

formalmente proibidos diante do temor de uma escalada envolvendo não somente a China, como também a União Soviética. O referencial fundamental de objetivos da guerra em questão giraria em torno da restauração do *status quo ante bellum*⁵ no paralelo 38, como objetivo militar, e da contenção da União Soviética como objetivo político. Acrescente-se as razões às restrições aos planos de MacArthur de uso de armas atômicas, em ordem decrescente de importância: a produção de bombas nucleares naquele momento era limitada e seu estoque pequeno e limitado, reservado inteiramente para o teatro de operações europeu, especialmente no caso de conflito ou ameaça envolvendo a União Soviética, possibilidade bastante temida na época; a posição contrária do Estado-Maior Combinado norte-americano ao uso tático (no sentido clausewitziano, isto é, do uso das forças no engajamento) de tais armas; os aliados norte-americanos nas Nações Unidas, especialmente a Grã-Bretanha, opunham-se ao uso de tais armas na Coreia; o fato da União Soviética ter efetuado seu primeiro teste nuclear em 1949 colocava em dúvida o real poderio atômico dessa superpotência, até para efeitos de retaliação no contexto da guerra de 1950-3; por fim, até mesmo o argumento de uma suposta motivação racista pelo fato das bombas atômicas terem sido lançadas contra japoneses e considerar-se a possibilidade de fazê-lo contra outros povos asiáticos, a saber, chineses e coreanos, ao invés de empregá-las contra os alemães. É muito improvável que o governo estadunidense tenha considerado o último argumento para suas decisões. Contudo, como ressalta Bernard Brodie, “os governos gostam de parecer sofisticados nos refinamentos de suas políticas, mesmo quando as decisões básicas são do tipo mais simplista” (BRODIE, 1973: 64-5).

Em que pese um certo desequilíbrio de forças em favor dos Estados Unidos em meados de 1951, mesmo com a grande mobilidade dos fronts em pouco tempo de conflito, após a destituição de MacArthur do comando, vários fatores internos – ausência, pela primeira vez, de autorização do Congresso norte-americano para uma intervenção, forte oposição parlamentar republicana, dificuldades econômicas e de alistamento militar, crescente impopularidade do conflito frente à opinião pública (em parte devida à grande popularidade de MacArthur que, além de veterano de duas guerras mundiais, era considerado um verdadeiro herói de guerra, tendo recebido enorme e entusiástica recepção ao retornar para os Estados Unidos) com o prolongamento das hostilidades e o aumento das baixas em guerra admitida como uma ameaça menor ou indireta à segurança nacional, os limites colocados a Truman em função da eleição presidencial de 1952 e a própria ausência de uma vontade maior

---

⁵ Expressão latina que significa “situação anterior à guerra”.

dos dirigentes estadunidenses de uma ofensiva que lhe desse termos mais favoráveis – determinaram o “êmpate” que caracterizou o desfecho do conflito, com a assinatura de um armistício em 1953 (BRODIE, 1973: 57-112).

Como podemos relacionar isso ainda mais às formulações de Clausewitz? O conflito na península coreana não foi caracterizado por uma energia ou motivação da mesma envergadura da Segunda Guerra Mundial. As motivações e objetivos políticos, a partir da caracterização acima, parecem distintos dos objetivos militares, e nos aparece encaixar-se à seguinte caracterização clausewitziana:

“Quanto mais poderosos e inspiradores os motivos para a guerra, mais eles afetam as nações beligerantes e quanto mais energéticas as tensões que precedem o seu início, mais próxima se aproximará de seu conceito abstrato, e mais importante será a destruição do inimigo, e mais próximos os fins políticos e militares parecerão estar. Por outro lado, quanto menos intensos os motivos, menos a tendência natural à violência coincidirá com as diretivas políticas. Como resultado, a guerra será desviada de seu curso natural, o seu objetivo será mais e mais variante em relação ao fim da guerra, e o conflito parecerá crescentemente de caráter *político*” (CLAUSEWITZ, 1984: 87-8, tradução nossa, grifos no original).

Dentro desse mesmo tema, é possível conceber separadamente objetivos políticos e objetivos militares? Rigorosamente falando, tal hipótese não é plausível, o que permite concluir que não há, de modo algum, como conceber a guerra sem política. A condução da guerra dependerá sempre da política de um Estado e de sua vontade, sua inteligência personificada. Todo objetivo militar é necessariamente político e não há rigorosamente um objetivo puramente militar. Ademais, naquele momento preliminar à consecução dos objetivos, a concepção ou elaboração de um plano de guerra faz a arte da guerra igualar-se à política, em conformidade com idéia já explicada e confirmada pelo raciocínio a seguir de Clausewitz:

“Em resumo, o mais alto nível da arte da guerra a transforma em política – mas uma política conduzida pela luta nas batalhas mais do que pelo envio de notas diplomáticas.

Podemos ver agora que a assertiva de que um desenvolvimento militar maior, ou o plano para tal, seja uma questão para uma opinião *puramente militar* é inaceitável e pode ser danosa. Nem de fato ela é razoável para soldados servis, tanto quanto para muitos governos quando eles estão planejando uma guerra, pedir-lhes *conselhos puramente militares*. Mas tem ainda menos sentido para os teóricos afirmar que todos os recursos militares disponíveis deveriam ser colocados à disposição do comandante de modo que sua base que possa levar em conta planos puramente militares para uma guerra ou uma campanha. É em todo caso uma

questão de experiência comum que apesar da grande variedade e desenvolvimento da guerra moderna, suas maiores linhas ainda são definidas pelos governos. Se devemos ser técnicos sobre isso, nos baseamos em um corpo politicamente puro e não em um corpo militar” (CLAUSEWITZ, 1984: 608-9, tradução nossa, grifos do autor).

Em termos de exemplificação, tomemos a temática dos objetivos militares e políticos envolvendo os aliados no teatro de operações europeu no fim da Segunda Guerra Mundial. O raciocínio do presidente norte-americano, Roosevelt, gravitava em torno dos motes da “rendição incondicional” e da grande ênfase na distinção entre “ganhar a guerra” e “ganhar a paz”. Tal linha colocava aparentemente em evidência o objetivo militar, mas ressaltava uma intenção de não envolvimento dos Estados Unidos nas questões européias no pós-guerra. Por sua vez, o primeiro-ministro britânico Churchill colocava a necessidade junto ao comandante militar aliado, general Eisenhower, de fazer frente à ameaça soviética.

Após o desembarque anglo-americano na Normandia em junho de 1944, advogara uma mudança de planos: ao invés de um plano de novo desembarque de tropas no litoral francês do mar Mediterrâneo, tais forças deveriam ser posicionadas na Itália, em direção aos Balcãs. Eisenhower – conforme relata em seu livro de memórias sobre o conflito - se opôs ao plano, alegando não haver argumentos de ordem estritamente militar que colocassem em xeque o plano de desembarque no Mediterrâneo. Completava seu posicionamento, acrescentando que o plano de Churchill implicava em aumento do custo econômico e de vidas, além de prolongar a duração do conflito. Eisenhower avaliava que essa idéia tinha possivelmente natureza política e não militar. Assim, solicitou ao primeiro-ministro britânico que se reportasse ao presidente Roosevelt para avaliar tal intento (*apud* BRODIE, 1973: 37-42).

No período de Agosto-Setembro de 1944, sob as ordens de Stalin, o Exército Vermelho desviou suas forças do rumo de Varsóvia entre 10 e 12 milhas. O objetivo “estritamente militar” tinha em vista o tempo necessário aos alemães para liquidarem o levante de Varsóvia e seus componentes e líderes não comunistas, sem necessidade de tal intento ser feito sob as ordens do secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética (BRODIE, 1973: 42). Assim, pode-se demonstrar que a lógica da guerra tem por trás a feição do poder. Uma decisão aparentemente de cunho militar, enseja, entre outros, o objetivo político: encontrar por ocasião da conquista e ocupação de toda a Polônia pelo Exército Vermelho um ambiente político ou correlação de forças mais favorável ao domínio soviético, tendo sido as forças não comunistas anteriormente massacradas pelos alemães.

Questão semelhante aos exemplos anteriores estava posta no tocante às ordens de Eisenhower ao general Patton sobre o avanço em direção a Tchecoslováquia. Tal empreitada, na avaliação do comandante estadunidense, teria alto custo em vidas, em função de tropas alemãs de reserva no caminho. Ademais, a Tchecoslováquia não tinha grande relevância militar. A objeção de Patton, a despeito de tais motivos, colocava em vista o problema político, a saber, a ocupação da Tchecoslováquia pelos soviéticos (FERREIRA, 1994: 28).

Pensemos agora como a guerra, em termos de sua lógica política, pode ajudar a explicar a ação política, ainda que com objetivos limitados. É concebível a ação política forte e a guerra com objetivos limitados? A resposta é afirmativa. Muitos conflitos bélicos terminaram com a consecução de objetivos políticos e militares limitados, como já explicamos. Assim, pode-se também admitir uma paz sem vitória. Como então, pensarmos a partir da guerra o modo como a política ajusta os esforços dos lados oponentes?

Encontramos solução nas circunstâncias específicas em que a política pode até servir como elemento moderador, inclusive no que concerne a problemas da política interna de um Estado. A passagem seguinte se reveste de grande importância, uma vez que, além de demonstrar a linha de argumento mencionada, admite a guerra explicitamente como ação política:

“Tal interação poderia levar a um esforço máximo se um máximo pudesse ser definido. Mas nesse caso toda a proporção entre as ações e as demandas políticas seriam perdidas: os meios deixariam de compatibilizar com os fins, e na maioria dos casos uma política de máximo esforço falharia devido aos problemas domésticos que ela traria” (CLAUSEWITZ, 1984: 585, tradução nossa).

Em conformidade com os fatos e a formulação do general prussiano, não pode haver a guerra sem a política ou entendimento de que guerra possa sobressair em relação à política ou ainda, que a guerra seja autônoma. A motivação política, o objetivo político que dá o tom dos esforços a serem dispensados em conduta de uma guerra. Daí a lógica política desse fenômeno. O objetivo político dará o diapasão do caráter, natureza e magnitude dos esforços a serem empregados. Já tivemos a oportunidade de verificar que, em um plano de guerra, a violência em sua extremidade, como “fantasia lógica”, característica da guerra absoluta, poderá ser um parâmetro a ser levado em conta. De modo distinto, a política, associada ao objetivo, nunca poderá deixar de ser considerada:

“É hora de retornar ao tema principal e observar que enquanto a política é aparentemente excluída em um tipo de guerra mas é fortemente evidente no outro, ambos os tipos são igualmente políticos. Se o Estado é pensado como uma pessoa, e a política como

produto de seu cérebro, então entre as consequências para as quais o Estado deve estar preparado encontra-se uma guerra na qual cada elemento pede que a política seja eclipsada pela violência. Somente se a política não é referida como resultado de uma justa apreciação das questões, mas - como ela convencionalmente é - como desvio cauteloso, até mesmo desonesto em relação à violência, poderia o segundo tipo de guerra aparecer como mais ‘político’ do que o primeiro” (CLAUSEWITZ, 1984: 88, tradução nossa).

No trecho citado, Clausewitz também considera a possibilidade da política ser concebida por uma pessoa que personifica a inteligência do Estado. É obra do intelecto e da consciência tomar a guerra e a violência como parte integrante da política. A ‘justa apreciação de questões’ políticas pode ser obra de uma ou mais pessoas, seja para o Estado, seja para outros sujeitos da ação.

Tal entendimento sugere que a lógica da guerra, focada na política, implica na centralidade desse elemento, como se a política fosse uma espécie de lei mais importante, despótica em relação à guerra?

Não é exatamente isso. A política não é uma legisladora despótica:

“[...] Se nós temos em mente que a guerra surge de algum propósito político, é natural que a causa primordial de sua existência permaneça a suprema consideração ao conduzi-la. Isso, contudo, não implica que o objetivo político seja um tirano. Ele tem que se adaptar para seus meios escolhidos, um processo que pode radicalmente mudá-lo. Mas o objetivo político permanece a primeira consideração. A política, então, permeará todas as operações militares, e, tanto quanto suas naturezas violentas o admitirem, ela terá uma contínua influência sobre elas” (CLAUSEWITZ, 1984: 87, tradução nossa).

Aproveitando o ensejo do tema político, terá sempre o objetivo político o mesmo peso, a mesma importância ao ser considerado para nortear a conduta na guerra? Tal pergunta é crucial para buscarmos definir uma lógica da guerra em que a política joga papel fundamental.

A resposta é negativa, pois dentro da discussão que efetuamos no capítulo anterior, vimos que ainda que a política seja crucial para a guerra, é difícil estabelecermos uma lei geral no sentido rigoroso, estrito da expressão. Daí deriva o entendimento de que não podemos atribuir um certo sentido à política que possa ser generalizado para toda e qualquer guerra. É evidente que o objetivo político joga papel crucial na guerra e que ele seja um fator essencial, *mas não se pode dizer que ele seja o fator crucial na mesma magnitude em diferentes situações*. É o próprio Clausewitz quem nos autoriza tal interpretação:

“[...] Se ele [o objetivo político] é totalmente um cálculo de probabilidades baseado em indivíduos e condições específicas, o *objetivo político*, que foi o *motivo original*,

necessariamente torna-se um fator essencial na equação. [...] O mesmo objetivo político pode causar reações *que diferem* para povos diferentes, e também para o mesmo povo em diferentes épocas. Nós podemos portanto tomar o objetivo político como um padrão somente se nós pensamos a influência que ele exerce sobre as forças que ele motiva. A natureza dessas forças portanto merece um estudo. Dependendo como suas características aumentam ou diminuem de modo a ir em direção a uma ação particular, o resultado variará (CLAUSEWITZ, 1984: 81, tradução nossa, grifos no original)⁶.

Não há, portanto, um único padrão quando se tem em vista o objetivo político. Clausewitz não perde de vista a especificidade que envolve um objetivo político, seja na história, seja nos diversos elementos referentes aos sujeitos de ação que se degladiam – as forças e sua respectiva natureza – na confrontação bélica que se toma por objeto em um dado momento dotado de sua própria singularidade. Do mesmo modo, no que concerne à mobilização das massas em uma ação política forte, o objetivo político produzirá um efeito próprio, circunscrito à realidade de momento, não sendo o mesmo sempre.

Mesmo que o objetivo político em si próprio não constitua elemento que torne possível uma generalização, as guerras e boa parte das ações políticas fortes têm como referência um meio peculiar: o recurso à violência.

A caracterização da violência como meio específico da guerra nos permite identificar outro ponto de contato com a política. Trata-se de um entendimento fundamental da política que deve ser aplicado à guerra. A guerra sempre envolverá o derramamento de sangue, o que a exclui de qualquer possibilidade de entendê-la como algo ligado à bondade, como já pudemos evidenciar nas definições iniciais de guerra do próprio Clausewitz mencionadas no capítulo anterior. Dentro desse raciocínio, o autor de **Da Guerra** identifica os erros decorrentes da bondade como os piores. Associar a guerra, assim como a política, à bondade ou a considerações de ordem ética pode ser desastroso⁷. Idéia semelhante foi vista em trecho

---

⁶ É possível encontrar tradução um pouco diferente nas três últimas frases do trecho citado a partir do que aparece na edição francesa traduzida por Denise Naville: “É por isso que o objetivo político não pode servir de medida, a menos que tenhamos em conta sua influência sobre as massas a quem ele interessa; é, portanto a natureza dessas que se deve ter em conta. Compreende-se sem dificuldade que o resultado será totalmente diferente segundo o que essas massas representam em termos dos fatores de reforço ou enfraquecimento da ação” (CLAUSEWITZ, 1955: 59, tradução nossa).

⁷ Ainda que Clausewitz não mencione Maquiavel em **Da Guerra**, a aproximação do entendimento do fenômeno guerreiro, assim como a compreensão da política, ambos separados em relação à ética nos moldes maquiavelianos, é cabível conforme Peter Paret, uma vez o general prussiano foi leitor do secretário florentino e há menções explícitas a ele em outras obras suas. De acordo com esse comentador:

“[...] A assertiva de Maquiavel de que a consciência e outras considerações éticas eram estranhas às realidades políticas fundamentais veio a encontrar em Clausewitz um eco na definição no capítulo de

há pouco transcrito, em que Clausewitz assume que a guerra pode até ser pensada politicamente como um desvio desonesto em relação à violência (o que leva à conclusão de que, em alguma medida, a violência está presente) como uma das possibilidades de sua compreensão no campo da política (CLAUSEWITZ, 1984: 88).

“Quem quer os fins, aceita os meios”. Tal formulação, pertencente a Trotsky (*apud* FERREIRA, 1994: 32), resume muito bem o ponto em discussão e sugere que na política, e pode-se dizer que é assim também na guerra, todos os constrangimentos decorrentes da ética e da bondade. Em outras palavras, seria ingênuo conceber que a consecução de objetivos políticos e a tomada ou aumento de poder no que se refere a conflitos intra-estatais ou interestatais seja algo totalmente compatível com a coerência, bondade, honestidade e pacifismo, dentre outros.

Assim como sugeria Maquiavel, temos aí idéia bastante parecida (e inicialmente pensada para a política) de que, dadas as circunstâncias da disputa pelo poder na vida real, nos Estados como eles são de fato e na história, dada a natureza dos fins que envolvem a política também no conflito entre tais unidades políticas, constata-se que “os fins justificam os meios” (MAQUIAVEL, 1987: 111). A clássica idéia ligada à conceituação maquiaveliana da política é pertinente ao tema agora tratado. Vislumbramos tal entendimento na explicação da adequação dos meios aos fins.

Assim como não se pode vulgarizar a leitura de Maquiavel, entendendo a lógica da política como uma apologia à maldade a qualquer custo, não se pode compreender a guerra na perspectiva do general prussiano como uma glorificação da violência. Sendo a lógica da guerra algo especificamente político, a busca ou a manutenção de poder – de um impor sua vontade sobre outro ou ainda, ter influência sobre o outro ou que um consinta sobre a vontade do outro de modo livre ou consciente – leva, como o próprio intercurso humano e social como um todo demonstra, que se deixe de lado todas as considerações e restrições de ordem ética. O entendimento do meio violento comum à guerra e a várias ações políticas fortes é, antes de mais nada, uma constatação de algo concreto na realidade e na história, uma característica trivial dos fenômenos em análise.

Assim como as guerras, as ações políticas fortes que recorrem à violência, com vistas a seus fins e objetivos, não são pautadas pela bondade. Considerações éticas de tal ordem não

---

abertura de **Da Guerra** de que a ética não fazia parte da guerra em si. De modo igual, Clausewitz poderia somente estar em profunda concordância com uma visão do mundo político como algo permanentemente em fluxo, faltando finalidade. Nos vários ensaios nos quais ele desenvolveu análises

são avaliadas ou levadas em conta. O que está em jogo, é a instância política – autônoma, desvinculada da ética ou sentimentos como a bondade – comum a tais fenômenos que concebem fins e objetivos cuja natureza demanda tais meios. Mesmo que não levemos em conta o meio específico da violência nas ações políticas fracas, a consciência do caráter político de tal ação confirma o divórcio da ética com os meios em vista dos fins e objetivos pretendidos pelos sujeitos da ação. Em raciocínio semelhante no início de seu tratado, já citado no capítulo anterior, Clausewitz ressalta que seria ingênuo conceber a guerra sem grande derramamento de sangue e sem o perigo e a brutalidade que a caracterizam (CLAUSEWITZ, 1984: 75-6).

Voltando ao raciocínio clausewitziano sobre a violência na guerra e buscando aplicá-lo à política, devemos ter em mente que, mesmo que o derramamento de sangue não chegue às vias de fato, a violência é indissociável em relação à guerra. Por que?

Começemos a buscar as respostas com um argumento presente no capítulo 1 do Livro I que diz respeito exatamente ao meio específico da guerra a violência:

“[...] Segue que sem qualquer inconsistência as guerras podem ter todos os graus de importância e intensidade, variando de uma guerra de extermínio para uma simples observação armada” (CLAUSEWITZ, 1984: 81).

Como pode ser a guerra uma observação armada? Pode ser a guerra uma observação armada e ainda assim uma ação política forte? Em outras palavras, uma guerra pode ser concebida sem combate ou engajamento?

A resposta a essas perguntas pode ser útil se nos apoiamos em uma metáfora recorrente em **Da Guerra**, aquela que associa o fenômeno guerreiro às relações econômicas. Como já tivemos a oportunidade de assinalar, Clausewitz assinala que a guerra pode ser comparada ao comércio. Ela pode ser vista também como um comércio em larga escala, como seria a política. Outro esclarecimento é necessário: se ela é próxima ao comércio, uma ação aparentemente pacífica, como pode ser ação política forte?

Novamente a relação entre meios e fins leva ao fundamento do meio violento como fator comum às guerras e demais ações políticas fortes. Começemos com o raciocínio do general prussiano que aproxima a guerra do comércio:

“O combate é a única força efetiva na guerra; seu objetivo de destruir as forças do inimigo para um fim maior. Isso funciona bem mesmo que nenhuma luta real ocorra, porque o resultado se baseia no entendimento de que se o houvesse o combate, o inimigo seria

---

históricas para lançar luzes sobre o presente, o nome de Maquiavel não aparece, mas suas idéias estão

destruído. Segue que a destruição da força do inimigo perpassa todas as ações militares: todos os planos são em última instância baseados nisso, apoiando-se nele como um arco sobre sua pilastra. Consequentemente, toda ação é efetuada na crença de que se o teste último das armas ocorresse na verdade, o resultado seria *favorável*. A decisão pelas armas é para todas as operações maiores e menores na guerra o que o pagamento em espécie é no comércio. Não importa o quão complexa seja a relação entre as duas partes, não importa o quão raro na verdade os pagamentos possam ocorrer, eles nunca podem estar inteiramente ausentes” (CLAUSEWITZ, 1984: 97, tradução nossa, grifos do autor).

Ainda nesse sentido, cabe esclarecer porque a guerra equivale ao pagamento em espécie para o comércio.

Na verdade, o comércio é uma metáfora para entender a guerra como uma ação política forte como um jogo de soma-zero, em que um ganha e o outro perde, seja em uma situação, com a execução da promissória pelo pagamento em espécie – o equivalente ao recurso à violência – ou não, em que o comprador paga sem nenhum recurso que o coaja a agir de tal forma. Por que cabe a aproximação se o comércio – considerando os parâmetros anteriormente usados na nossa definição – deverá ser, na maior parte das vezes, uma ação política fraca?

O que está em jogo é a lógica da política comum ao comércio e à guerra. Tanto na guerra quanto no comércio, há as possibilidades de um dos lados ter total ganho (portanto, um jogo de soma-zero) ou ganhos limitados. No trecho anteriormente citado, pode-se entender que, se não se paga se recorre à cobrança, ao protesto e à execução da promissória, dos valores assumidos por meio do crédito. Colocado de outra maneira em termos da lógica política comum a ambos e aplicável à guerra, se um não se submete à lógica do outro, seja no pagamento em dinheiro que implica no ganho econômico, seja fazer a vontade do outro, submeter-se aos ditames do oponente (o verdadeiro fim da guerra), que implica em ganho de poder àquele que dita as suas condições. Ditar as condições também ocorre na perspectiva econômica (embora assuma uma feição de submissão a uma vontade um pouco distinta), sugere uma dimensão de ganho (executando um promissória ou não): estamos tratando de uma lógica presente na política, que abarca tanto o comércio quanto a guerra. O comércio não é uma ação tipicamente forte, mobilizadora, transformadora. Entretanto, aproxima-se da guerra e do conflito político na medida em que implica em ganhos, no mais das vezes, para uma das partes, ao menos, que como na política, para uma das partes, faz uso de meios

específicos para buscar fazer sua lei, impor sua vontade. Nesse caso, o meio violento será sempre uma característica de ações políticas fortes. O ponto comum à guerra e ao comércio é a vontade. No comércio, há a vontade de um ganho econômico. Em tal perspectiva, um aceita os termos econômicos do outro. O fim da guerra envolve uma vontade de que um se submeta ao outro e o objetivo de um privar-se de seu poder e de suas armas. O caráter social da política, em que o poder envolve ganhos econômicos e ganhos de outra natureza específica (como os da guerra), é outro elemento comum e articulador de ambos, o que denota a lógica política presente no fenômeno bélico.

Mesmo que o engajamento não ocorra e o inimigo se submeta à vontade do outro, é como se tivesse acontecido e aquele que se submeteu efetuou cálculo de que a derrota lhe teria ocorrido, tal como se sujeitou a Dinamarca, sem engajamento, ao ultimato alemão em 1940. Diante da ameaça teutônica de conquista e domínio por meio da violência, os dinamarqueses se submeteram sem usar armas. Tal situação pode ser relacionada àquilo que Clausewitz chama de observação armada?

É exatamente esse o argumento. As armas pelas quais se faz uso da violência são o equivalente àquilo que garantirá o pagamento da dívida. A “arma” que executa a dívida no comércio é o protesto que demanda o pagamento em espécie.

O próprio Clausewitz não deixa dúvidas em trecho que expressa entendimento semelhante, quando aponta que uma neutralidade armada se justifica para a consecução de uma vantagem ou imposição de uma vontade em uma negociação:

“ [...] A guerra freqüentemente não é mais do que a neutralidade armada, uma atitude ameaçadora designada a sustentar negociações, uma tentativa mais amena de ganhar alguma pequena vantagem antes de não agir e deixar as coisas tomarem seu curso, ou uma obrigação discordante imposta por uma aliança, a ser descartada com tão pouco esforço quanto possível” (CLAUSEWITZ, 1984: 218, tradução nossa).

As ações políticas revolucionárias, justamente algumas dentre aquelas ações políticas que têm um sentido forte, podem também contemplar tal característica. Como pode ser uma revolução exitosa se não há o uso da violência ou, ao menos, a possibilidade de seu emprego como garante da busca de um dos lados impor sua vontade ao outro? Da mesma maneira, outras ações políticas fortes que resultem na tomada do aparelho estatal, a violência será sempre o “fiador da transação”.

Dentro da mesma argumentação, se aqueles que tomam o aparelho do Estado no decorrer de um processo revolucionário não podem prescindir do uso legalizado da violência, a mesma lógica está presente na manutenção de qualquer *status quo* de qualquer instituição

estatal. O Estado, seja ele qual for, tem como fundamento último da ordem endógena - sobre seu território e população - e possui como garantia de sua sobrevivência exatamente a violência. Nesse caso, a garantia da vontade – tal como desenvolvemos há pouco no que se refere a comércio, guerra e política - implica que não estamos tratando necessariamente de ações políticas fortes. Entretanto, assim como o comércio pode ser entendido aparentemente de modo pacífico, a sua garantia, o protesto, sempre poderá ser usado. A ordem social, subentendida como situação em que os conflitos no interior do território do Estado não atingem grau de violência significativa, terá como fiador até mesmo a violência, ainda que em situação em que um inimigo de tal ordem estatal se proponha a negociar com os governantes, se for o caso. As transações econômicas, de fundamento jurídico, dentre outras no interior desse Estado serão, em primeiro momento, pacíficas, tendo como fiador, em “último caso” (quando a ordem social nos seus aspectos mais fundamentais estiver ameaçada), a violência do Estado. Não poderá ser diferente nas relações entre Estado, o que não deixará de caracterizar uma guerra, sobretudo porque o norte proporcionado pelo objetivo político, a natureza política de almejar o fim se coloca quando está em questão o “protesto” por meio da violência:

“Uma vez que essa influência do objetivo político é admitida na guerra, como deve ser, não se pode detê-lo; conseqüentemente devemos também travar tais guerras mínimas, que consistem *meramente em ameaçar o adversário, com negociações sendo conduzidas reservadamente* (CLAUSEWITZ, 1984: 604, tradução nossa, grifos do autor).

Em termos políticos, o poder de um Estado tem como garante em qualquer situação a violência. Como assinalou Trotsky, citado por Weber: “Todo Estado fundamenta-se na coação” (*apud* WEBER, 1999: 525). Todo Estado tem como salvaguarda de seu poder, de seu domínio político, uma “observação armada” à sua maneira que encontra na violência ou na possibilidade de sua prática respaldada pela lei, a garantia da ordem, dos elementos fundamentais de seu aparato jurídico, de seu regime e do *status quo* dominante. Muitas vezes, a violência de fato, pelo uso de armas, de força física, não precisa ser deflagrada para ser considerada como tal. O próprio Clausewitz admite, no âmbito jurídico, da Lei e do próprio Estado, a violência moral, ainda que seja um conceito que o general prussiano repete como abstrato. Ainda assim, não é descartada a violência física na política do Estado em caráter de ultimato. Tal como na guerra ou até mesmo na execução daquela promissória de pagador inadimplente referentes a créditos assumidos outrora, a violência poderá estar presente. O preço, no comércio, está associado ao pagamento, ao passo que na guerra, está vinculado ao sangue.

Portanto, a guerra e a política podem ter o meio violento em comum, principalmente porque está envolvida a política do Estado. Suas variantes comportarão ações que irão da simples observação com as armas até seu uso com vistas a um extermínio. Consideremos o exército uma organização a serviço da instituição estatal. Quando está envolvido o sentido mais estrito, jurídico da normatização da vida social, referente à ordem, poder e interesses relevantes em um dado território ou que digam respeito ao Estado, nesse ponto as organizações destinadas à manutenção do poder estatal, assim como o exército – no mais das vezes contra outros Estados - farão uso da violência física.

Na perspectiva mais molecular, próxima aos moldes da metáfora do duelo, encontramos outra explicação da guerra – em que pese, no caso citado a seguir, um possa estar armado e o outro não. Trata-se da lógica do roubo resumida na frase “ou a bolsa, ou a vida” (FERREIRA, 1994: 34) em que o adversário cede a propriedade ou é morto.

Ainda no sentido de apontarmos uma conclusão parcial, temos que a lógica política que delineia a guerra, ligada ao poder, é a mesma de um Estado. Estamos tratando da violência como elemento crucial de sua definição ou existência. Ou ainda, o elemento fundamental, que garante a existência da instituição estatal, está em uma ação política forte. Tal ação tem por trás a possibilidade do uso da força como recurso último, primordial para o Estado sobreviver em seus problemas de ordem interna ou externa.

A guerra estará no âmbito da política externa de um Estado. A lógica da guerra está na política. Quando se fala da política de um Estado, ela pode ser interna ou externa. Mesmo tendo como parâmetro fundamental a lógica da política tanto interna como externa – e não estamos desconsiderando a diferença entre tais políticas -, a guerra identifica-se primordialmente com a política externa de um Estado. É possível encontrar interpretações que confirmam tal leitura. Vejamos, em primeiro lugar, o comentário de Pierre Naville:

“[...] Para Clausewitz, O Estado moderno, popular, monárquico ou republicano, encarnaria essa política real em nome da qual a guerra poderia alcançar suas formas mais audaciosas e mais plenas, a saber, a política patriótica. A guerra real, é a violência nacional a serviço do patriotismo e do Estado. A política nacional é assim antes de tudo encarnada pelo governo, e mesmo pelo monarca, legítimo ou não. É a política exterior que decide os rumos do Estado, e é nela que se resume a política interior sobre a qual é fundada o equilíbrio mais ou menos estável da nação” (NAVILLE, 1955: 28, tradução nossa).

Com argumento semelhante àquele que desenvolvemos, encontramos no comentário de Peter Paret uma reflexão sobre o poder como elemento fundamental que permeia uma idéia de Estado coerente com o universo conceitual de Clausewitz e com o contexto histórico da

política das cortes do Estado monárquico, absolutista em que ele viveu. Também na citação a seguir, percebemos como a idéia de poder se relaciona de alguma maneira com a lógica política presente na compreensão da guerra e do próprio Estado, quando está em jogo sua sobrevivência e independência em um conflito bélico. A passagem refere também a um “absoluto político” sugestivo de algo próximo de um dos sentidos da política absoluta que mencionamos. Ou seja, parece referir a uma grave situação de inferiorização de poder da Prússia, da qual ela se recuperaria depois:

“[...] O desespero de Clausewitz do triunfo sobre a Prússia o ajudara a chegar à tese de que a essência do Estado é o poder, que nenhuma convenção ou consideração de qualquer tipo poderia ser permitida para substituir o caminho do poder quando a independência ou a sobrevivência estivesse em questão. Mas quando a estrela de Napoleão começou a declinar, Clausewitz retornou a visões mais moderadas, sem nunca perder de vista o absoluto político que ele descobrira no ano da mais profunda crise da Prússia. No fim das Guerras de Libertação ele pôde advogar políticas ao lado dos diplomatas contra as demandas descompromissadas, vingativas levantadas por alguns dos soldados. Ele nunca escreveu uma teoria da política tal como ele desenvolveu uma teoria da guerra. Mas se ele tivesse escrito, o conceito do Estado absoluto teria sido um paralelismo à sua tese de guerra absoluta – uma guerra de total violência, o extremo necessário na teoria, o ideal que nos permite compreender as múltiplas formas da realidade – mas um absoluto que é reduzido, moderado e limitado na prática” (PARET, 1985: 130, tradução nossa).

Feita toda essa abordagem, como então relacionar tudo isso à definição clausewitziana de estratégia? Já tratamos no capítulo anterior de uma definição de estratégia. Enunciada de outra maneira, a estratégia é o uso do engajamento para o propósito da guerra, o que envolve, portanto, definir um objetivo para todo o lado operacional em consonância com seu propósito. Sua teoria abarca o planejamento, o entendimento dos componentes da guerra e suas inter-relações, enfatizando aqueles poucos princípios ou regras que podem ser demonstrados no que se refere à guerra (CLAUSEWITZ, 1984: 177).

Pensar a estratégia refere ao quadro mais amplo e complexo que a política e a guerra se inserem. Além disso, envolve um tópico em que ambas estão muito próximas:

“Mas deveríamos admitir que as fórmulas e os problemas científicos não estão em discussão. As relações entre fatores materiais são todas muito simples; o que é mais difícil de compreender são os fatores intelectuais envolvidos. Ainda assim, é somente nos níveis mais elevados da estratégia que as complicações intelectuais e a extrema diversidade de fatores e as relações ocorrem. Nesse nível há pequena ou nenhuma diferença entre a estratégia, a política e a administração do Estado, e nesse caso, como já dissemos, sua influência é maior nas

questões de quantidade e escala do que nas formas de execução. Onde a execução é dominante, como é o caso nos eventos individuais de uma guerra seja ela pequena ou grande, então os fatores intelectuais são reduzidos a um mínimo.

Tudo na estratégia é muito simples, mas não significa que tudo seja muito fácil. Uma vez determinada, a partir das condições políticas, o que uma guerra é planejada a alcançar e o que ela pode alcançar, é fácil mostrar o caminho. Mas grande força de caráter, além de grande lucidez e firmeza da mente, é necessária para seguir adiante firmemente, executar o plano e não ser desviado do caminho por milhares de adversidades. Tome qualquer número de homens brilhantes, alguns destacados pelo intelecto, outros por sua argúcia, outros ainda por sua bravura ou tenacidade de vontade: nenhum poderá ter a combinação de qualidades necessárias para torná-lo melhor do que a média de um comandante.

Soa estranho, mas todos que têm familiaridade com esse aspecto da guerra concordarão que assume muito maior determinação tomar uma importante decisão na estratégia do que na tática. Na última, se é levado pelas pressões do momento, tomado em um redemoinho onde a resistência seria fatal, e, ao suprimir escrúpulos incipientes, continua-se corajosamente. Na estratégia, o passo é muito mais devagar. Há amplo espaço para as apreensões, a de si próprio e aquelas dos outros; para as objeções e as reclamações e, em consequência, para arrependimentos prematuros. Em uma situação tática pode-se ver ao menos metade do problema a olho nu, ao passo que na estratégia tudo tem que ser antevisto e presumido. A convicção é portanto mais fraca. Consequentemente a maioria dos generais, quando deveriam agir, são paralisados por dúvidas desnecessárias” (CLAUSEWITZ, 1984: 178-9, tradução nossa).

É possível afirmar que a estratégia pode ser, no seu nível mais sofisticado, referente ao planejamento, à elaboração, à ponderação levando em conta elevado raciocínio intelectual, um elemento muito próximo ou idêntico à política e às questões de Estado tanto quanto já é em relação à guerra. Se a estratégia leva em conta toda uma gama de elementos com vistas a ação na sua planificação com vistas ao engajamento na guerra (e Clausewitz critica o apego excessivo a regras presente na maioria dos comandantes), também assim o deve ser com relação a um Estado ou a uma ação política que se pensa levar a cabo. Tanto na guerra quanto nas ações políticas fortes, contudo, é tarefa difícil para comandantes militares ou líderes políticos que tenham atributos suficientes para trilhar o caminho outrora traçado, aliando a isso uma correta avaliação dos elementos em jogo e lidando com os mesmos em seu intelecto de modo criativo. Em poucas palavras, no planejamento da guerra e da política, tanto o comandante militar, quanto o líder ou governante de um Estado, se prestam a um cálculo com

a mesma lógica. Tanto na política quanto na guerra, ao nível da estratégia, é difícil antever, prognosticar, avaliar o mais amplo universo de questões no qual o plano político ou de guerra pode ser desdobrado. Trata-se de buscar, portanto, no plano intelectual uma perspectiva mais ampla de conceber meios, fins e objetivos. Por sua vez, no calor dos acontecimentos e dos sentimentos presentes na luta e na ação política concretas, não é possível fazer tal grau de abstração elevada. Simplesmente o turbilhão dos acontecimentos do momento envolve quase que inevitavelmente todos ali presentes, tirando-lhes escrúpulos e incitando-os à continuação da luta ou do engajamento. Tomando em conta a natureza imediata do engajamento ou da luta concreta, não se concebe ou abstrai meios, objetivos e fins.

Isso posto, como “traduzir” a estratégia, que pode estar em alto nível de elaboração, teorização para a realidade de modo a tirar melhor proveito do intelecto? Como lidar com a complexidade da realidade? Ao abordarmos o tema do gênio militar, estamos explanando sobre uma conduta estritamente racional na guerra, isto é, livre de paixões e sentimentos? É possível, na abordagem clausewitziana, separar totalmente os atributos do intelecto daqueles referentes às emoções? Que elementos compõem a estratégia?

Tratemos de tudo isso na abordagem referente à fricção, elementos morais e físicos da guerra.

2.2.2. Probabilidades, acaso, fricção, elementos morais e físicos

O caminho que percorreremos nesse tópico buscará dar conta de como a política como lógica orientadora da guerra está ligada a todos os aspectos psicológicos, físicos, do acaso e das incertezas todas que se manifestam na guerra.

Buscaremos, em um primeiro momento, entender elementos da guerra pertinentes para o entendimento da política. Clausewitz classifica os elementos que compõem a estratégia como morais, físicos matemáticos, geográficos e estatísticos (CLAUSEWITZ, 1984: 183). Enfatizaremos no nosso trabalho os primeiros, relacionados aos aspectos psicológicos. Por que?

Em primeiro lugar, foge ao escopo do presente texto elucidar o modo completo como ocorre a guerra. Sabemos da relevância de buscar o entendimento da guerra como um todo, mas sabemos também que alguns elementos da discussão sobre a maneira como o fenômeno bélico ocorre, conforme Clausewitz, estão datados, limitados em função de mudanças históricas, o que sugere também, com isso, que possamos fazer, ao buscar uma abordagem

completa, uma análise que possa conter maior número de erros. Ademais, é difícil tratar de modo mais substancial os aspectos físicos, dado que Clausewitz, como já enfatizamos, não entende a guerra de modo esquemático e específico em um único ou alguns pontos. Sendo assim, não há nenhuma premissa principal nos aspectos físicos que possa comprometer nossa discussão. Se a guerra é um camaleão, muda de acordo com a conjuntura histórica, esse entendimento deve sempre ser levado em conta.

A discussão aprofundada de todos os elementos da estratégia também escapa às dimensões aqui propostas para nossa elaboração. Considerando que nos concerne a discussão atinente à guerra e à política, uma elaboração do general prussiano que permanece atual em relação à história, foge ao nosso objeto o detalhamento das questões referentes à tática, aquilo que Clausewitz define como o uso das forças armadas no engajamento (CLAUSEWITZ, 1984: 128). Ademais, como já foi relatado anteriormente, a política como instância planejadora da guerra, que lida com questões mais amplas ao nível do intelecto, que se relaciona à inteligência do Estado e daqueles que fazem a guerra, está mais próxima da estratégia, do que Clausewitz define como o uso dos engajamentos para o objetivo da guerra. Nesse sentido, ela se distancia das questões atinentes às formas de execução, aos detalhes de sua implementação concreta. Estando a estratégia muito próxima da política e da administração do Estado, ela não se fará fortemente presente na explicação de minúcias da execução ou de pequenos detalhes referentes à maneira como a guerra acontece, tampouco pequenas amostras de sua manifestação:

“A política, sem dúvida, não estenderá sua influência para detalhes operacionais. As considerações políticas não determinam o posicionamento de guardas ou o envio de patrulhas. Mas elas são mais influentes no planejamento da guerra, da campanha, e mais ainda da batalha” (CLAUSEWITZ, 1984: 606, tradução nossa).

Em segundo lugar, é razoável entender uma maior importância dos fatores morais em função da grande atenção dada a eles, considerando a grande elaboração e reflexão que Clausewitz dedica aos elementos em questão ao longo de todo o seu tratado. Há uma forte ênfase nos elementos morais em **Da Guerra**, ainda que Clausewitz tenha clareza de que eles não devem ser entendidos isoladamente em relação aos outros. Não podemos esquecer que o próprio Clausewitz sustenta, como vimos em passagem anterior reproduzida nesse capítulo, que as forças morais exercem “uma influência decisiva sobre os elementos envolvidos na guerra” (CLAUSEWITZ, 1984: 127, tradução nossa).

Em terceiro lugar, entende-se que tal enfoque é crucial para o entendimento da política e sua relação mais ampla com os demais aspectos da guerra e também aqueles que se pretende

destacar⁸. O peso que existe nos aspectos físicos e, principalmente nos aspectos morais, é lembrado pelo próprio Clausewitz no capítulo 17 do livro III - livro dedicado especificamente à estratégia - em seu entendimento do caráter da guerra contemporânea. Nesse curto capítulo, Clausewitz questiona os dogmas usados equivocadamente pelos diplomatas para conceber paz após os conflitos bélicos, fundados em esquematismos de toda ordem desmentidos pelas guerras napoleônicas. Destaca para o entendimento do novo caráter das guerras contemporâneas e futuras, além da mobilização dos recursos físicos, deve-se tomar em conta

“[...] que uma enorme contribuição o coração e o tempero de uma nação podem trazer à soma total de sua política, potencial de guerra e força de luta” (CLAUSEWITZ, 1984: 220).

Uma outra passagem que elucidaria a importância da conexão entre fatores físicos, morais e a política no curso da guerra seria a seguinte:

“Quando nós falamos de destruir as forças do inimigo nós devemos enfatizar que nada nos obriga a limitar essa idéia às forças físicas: o elemento moral deve ser considerado também. Os dois interagem todo o tempo: eles são inseparáveis. Quando nós acabamos de mencionar o efeito que um grande ato destrutivo – uma vitória maior – exerce inevitavelmente sobre todas as outras ações, e é exatamente em tais momentos que o fator moral é, assim por dizer, o mais fluido elemento de todos, e portanto espalha mais facilmente de modo a afetar todo o restante. A vantagem que a destruição do inimigo possui sobre todos os outros meios é balanceada pelo seu custo e perigo; e é somente de modo a evitar esses riscos que outras políticas são empregadas” (CLAUSEWITZ, 1984: 97, tradução nossa).

Dada a importância que a política joga no entendimento de uma lógica da guerra e o lugar de relevância ocupada por ela no raciocínio clausewitziano, pretendemos demonstrar que tais fatores se coadunam muito mais com a perspectiva usada no presente trabalho, que dá grande atenção aos sentimentos, às paixões, ao caráter patético e mobilizador das massas presentes na ação política forte. A passagem acima enaltece a importância de mobilizar o sentimentos, o entusiasmo, o ânimo como elemento importante para a consecução de uma vitória maior. Pensando a partir da guerra para uma ação política forte, revolucionária, em que

---

⁸ De acordo com Peter Paret, há uma ascendência maquiaveliana sobre Clausewitz no que concerne às influências significativas que tanto o pensamento quanto os sentimentos exercem sobre as decisões dos comandantes dos exércitos, idéia explicitamente creditada pelo general prussiano ao secretário florentino em obra anterior a **Da Guerra**. Já tratamos em nota anterior que Paret reputa uma das definições clausewitzianas de guerra, aquela em que ela é separada da ética, à influência do autor de **O Príncipe**. Paret vê mais um eco maquiaveliano na abordagem clausewitziana da guerra fortemente marcada pela importância das forças psicológicas (PARET, 1985: 170). Dado o pioneirismo e o caráter marcante da abordagem maquiaveliana da política separada da ética e também o seu ineditismo

se deve buscar também tal vitória maior, a lógica não é distinta. As passagens acima parecem não deixar dúvidas quanto à importância que os fatores morais para o entendimento da política no seu sentido mais geral.

Na direção contrária, a pequena elaboração referente a vários elementos que compõem a estratégia, tanto no seu universo conceitual quanto no que se refere a um pequeno número de páginas sobre os mesmos em **Da Guerra**, é sugestivo de uma menor relevância na percepção de Clausewitz, como aponta Bernard Brodie (BRODIE, 1984a: 658).

Para dirimir de vez as dúvidas, busquemos recorrer ao capítulo 1 do livro I de **Da Guerra**, de caráter basilar para nossa leitura, como já tivemos possibilidade de explicar. Novamente vem à tona a grande adequação da guerra às questões humanas. O título do parágrafo 22 do capítulo em questão faz eco a tal idéia: “Como em geral isso melhor se adequa à natureza humana” (CLAUSEWITZ, 1984: 86, tradução nossa). Uma passagem capital dá o tom da ênfase: “A arte da guerra lida com forças vivas e morais” (*id. ib.*). Um pouco abaixo, no parágrafo 23:

“[...] [a guerra] é um meio sério para um fim sério, e toda a sua interessante semelhança a um jogo de acaso, todas as vicissitudes de paixão, imaginação e entusiasmo que ele inclui são meramente suas características especiais” (*id. ib.*).

Busquemos definir os elementos que compõem a estratégia.

O que são tais elementos físicos? Aqueles referentes ao tamanho das forças armadas, composição, armamento e assuntos afins. Os elementos matemáticos tratam da geometria no cálculo da avaliação das operações de guerra, ao passo que os geográficos abordam todas as condições do espaço do terreno e os estatísticos, por sua vez, versam sobre o apoio e suprimentos. Os aspectos morais, por fim, dizem respeito às qualidades intelectuais e psicológicas. Ao verificarmos todo o capítulo 1 do livro I, há pouquíssimas menções relacionadas aos outros elementos que não os morais. A guerra é um fenômeno aberto a todo tipo de ocorrência da realidade - sujeita, portanto, a alterações e interações dos mais diferentes tipos -, de maior ou menor magnitude, maior ou menor certeza e tudo que se refere à natureza humana:

“[...] ela [a teoria] deve levar em conta o fator humano, e encontrar espaço para a coragem, ousadia, até mesmo o aventureirismo. A arte da guerra lida com forças vivas e morais. Consequentemente, ela não pode alcançar o absoluto, ou a certeza; ela sempre deixar uma margem para a incerteza, nas coisas maiores tanto quanto nas menores. Com a incerteza em

um lado, coragem e autoconfiança devem ser postos no outro para corrigir a balança. Quanto maior eles forem, maior a margem que pode ser deixada para acidentes. Assim a coragem e a autoconfiança são essenciais na guerra, e a teoria deveria propor somente regras que dessem amplo escopo a essas virtudes militares refinadíssimas e menos dispensáveis, em todos os seus graus e variações. Mesmo na ousadia pode haver método e cautela; mas aqui elas são medidas por um padrão diferente” (CLAUSEWITZ, 1984: 86, tradução nossa).

Indiscutivelmente, tanto quanto na guerra, na política todos esses fatores estão em cena na consecução dos objetivos e do fim. No entanto, não se mobiliza massas, elemento crucial para uma ação política forte, sem levar em conta o elemento moral das mesmas. Tal temática é bastante relevante para a ação política forte, seja como guerra, seja como revolução, seja como qualquer episódio que tenha relação ou desdobramento em transformação do mundo ou sentimento patético em relação a uma causa. Ressalte-se que os elementos morais não são os únicos a serem considerados, mas são importantes para uma ação política forte.

Como foi frisado, em se tratando de guerra – e também na revolução – não se pode ter ilusões quanto ao quase inevitável derramamento de sangue e à violência. Como já vimos nas definições iniciais da guerra do capítulo anterior, o próprio uso desmedido da violência é compatível com o intelecto. Tirar proveito do intelecto é crucial para um comandante, como frisado em citação anterior.

Não se trata de entender as qualidades ligadas ao intelecto como meramente formais, esquemáticas, cumulativas de uma erudição estéril e fundada em aquisição de conhecimentos estritamente teóricos. Tal como a experiência em termos de ação política, não se pode na guerra ter os atributos necessários a partir de regras, leis e princípios gerais. A realidade e a maneira como se lida com ela, os seus impedimentos de toda ordem, seja na guerra ou na política, vão além da teoria e do conhecimento livresco:

“[...] Aqueles que conhecem a guerra somente a partir dos livros ou da parada militar não podem reconhecer a existência desses impedimentos à ação, e então devemos pedir-lhes que aceitem o que lhes falta em experiência” (CLAUSEWITZ, 1984: 180).

Clausewitz se refere ao que conceitua como o gênio guerreiro, “uma atitude mental altamente desenvolvida para uma função específica”, “*uma combinação harmoniosa de elementos*, na qual uma ou outra habilidade possam predominar, mas que nenhuma possa estar em conflito com o restante” (CLAUSEWITZ, 1984: 100, tradução nossa, grifos do autor).

Compõem essencialmente tal gênio militar as características de um superlativo grau de talento referentes aos atributos da mente e temperamento que se adequam à atividade militar.

A especificidade de cada manifestação da guerra e do conflito político requer da liderança das ações não somente argúcia, bravura e tenacidade da vontade, mas um uso do intelecto que muitas vezes não é prescrito por livros, manuais, regras, leis e princípios gerais. Como apontado na definição trinitária de guerra mencionada no capítulo anterior, o comandante e seu exército podem ser movidos, dentro do complexo jogo de acaso e probabilidades da guerra e da política que não comporta esquematismos, por uma livre alma criativa. O uso do intelecto de forma criativa adequado às peculiaridades da ação política será crucial para a consecução da estratégia, seja na guerra, seja na política. As decisões na guerra e na política envolvem personalidades, questões e relações humanas, bastante complexas para serem objeto de uma taxonomia, uma classificação sistemática, como refere Clausewitz:

‘[...] Um outro tipo de ação, de atalhos para o objetivo, necessita menção: alguém poderia chamá-los discussões *ad hominem*⁹. Há um campo das questões humanas onde as relações pessoais não contam, onde as divergências que ocorrem não se delineiam a partir de considerações práticas? As personalidades dos governantes e soldados são fatores de tal importância que na guerra, acima de tudo, é vital não subestimá-las. É suficiente mencionar esse ponto: seria pedante tentar uma classificação sistemática. Pode ser dito, entretanto, que essas questões de personalidade e relações pessoais levem o número de caminhos possíveis de atingir o objetivo da política ao infinito’ (CLAUSEWITZ, 1984: 94, tradução nossa).

Poderíamos concluir que o uso do intelecto e a consideração dos aspectos referentes às relações humanas são elementos comuns à guerra e à política. Um general ou militar poderá ser um líder importante na política tirando proveito de tais aspectos ou não, lidando bem, em sua trajetória, com questões políticas e militares (casos de Eisenhower e de Gaulle, generais que se alçaram à posição de presidentes de seus respectivos países), assim como um líder político pode ter intervenção e papel importante na condução da guerra, muito embora nem sempre isso possa ser constatado ou seja uma regra. Um raciocínio semelhante pode ser encontrado no comentário de Pierre Naville:

‘[...] o civil pode também vir a ser um verdadeiro chefe de guerra, do qual dependem as grandes decisões estratégicas (por exemplo Churchill na Grã-Bretanha e Stalin na U.R.S.S.)

---

⁹ Expressão latina que significa, de acordo com o Dicionário Houaiss: ‘relativo a pessoa (referindo-se a argumento em que usa as próprias palavras do adversário para contestá-lo)’ (HOUAISS & VILLAR, 2001: 82).

todas como um militar pode agarrar-se à atitude de um civil comum. Os homens que encarnaram grandes revoluções e forjaram idéias novas, como Cromwell ou Lenin, também foram bons civis tanto quanto militares, ou sobretudo dominaram plena e simultaneamente o aspecto político e o aspecto guerreiro das lutas à frente das quais lideraram. Acima de tudo, é suficiente recordar que para Clausewitz a política e a guerra podem ser conduzidas por um mesmo líder, [...], os quais Frederico II e Bonaparte forneceram o modelo” (NAVILLE, 1955: 31, tradução nossa).

Na mesma definição trinitária há pouco referida, encontramos outros pontos atinentes aos elementos morais. Uma das tendências dominantes da guerra diria respeito exatamente à animosidade, à hostilidade e às paixões:

“De todas as paixões que inspiram o homem na batalha, nenhuma, temos que admitir, é tão poderosa e tão constante como a ânsia por honra e renome. [...] O abuso dessas nobres ambições certamente infringiu as mais repulsivas afrontas à raça humana; entretanto, suas origens as habilitam a ser consideradas entre as mais elevadas na natureza humana. Na guerra elas agem como a respiração essencial da vida que anima a massa inerte. Outras emoções podem ser mais comuns e mais veneradas – patriotismo, idealismo, vingança, entusiasmo de todo tipo – mas elas não são substitutas à sede de fama e honra. Elas podem, de fato, instigar a massa para a ação e inspirá-la, mas não podem dar ao comandante a ambição de esforçar-se mais do que os outros, como ele deve se ele está destinado a se distinguir” CLAUSEWITZ, 1984: 105, tradução nossa)

A título de ilustração de como sentimentos, emoções e patriotismo podem motivar uma conduta na guerra, encontramos a situação referente à defesa de Estrasburgo, no final de 1944, durante a Segunda Guerra Mundial. Uma perda temporária da cidade para os alemães era um cenário possível. De acordo com análise de Bernard Brodie (BRODIE, 1973: 34) a decisão favorável do comandante aliado, general Eisenhower, de defender a cidade, fundou-se em uma racionalização em termos de “objetivos políticos e militares” – adequada para o general ianque fundamentar a mudança na sua postura e justificar sua decisão - de um motivo exposto inicialmente de cunho estrita e essencialmente emocional, antes expressado pelo general de Gaulle. Os relatos de Eisenhower nos permitem entender um pouco melhor tal raciocínio:

“Em 3 de Janeiro, de Gaulle encontrou-se comigo. Eu lhe expliquei a situação e ele concordou que meu plano de salvar tropas na região estava militarmente correto. Entretanto, ele apontou que desde a guerra de 1870 Estrasburgo fora um símbolo para o povo francês; ele acreditava que mesmo sua perda temporária poderia resultar em completo desencorajamento nacional e possivelmente em revolta aberta. Ele foi muito determinado sobre a questão, dizendo que no

extremo ele consideraria melhor colocar toda força francesa em volta de Estrasburgo, mesmo com o risco de perder o exército inteiro, do que desistir da cidade sem uma luta. Ele trouxe uma carta dizendo que ele teria que agir independentemente a menos que eu fizesse a disposição para defesa desesperada de Estrasburgo. [...] Essa modificação [...] agradou muito a de Gaulle, e ele partiu de muito bom humor, alegando ilimitada crença em meu julgamento militar. [...]

À primeira vista o argumento de de Gaulle pareceu basear-se em considerações políticas, fundadas mais na emoção do que na lógica e no senso comum. Contudo, para mim tornou-se uma questão militar por causa do possível efeito sobre nossas linhas de comunicação e suprimento, que cortava completamente a França, a partir de duas direções. Cansaço, problemas, ou revolta ao longo dessas linhas de comunicação nos derrotaria no fronte. Ademais, por volta da data dessa conferência a crise nas Ardenas já estava bem superada” (*apud* BRODIE, 1973: 35).

Sobre esse mesmo tema, os entendimentos clausewitzianos expressos há pouco, referentes às paixões, valores, dentre outros, são compatíveis com a definição de política e de ação política forte que trabalhamos até aqui. Já tivemos a oportunidade de sublinhar a importância da participação e mobilização das massas para o êxito de uma ação política forte. Ademais, a definição juveneliana de política, além de tomar em conta aqueles elementos de coragem, forte apego e paixão das ações políticas fortes, considera o tema do sentimento humano também como elemento característico da política no sentido mais geral:

“O apelo às afeições humanas, e, bem dito, sua exploração, é característico da política. Os adeptos são seduzidos, não engajados. Os serviços de um homem podem ser obtidos em troca do que se deseja, e é à base das relações econômicas. Nesse caso, o Homem não deseja de fato o que ele faz, mas ele o faz em razão de um desejo totalmente diferente; ele é todavia racional ao pagar o preço mais baixo possível por aquilo que pretende obter. O impulso político é outra coisa, um despertar das paixões do Homem, e então isso que ele bem faz na direção desejada depende de seu vigor.

O Homem é apto ao amor, à devoção, à admiração, ao respeito, ao ressentimento, ao medo, à inveja, à cólera, à vingança, à crueldade. Suas paixões são essenciais à Política [...]” (JOUVENEL, 1963: 85-6, tradução nossa).

Pode-se depreender desse trecho claramente o interesse como aspecto norteador da conduta humana nas questões políticas, que coexiste com vários outros sentimentos, além é claro, do intelecto, da racionalidade. Na política, e portanto na lógica, presente na guerra, o interesse e a busca pelo poder estão colocados primordialmente.

Além disso, novamente encontramos outras semelhanças com o raciocínio clausewitziano, permitindo-nos valer da guerra para entender a política: tal passagem possibilita aproximar a guerra não somente com as questões humanas, mas também com o comércio. Nesse caso, trata-se da política que possui lógica parecida com aquela das relações econômicas para explicar parte da motivação humana. Curiosamente, na política tal como na guerra, o que se almeja tem um preço e o homem procurará preferencialmente aquele que seja o menor. Em outras palavras, em função do objetivo e do fim, não se descarregará um extremo esforço, mas fará o ajuste em função das circunstâncias. Contudo, seu cálculo nem sempre será racional porque aquele aspecto de seus sentimentos e paixões darão boa parte do tom de sua motivação, de sua ação.

Retomemos a perspectiva de definição da política por Jouvenel. Baseando-se nos elementos da perspectiva juveneliana mais simples, molecular de entendimento dos fenômenos políticos, temos em mente o indivíduo como unidade fundamental. Na perspectiva clausewitziana da guerra como duelo, a escolha pela política específica, que seria a guerra implicaria na tomada de consciência do caráter do conflito, aquilo que refere a “uma justa apreciação das questões” que estão por trás da confrontação política. Nesse caso específico, a natureza da guerra envolve também o meio que lhe é peculiar, a violência e a consciência sobre o uso do mesmo. De modo semelhante, nas ações políticas fortes que não sejam guerras, quando abordamos a busca pelo poder, a busca de uma coletividade ou indivíduo no sentido de impor sua vontade a outrem pode envolver diferentes tipos de sujeitos, sejam eles frações de classes sociais, partidos, segmentos sociais, Estados, dentre outros. Nesse sentido, não nos esqueçamos, como já explicitado, a guerra pertence essencialmente às questões humanas e, por extensão à lógica dos conflitos de uma dada sociedade. Sendo a lógica da guerra aquela de caráter político, a mesma presente no comércio e demais conflitos, a lógica em questão está presente em outras disputas de poder com outros sujeitos da ação. O afastamento dos sujeitos da ação referidos dá uma dimensão da consciência do conflito e da peculiaridade que lhe concerne; no caso da guerra, é a violência. Nesse sentido, podem-se diferenciar as ações políticas e, entre elas, a guerra como uma ação política forte:

“[...] Nem sempre é uma relação em que se tem consciência de conflito – e poderíamos dizer que a ação que decorre dessa aproximação ou afastamento corresponderia à ação política fraca. Frequentemente, porém, é uma ação de afastamento e hostilidade – e será tanto mais hostil quanto maior for o desejo de transformar o mundo. Da mesma maneira com a guerra [...]” (FERREIRA, 1994: 29).

Em outras palavras, como já tivemos a oportunidade de definir, o voto com sentido de ação política fraca enseja um pequeno grau de comoção, um envolvimento muito menor com o próprio ato, algo que nos remeteria à referida consciência do conflito. Assim, o afastamento e a consciência desse ato tanto na guerra quanto nas outras ações políticas fortes, além da hostilidade tendo em vista o objetivo político, serão maiores tanto quanto for o alcance da imposição dos desígnios de um a outro. O sentido forte de uma ação política implica, no mais das vezes, em tensão ao nível dos sentimentos e em clareza dos meios não pacíficos a serem empregados, dado o caráter mobilizador, transformador que lhe é peculiar. A violência como meio peculiar para tal variará dentro dos elementos que caracterizam os dois tipos de guerra, envolvendo dois exércitos de seus respectivos Estados. A consciência do que se almeja e os aos quais se recorre para a sua consecução caracterizam o fenômeno bélico e as outras ações políticas fortes.

Os elementos morais psicológicos comuns à guerra e à política, portanto, comportam tanto sentimentos, emoções, paixões quanto uma certa racionalidade, ainda que entendida de certos limites, uma vez que todos esses aspectos psicológicos mencionados estão ligados entre si. Clausewitz ressalta que o caráter, o peso, a influência dos aspectos em questão variarão, podendo, inclusive, ser mínimo o motivo:

“[...] Entre dois povos e dois Estados pode haver tal tensão, tal massa de material inflamável, que o mínimo desentendimento pode produzir um efeito completamente desproporcional – uma verdadeira explosão” (CLAUSEWITZ, 1984: 81, tradução nossa).

Outra perspectiva semelhante, que aliás, ilustra os limites de uma total racionalidade é a análise de Bernard Brodie. Nem sempre um cálculo racional tem resultado totalmente previsível. Nesse mesmo sentido, retomando idéia clausewitziana, a lógica do comércio nem sempre aponta para uma racionalidade de ganho. O reino da racionalidade e da certeza pode ser substituído por aquele do acaso, pelas probabilidades, pela incerteza, como a aposta em um jogo de cartas – uma outra metáfora clausewitziana para referir-se ao acaso (CLAUSEWITZ, 1984: 86) - em uma transação em que se pretende ganhar, ainda que a um custo altíssimo e de elevado risco. Como exemplo de tal idéia, associada também à metáfora do crédito e do pagamento em espécie, toma-se o raciocínio abaixo referente à conquista de territórios, um dos motivos que permearam a Primeira Guerra Mundial:

“[...] o objetivo de adquirir mais territórios, aparece tão dificilmente mais do que uma busca por uma vívida e permanente demonstração de que um venceu e outro não. O mesmo foi verdadeiro no que se refere a outros assim chamados objetivos de guerra ou metas. Se, por exemplo, alguém busca ganhar mais segurança através da guerra, então o sucesso que coroa

esse ganho deixará ao menos alguma dúvida sobre a necessidade preexistente dele. Esse objetivo parece semelhante àquele da ‘guerra preventiva’, a tarefa de destruir agora um já forte rival cujo poder alguém teme que *possa* crescer mais rápido que o seu. [...] O extremo compromisso com a guerra aumenta essa motivação. Mas a racionalização para tal, que é totalmente familiar historicamente, tem algumas qualidades duvidosas, especialmente a proeminência de uma atitude que é normalmente muito incaracterística dos políticos: a vontade de apostar *agora* em riscos ilimitados para aquilo que é um ganho altamente especulativo de longo prazo. Normalmente o político é dado a tomar o dinheiro e deixar o crédito aumentar, fazendo reservas para o curto prazo e abjurando qualquer coisa custosamente prometa ganhos possíveis de longo prazo. Por que uma fraqueza para uma injustificada incerteza deveria ser mais facilmente evocada pela mais incerta das buscas, a guerra, onde o inesperado e o erro reinam?” (BRODIE, 1973: 25-6, tradução nossa, grifos do autor).

Se a guerra envolve um cálculo que está longe do previsível e de uma total racionalidade entendida como algo que pode ser totalmente antevisto, o campo da incerteza se conecta àquele dos sentimentos e da subjetividade como algo inerente à natureza humana:

“Embora nosso intelecto anseie por clareza e certeza, nossa natureza freqüentemente considera a incerteza fascinante. Ela prefere a imaginação nos níveis do acaso e da sorte mais do que o uso do intelecto na busca de seu estrito e tortuoso caminho de investigação filosófica e dedução lógica – dificilmente sabendo como – em estranhas aproximações onde todos os pontos de referência normais parecem ter desaparecido. Não confinados por estrita necessidade, ela pode revelar uma ampla gama de possibilidades; essas inspiram a coragem a tomar asas e a jogam no elemento da audácia e do perigo como um destemido nadador se projeta na corrente” (CLAUSEWITZ, 1984: 86, tradução nossa).

Baseando-se no fenômeno guerreiro para explicar a política, o que faz a guerra ser uma ação política forte, além do elemento violento que lhe é imanente, diz respeito a toda uma gama de fatores psicológicos, inteligência, sentimentos, paixões e outros pontos afins, de ordem qualitativa e não quantitativa, isto é, de uma perspectiva que não é puramente racional:

“Dois diferentes motivos fazem os homens lutarem uns contra os outros: *sentimentos hostis* e *intenções hostis*. Nossa definição é baseada nas últimas, já que são o elemento universal. Mesmo a mais selvagem, quase instintiva, odiosa paixão, não pode ser concebida como existente sem intento hostil; mas as intenções hostis são freqüentemente desacompanhadas por qualquer tipo de sentimentos hostis – ao menos por nenhum que predomine. Os povos selvagens são guiados pela paixão, os povos civilizados pela inteligência. A diferença, contudo, não reside nas naturezas respectivas da selvageria e da

civilização, mas em suas circunstâncias de momento, instituições, e assim por diante. A diferença, portanto, não opera em todo caso, mas o faz na maioria deles. Mesmo os mais civilizados dos povos, em resumo, podem ser insuflados com hostilidade passional um pelo outro.

Consequentemente, seria uma falácia óbvia imaginar a guerra entre povos civilizados da parte de seus governos e conceber a guerra como gradualmente livrando-se da paixão, de modo que no final alguém nunca realmente precisaria usar o impacto físico das forças em luta – figuras comparativas de seu esforço seriam suficientes. Isso seria um tipo de guerra por meio da álgebra.

Os teóricos já estavam começando a pensar em tais linhas quando as guerras recentes lhes ensinaram uma lição. Se a guerra é um ato de violência, as emoções não deixam de estar envolvidas. A guerra pode não surgir delas, mas elas ainda assim a afetarão em algum grau, e a proporção para a qual elas o farão não dependerá do grau de civilização mas do quão importante os interesses conflitantes são e de quanto seu conflito dura.

Se, então, as nações civilizadas não matam seus prisioneiros ou devastam cidades e áreas rurais, é porque a inteligência joga um papel maior nos seus métodos de guerra e ensinou-lhes modos mais efetivos de uso da força do que a crua expressão do instinto (CLAUSEWITZ, 1984: 76, tradução nossa).

Como já tivemos oportunidade de salientar, a guerra é concebida por seu caráter patético, mobilizador das massas, da paixão que caracteriza a entrega à causa que a motiva. A passagem acima não deixa dúvidas quanto a esse caráter. A inteligência, as emoções e as paixões envolvidas dependem das circunstâncias históricas, das instituições e de momento e estarão presentes na guerra de um modo ou de outro, sendo secundária a distinção entre povos civilizados e não civilizados. É dentro de tal contexto argumentativo que Clausewitz enuncia, logo em seguida ao trecho tratado, o primeiro caso de interação e o primeiro extremo, dado que, mesmo sendo civilizados os povos, mesmo constatadas as inovações nas armas de fogo e a invenção da pólvora, não houve significativa mudança alguma no impulso de destruir o inimigo, idéia central à exata compreensão da guerra, além de reiterar que se trata de um ato de violência sem limites lógicos ao seu emprego (CLAUSEWITZ, 1984: 76-7). Abordamos uma perspectiva em que se faz presente, ao menos como elemento universal da guerra, as intenções hostis. Uma vez constatados tais intentos, denota-se a consciência do afastamento entre os sujeitos da ação em luta, seja na guerra, como na política no que concerne às ações políticas fortes. Tal evidência dá notícia de que se trata de ações políticas de um caráter

transformador do mundo e da realidade tanto maior quanto for o ímpeto desejoso de transformação envolvido.

É possível associar na leitura de **Da Guerra** uma relação com o quadro revolucionário mais amplo da França da época de Clausewitz? Não há uma menção explícita mais desenvolvida sobre tal tema.

De acordo com o que foi apresentado até agora na nossa leitura, Clausewitz reputa como imprescindível para compreensão do caráter contemporâneo da guerra e para a soma total de sua política o tempero e o coração de uma nação. Tal referência toma como ponto de partida a ruptura que a Revolução Francesa significou para a compreensão do fenômeno guerreiro.

Anteriormente à queda da Bastilha, fora efetivada a centralização do poder em seus domínios pelos diferentes Estados na Europa em geral, o que permitiria efetivamente entender a instituição estatal como “[...] uma inteligência personificada agindo de acordo com regras simples e lógicas” (CLAUSEWITZ, 1984: 588, tradução nossa). Até então, no prelúdio revolucionário, constata-se uma guerra, em certo sentido, como

“[...] uma forma mais forte de diplomacia, um método de negociação mais violento, nos quais as batalhas e os cercos eram as principais notas trocadas. Mesmo o mais ambicioso governante não tinha maiores ambições do que ganhar um número de vantagens que pudesse ser explorado na conferência de paz” (CLAUSEWITZ: 1984: 590, tradução nossa).

Acrescente-se a esse caráter limitado da violência guerreira, que divorciava a guerra de seu caráter absoluto e do conjunto de possibilidades desconhecidas que tal intensidade poderia descortinar, o fato de que a manifestação bélica se encontrava confinada à decisão e intervenção das esferas dos governos, confundidos na prática com seus respectivos Estados e com elementos que denotavam uma compreensão e percepção comuns na condução de tal fenômeno. Em linhas gerais, havia um relativo equilíbrio de forças entre os Estados mais significativos e os recursos empregados tanto no que tange ao crédito e ao tesouro, no que concerne ao dinheiro e ao número de soldados, todos aproximadamente conhecidos, eram empregados no curso das hostilidades, objetivando, no máximo, a conquista de uma ou duas províncias (CLAUSEWITZ, 1984: 588-91).

Contudo, novo caráter é imputado à guerra após os desdobramentos de 14 de julho de 1789, mais precisamente em 1793. Conforme a análise clausewitziana, todo o referencial anterior se tornou antiquado. A guerra passou a ser manifestada com todo o vigor, toda a sua fúria, não mais reconhecendo limites. Não era mais assunto restrito ao governo de um Estado. A França tornou a guerra assunto de todo um povo, composto por trinta milhões de

indivíduos, todos considerando a si próprios cidadãos. Ainda dentro desse raciocínio, Clausewitz elucida um ponto importante para nossa leitura atinente aos recursos da guerra como um todo:

“[...] Não precisamos estudar em detalhes as circunstâncias que acompanharam esse tremendo desenvolvimento; precisamos somente notar os efeitos que são pertinentes à nossa discussão. O povo tornou-se um participante na guerra; ao invés de governos e exércitos como outrora, o completo peso da nação foi levado em conta. Os recursos e esforços agora disponíveis ultrapassaram todos os limites convencionais; nada novo impediu o vigor com que a guerra podia ser travada, e conseqüentemente os oponentes da França enfrentaram o maior de todos os riscos.

Os efeitos dessa inovação não se tornaram evidentes ou totalmente sentidos até o fim das guerras revolucionárias. As hostilidades revolucionárias não avançaram inevitavelmente na direção da conclusão última: a destruição das monarquias européias. Aqui e ali os exércitos alemães podiam ainda lhes resistir e tirar o horizonte da vitória. Mas tudo isso foi realmente devido somente às imperfeições técnicas que causaram dificuldade aos franceses, e que se tornaram evidentes primeiro na posição e na linha, depois em seus generais, e depois sob o Diretório em seu próprio governo.

Uma vez que tais imperfeições foram corrigidas por Bonaparte, esse monstro da guerra, baseada no esforço do povo inteiro, começou seu curso pulverizador através da Europa. Ele se moveu com tamanha confiança e certeza que quando foi oposto por armas do tipo tradicional, nunca poderia haver um momento de dúvida quanto ao resultado. [...]

Desde Bonaparte, então, a guerra, primeiro entre os franceses e subseqüentemente entre seus inimigos, tornou-se novamente assunto do povo como um todo, tomou um caráter inteiramente diferente, ou mais do que isso aproximou-se do seu verdadeiro caráter, sua perfeição absoluta. Não parecia haver fim aos recursos mobilizados; todos os limites desapareceram no vigor e entusiasmo demonstrados pelos governantes e seus súditos. Vários fatores aumentaram poderosamente esse vigor: a grandeza de recursos disponíveis, o amplo campo de oportunidade, e a extrema força do sentimento contagiante em geral. O único objetivo da guerra fora o de derrotar o oponente. Enquanto ele não estivesse submisso, não era considerado possível parar e reconciliar os interesses opostos.

A guerra, não mais limitada por suas restrições convencionais, manifestou-se de todo na sua mais elementar fúria. Isso se deveu ao novo papel desempenhado pelos povos nessas grandes questões de Estado, e sua participação, por sua vez, se deu parcialmente tendo em vista, em parte, o impacto que a revolução teve nas condições internas de cada Estado e, em

parte, a partir do perigo que a França colocou para todos (CLAUSEWITZ, 1984: 592-3, tradução nossa).

Tal caracterização do novo quadro da guerra nos leva inevitavelmente ao sentido aqui proposto de uma ação política forte, isto é, partimos da guerra para explicar a política: a Revolução Francesa, marcada por fortes sentimentos, paixões, por um elemento patético, mobilizador das massas e de recursos das mais diferentes ordens e de alcance transformador do mundo por excelência – tanto pela vasta mobilização social e profundas mudanças no plano interno, com um forte sentido de nacionalismo e patriotismo, quanto pela repercussão das suas idéias e pela busca de seus exércitos de uma transformação do mundo no plano externo –, guarda fortes paralelismos e traços comuns com a guerra, principalmente a absoluta. Considerando todos esses aspectos concretizados de forma inovadora, a lógica política interna da França deu o tom, contribuiu para o modo como a guerra se manifestou no plano externo também. O vigor, as paixões, enfim, o elemento moral, têm forte peso em tal caracterização. Não menos importante é a nova concepção de mundo que permeia todas as transformações desdobradas a partir da Revolução Francesa e todos os aspectos referentes ao elemento moral das massas e, por conseguinte, também dos exércitos.

Pode-se entender que os recursos proporcionados pela mobilização das massas no decorrer do processo revolucionário francês obrigaram, ao fim e ao cabo, um esforço ainda maior de seus inimigos para manter o *status quo*: manter as monarquias européias e suas respectivas dinastias. Nesse sentido, não se entende a lei ditada pelos franceses ao restante da Europa sem entender a presença do caráter patético que mobilizou boa parte, senão a maioria dos franceses, contra as tradicionais monarquias e instituições, tanto internamente, em nível dos acontecimentos sucedidos a partir de 1789, como a tentativa de “exportar” tal revolução a outros países do velho continente. A idéia de toda uma nação se vendo como pertencente aos desígnios internos e externos de um Estado com uma incomensurável entrega, fúria, paixão, possibilidade de morrer pela causa e pela pátria, da transformação do mundo varrendo as monarquias então existentes, denotam claramente o já reiterado caráter de ação política forte. Os recursos demandados de lado a lado, tanto de uma perspectiva quantitativa como qualitativa, levaram o fenômeno bélico às proximidades da extremidade lógica.

O que é importante reiterar: na guerra, de acordo com a lógica enunciada pela política, o uso da violência dificilmente atingirá um extremo, manifestando-se de modo moderado. Um parâmetro a ser sempre considerado é o esforço que um oponente demanda do outro, como ele dita a lei, valendo-se, como já afirmamos no primeiro capítulo da violência moral e da

violência física, ou de uma delas, e tendo em vista que esses elementos não são facilmente mensuráveis.

Tal esforço demandado do oponente, em tais termos, não pode ser objeto de uma mera quantificação – seja de fatores morais ou mesmo de elementos de outra característica, como esforço físico – ou a avaliação centrada em um único aspecto, como Clausewitz se refere em trecho alusivo a autores dos quais discorda:

‘Eles apontam para valores fixos; mas na guerra tudo é incerto, e cálculos têm que se r feitos com quantidades variáveis.

Eles direcionam a análise exclusivamente para quantidades físicas, embora toda ação militar seja indissociável das forças e efeitos psicológicos.

Eles consideram somente a ação unilateral, embora a guerra consista de uma contínua interação de opostos” (CLAUSEWITZ, 1984: 136, tradução nossa).

Também a ação política forte que não seja uma guerra envolve aspectos subjetivos referentes às paixões, sentimentos e demais elementos morais, fatores essencialmente qualitativos. Como seria possível referirmos a um *quantum* de hostilidade ou sentimentos hostis ou ainda intenções hostis em termos quantitativos em uma crise revolucionária como aquela que varreu a França? Como vencer os soldados que além de manejarem suas armas, os fazem com exacerbado patriotismo, forte vigor e entusiasmo e, portanto, fortes elementos no campo moral? Como aniquilar ou submeter a França, se devem ser também reduzidos a pó, além de seus recursos físicos, aqueles entendidos como dignos de uma causa importante, digna de melhorar e mudar a realidade do mundo como um todo a partir dos ideais revolucionários? É aí que entendemos, a partir das condições políticas internas da França, o modo como as guerras napoleônicas chegaram perto dos extremos.

A grande violência destinada aos inimigos ou supostos inimigos da Revolução no plano interno francês, período conhecido como o do “terror”, pode guardar semelhança com a proximidade ao extremo constatada nas guerras revolucionárias?

Como frisado, Clausewitz não trata os detalhes das circunstâncias envolvidas que levaram a tal desenvolvimento. Sua formulação sobre a política, do ponto de vista de uma definição mais sistemática estrita, não é das mais aprofundadas. O mesmo pode ser afirmado no que atina à análise das questões políticas internas francesas por ocasião de sua trajetória revolucionária. Se a guerra como assunto de Estado e de seu governo se volta para um caráter de mobilização de todos os cidadãos, de transformação de toda a sociedade francesa, existe

um paralelismo de algum modo no que se refere à política e à guerra na manifestação da França frente a outro Estado com o seu quadro interno?

Embora Clausewitz não o mencione, pode-se tratar da guerra como forma mais elevada da política ou, sob certas circunstâncias, semelhante à política. A política pode ter alcançado tal patamar em função do caráter violento da Revolução Francesa. Trata-se do sentido de uma ação revolucionária, que caracterizaria a política absoluta. Quando, em muitos momentos, o Estado lidou com seus inimigos no sentido de desarmá-los e aniquilá-los, Bonaparte fora em uma oportunidade, com tal intuito, instrumento de repressão à frente de tropas em alguns momentos do processo revolucionário no âmbito interno¹⁰. Portanto, o general corso serviu como militar a serviço da ordem e do monopólio legítimo da força do Estado dentro de seu território, além de soldado que almeja objetivos políticos em função da conjuntura internacional e das circunstâncias internas francesas. Posteriormente, Napoleão tornou-se o governante máximo da França como imperador.

A discussão está, de alguma maneira, inserida na discussão da condução da guerra por aqueles que personificam a inteligência do Estado, os membros do seu governo. O raciocínio clausewitziano permite entender que a natureza das armas usadas no período referido do conflito interno francês se adequava ao intento revolucionário do governo e, assim, liquidar e desarmar seus inimigos, tal como se pode fazer numa guerra em relação a outros Estados. Portanto, estamos lidando com análise que pode sugerir a violência para liquidar os inimigos do Estado para sustentar o governo originado do processo revolucionário francês:

‘Se a guerra é consoante completamente com os objetivos políticos, e a política se adequou aos meios disponíveis para a guerra, então a menos que o governante e o soldado estejam combinados em uma pessoa, o único expediente correto é tornar o comandante-em-chefe um membro do gabinete, de modo que o gabinete possa compartilhar os maiores aspectos de suas atividades. Mas isso, por sua vez, é exequível somente se o gabinete – isto é, o governo – está próximo do teatro de operações, de modo que as decisões possam ser tomadas sem séria perda de tempo. Isso é o que o imperador austríaco fez em 1809, os soberanos aliados em 1813-1815. A prática se justificou perfeitamente.

O que é altamente perigoso é deixar qualquer soldado que não seja o comandante-em-chefe exercer uma influência no gabinete. Muito raramente isso leva a ação vigorosa

---

¹⁰ O general corso liderou um dos mais brutais episódios de repressão do processo revolucionário. Em 5 de outubro de 1795, comandou uma canhonada em Paris. Dera ordem de fogo contra multidão de 30 mil pessoas em Paris, formada por monarquistas e uma multidão de descontentes, que se juntaria no Palácio das Tulherias.

confiável. O exemplo da França entre 1793 e 1795, quando Carnot conduziu a guerra de Paris, é inteiramente inaplicável, uma vez que o terror pode ser usado como uma arma somente por um governo revolucionário” (CLAUSEWITZ, 1984: 608-9, tradução nossa).

A preocupação clausewitziana de análise se dirige principalmente à guerra; entretanto, ele reconhece que o terror é adequado a um esforço de uma revolução. Trata-se da lógica da política, que coordena o esforço utilizado, ainda que o objeto, nesse ponto específico de nossa leitura não seja a guerra, mas sim a revolução, outra ação política forte.

Algumas perguntas além da possibilidade de verificar o esforço na condução da política interna da França se colocam. Teria sido insinuado que Napoleão é o exemplo por excelência da desejável combinação entre governante e cidadão? Teriam as instituições políticas francesas e seu povo alguma afinidade com o fato de Napoleão ser um dos artífices de toda a violência interna que consolidou o processo revolucionário e, por sua vez, possibilitou, em moldes análogos, impor a vontade aos seus oponentes em uma feição próxima daquela absoluta tanto na guerra quanto na política?

Clausewitz não aborda explicitamente as respostas para tais perguntas, mas não há dúvida de que Napoleão é um parâmetro importante para sua obra. Mesmo assim, não nos parece razoável desvincular o plano interno do plano externo quando se busca explicar a guerra conduzida por um dado Estado. A guerra é, em certas condições, a manifestação política. Tal manifestação como guerra pode ser tomada como política em dadas condições e depende das peculiaridades reais e históricas dos Estados envolvidos que as conduzem. Assim, não se pode separar, como lógica da guerra que remete à maneira como se articula a consecução dos objetivos e fins ao plano social, histórico, político e da realidade como um todo, da natureza de seu povo, de suas instituições a condução da guerra no âmbito externo daquelas condições ligadas à manifestação bélica na oposição de um Estado frente a outro. Tal discussão se põe, inclusive, quando se verifica o papel da política nos Estados que duelam:

“Claramente os tremendos efeitos da Revolução Francesa foram causados não somente pelos novos métodos militares e conceitos, como também pelas mudanças radicais nas políticas e na administração, pelo novo caráter do governo, pelas condições alteradas do povo francês, e daí por diante. Esses outros governos não compreenderam essas mudanças, eles quiseram opor forças novas e irresistíveis com meios costumeiros: todos esses foram erros políticos. Uma visão puramente militar da guerra teria possibilitado a alguém detectar essas falhas e corrigi-las? Não teria. Mesmo se houvesse existido um estrategista atento capaz de deduzir o completo alcance das conseqüências simplesmente a partir da natureza dos

elementos hostis, e do vigor desses efeitos últimos profetizadores, teria sido completamente impossível agir sobre suas especulações” (CLAUSEWITZ, 1984: 609, tradução nossa).

Clausewitz ressalta que nem mesmo os governantes franceses se deram conta de tais alterações apropriadamente, o que lhes impediu de dar a justa adequação de meios aos devidos fins, quando das novas forças mobilizadas na Europa por ocasião da imposição dos desígnios franceses em um primeiro momento. Trata-se exatamente da política como lógica articuladora da guerra, o que inclui também o modo de adequar meios a fins.

O início do período em que os exércitos franceses começaram a “varrer” a Europa coincide exatamente com o período do terror citado por Clausewitz. Em termos clausewitzianos, o enorme esforço demandado pelos oponentes do Estado francês justificava uma resposta à altura, inclusive com o uso da violência, pela manutenção de suas instituições:

‘[...] Mas para o francês da sólida classe média que estava por trás do Terror, ele não era nem patológico nem apocalíptico, mas primeiramente e sobretudo o único método efetivo de preservar seu país. Isto a República jacobina conseguiu, e seu empreendimento foi sobre-humano. Em junho de 1793, 60 dos 80 departamentos franceses estavam em revolta contra Paris; os exércitos dos príncipes alemães estavam invadindo a França pelo norte e pelo leste; os britânicos atacavam pelo sul e pelo oeste: o país achava-se desamparado e falido. Quatorze meses mais tarde, toda a França estava sob firme controle, os invasores tinham sido expulsos, os exércitos franceses por sua vez ocupavam a Bélgica e estavam perto de começar um período de 20 anos de quase ininterrupto e fácil triunfo militar. Ainda assim, por volta de março de 1794, um exército três vezes maior que o anterior era mantido pela metade do custo de março de 1793, e o valor da moeda (ou melhor, do papel-moeda – *assignats* – que a tinha amplamente substituído) era mantido razoavelmente estável, em contraste marcante com o passado e o futuro. [...]

Para estes homens, como de fato para a maioria da Convenção Nacional que no fundo deteve o controle durante todo este período, a escolha era simples: ou o Terror, com todos os seus defeitos do ponto de vista da classe média, ou a destruição da Revolução, a desintegração do Estado nacional e provavelmente – já não havia o exemplo da Polônia? – o desaparecimento do país” (HOBBSAWM, 1996: 86-7).

O paralelo traçado por Eric Hobsbawm, ainda que no campo da possibilidade, entre o aniquilamento da França – por razões internas e externas – e aquele da Polônia nos possibilita confirmar o ponto em comum existente na política e na guerra. O grande esforço demandado também no que tange à violência interna, típico do esforço demandado em um processo revolucionário, que iria, posteriormente, no campo de batalha, alcançar um patamar próximo

do absoluto. Ante a possibilidade do Estado francês definir – e com ele todo o processo revolucionário – impôs-se capitalizar o apoio das massas e desferir golpes poderosíssimos para impor sua vontade aos inimigos da jornada iniciada com a queda da Bastilha. Tal aspecto não foi explorado pelo do autor de **Da Guerra**, mas possivelmente o levou em conta, ainda que de modo implícito em seu raciocínio.

Retomemos a possibilidade de nos valer da política para aplicá-la no entendimento da guerra. Se nos valermos do já definido conceito de uma política absoluta com aquela concretizada em uma revolução, vigorosa e grandiosa, poderemos entender que ela foi fator marcante para a consecução de uma guerra próxima do tipo absoluto sob a liderança de Bonaparte. Consideremos o esforço absoluto acima mencionado para preservar o Estado francês e todo o entusiasmo e vigor revolucionários. A política alcançou sua forma mais intensa, próxima do absoluto, na jornada revolucionária francesa em diferentes momentos. Antes e depois da ascensão de Bonaparte ao poder, ela se manifestou no seu auge, tanto no plano interno, no curso do processo revolucionário, como guerra próxima ao tipo absoluto no plano externo. Portanto, todo esse vigor da violência da guerra foi acompanhado *pari passu* pelos outros elementos ligados ao processo revolucionário francês.

A interpretação clausewitziana chama a atenção para a dificuldade de perceber a nova realidade revolucionária francesa. Os erros cometidos pelos adversários dos franceses não levaram em conta toda a nova intensidade de energia despertada pelo processo revolucionário francês, seus novos meios e suas novas forças, enfim a transformação da arte da guerra decorrente da transformação da política, o que reforçaria forte conexão entre a guerra e a política (CLAUSEWITZ, 1984: 609-10).

Insistimos: ainda que a elaboração clausewitziana acerca da política não seja das mais sistemáticas, há vários pontos de aproximação da política com a guerra em determinadas situações, o que nos permite entender a posição da política como mote fundamental, como fator contingenciador, como lógica da guerra, tal qual parece atestar o trecho seguinte:

“Mais uma vez: a guerra é um instrumento da política. Ela precisa necessariamente ter o caráter da política e a medida pelos seus padrões. A conduta da guerra, nos seus grandes delineamentos, é portanto a própria política, que toma a espada em lugar da caneta, mas não age de acordo com suas próprias leis em tal consideração” (CLAUSEWITZ, 1984: 611, tradução nossa).

A posição é clara. Nos grandes delineamentos referentes à conduta da guerra, ela é a própria política, não podendo em hipótese alguma ser divorciada da segunda. Em vários aspectos a guerra não tem leis próprias e sim aquelas em comum com a política.

Que outros raciocínios dentro do tema proposto na presente parte desse capítulo nos permite aprofundar tal raciocínio? Por outras palavras, como podemos aprofundar ainda mais a compreensão da combinação dos elementos físicos e morais por meio de pontos em comum entre guerra e política?

Pensamos que o tema da fricção seria pertinente ao caso nesse momento.

Aproveitando o ensejo do último trecho de Clausewitz citado, a fricção deve ser entendida em conformidade com aquela lógica em que a política joga papel primordial na compreensão. Acredito que merece ser retomado um aspecto que demonstraria a idéia da influência montesquiana sobre o pensamento de Clausewitz. A noção de fricção, que abrange toda sorte de contratempos, imprevistos que caracterizam a guerra real e a diferenciaria da guerra absoluta, teórica se encaixaria nessa perspectiva: “A fricção é o único conceito que mais ou menos corresponde aos fatores que distinguem a guerra real da guerra no papel” (CLAUSEWITZ, 1984: 119, tradução nossa).

Pode-se perceber - tanto em uma perspectiva da guerra aplicada à política, como o inverso - que a política e a guerra têm a mesma lógica. Raciocínio bastante similar ao de Clausewitz é formulado pelo Senhor de La Brède. Montesquieu enuncia que assim como na mecânica, cujas fricções paralisam ou modificam os efeitos da teoria, também na política o mesmo ocorre (MONTESQUIEU, 1979: 243). Se considerarmos, ainda que vagamente, a influência de Montesquieu ou desse raciocínio, muito comum no século XVIII, também podemos entender que as limitações impostas pela realidade em seus diversos elementos (resumidas na idéia de “fricção”) para um raciocínio teórico ou mesmo um plano abstrato, encontra paralelo também na conceituação da guerra.

Que elementos compõem a fricção na formulação clausewitziana?

“[...] Inúmeros incidentes menores - do tipo que você nunca pode realmente antever - combinam-se ao nível mais baixo de performance, de modo que alguém sempre não corresponda ao objetivo intencionado” (CLAUSEWITZ, 1984: 119).

Esses “inúmeros incidentes menores”, ou a fricção definida em termos gerais, diz respeito ao perigo, esforço físico, inteligência e a qualquer elemento que pode ser integrado à atmosfera da guerra e ter um efeito restritivo à sua atividade. Tendo um certo sentido metafórico, como aludimos no capítulo anterior, a possibilidade de entender a fricção como atrito faz sentido quando Clausewitz formula que a experiência de combate minimizará tal dificuldade, será o lubrificante para tal irregularidade (CLAUSEWITZ, 1984: 122). Se pode ser considerada a lógica da guerra como política e seu entendimento como duelo em que um inimigo busca se adequar ao outro, também nas ações políticas como um todo, apenas a

experiência da ação que concerne aos lados que se opõem poderá diminuir tais obstáculos, atritos. Como já mencionado, somente no processo político em que um sujeito da ação conhece efetivamente o outro lado e adapta seus esforços para superar o oponente.

Feita tal leitura, passemos a um balanço. Buscamos mostrar no capítulo que estamos perto de encerrar a lógica da guerra, com forte relação com a política. Apresentamos leitura em que foi possível estabelecer entendimento de que não somente a guerra pertence à política, como também possui, como tal, muitos pontos em comum. A classificação e definição da guerra como ação política forte, junto com outras manifestações de tal ação – como as revoluções – nos permitiram entender que a guerra tem lógica predominantemente política sem atribuir a tal contingenciamento uma importância ou relação única, esquemática, no sentido de lei, regras ou princípios gerais. Afinal, inserida nas questões humanas e no universo social, histórico de possibilidades, de incerteza, há diversos outros elementos em jogo que dificultam enquadrar a lógica da guerra, a sua conexão com a política em um único padrão.

Contudo, foi possível estabelecer diversos paralelismos e aproximações no que concerne à guerra e às ações políticas fortes, bem como constatar que no plano metodológico, em certo sentido, conceitual, há a possibilidade de aproximação e de entendimento de uma mesma lógica, em sua interação com todas as particularidades que uma dada realidade pode proporcionar.

Busquemos, então, mostrar agora, a partir da leitura empreendida, as especificidades que envolvem política e guerra. Essa é a temática do capítulo subsequente.

Capítulo 3 – A gramática da guerra e as especificidades da guerra e da política

“A política é uma guerra sem efusão de sangue; a guerra uma política com efusão de sangue.”

Mao Tsé-tung¹

Buscamos mostrar no capítulo anterior como guerra e política possuem a mesma lógica, articuladas, inclusive pelos aspectos comuns verificados nas diferentes manifestações do fenômeno guerreiro e demais ações políticas fortes, e, em alguns casos, nas ações políticas fracas também. Mostramos como a guerra, como ato de poder, tem uma lógica marcada pela orientação de seus objetivos e fim, identificados com a política.

Trataremos de efetuar leitura no presente capítulo do tratado referido de Clausewitz sobre as diferenças entre guerra e política. Como diferenciar guerra e política?

Torna-se uma grande dificuldade para tal tarefa a formulação de que a política, no dizer do próprio Clausewitz, é eclipsada e é eliminada apenas aparentemente no próprio conceito de guerra absoluta. Em outras palavras, se é evidente o contingenciamento político da guerra no seu tipo real, o tipo absoluto deve ser entendido da mesma maneira. Ou ainda, nesse mesmo diapasão, a guerra, conforme passagem específica que já citamos, em nenhum sentido é autônoma. Dito de outro modo, como diferenciar guerra e política, se elas estão “conjugadas” em qualquer tipo de guerra? Será um dilema não resolvido na obra de Clausewitz o pertencimento da guerra à política, ainda que possam ter essências distintas, expressas na diferenciação entre lógica e gramática?

No presente capítulo, buscaremos explorar os aspectos específicos referentes à política e também aqueles atinentes à guerra. É muito difícil abordar o caráter político da guerra e desconsiderar tudo aquilo que pode ser identificado com sua gramática. Como então abordar guerra e política em suas devidas especificidades?

A fim de buscarmos identificar as diferenças que envolvem guerra e política, busquemos resumir as definições elaboradas anteriormente referentes à gramática da guerra.

Chamamos de lógica da guerra a coordenação e a articulação proporcionados pela política e pelos objetivos políticos que norteiam a manifestação bélica em vista do conjunto mais amplo de elementos da realidade em que o fenômeno guerreiro se insere. Por sua vez, a gramática diz respeito a tudo o que a guerra difere da política. Essencialmente, constata-se

---

¹ Sobre as possíveis influências de Clausewitz sobre Mao Tsé-tung, consultar ARON, 1986c: 98-110.

que a política não contempla em todas as suas manifestações o elemento da violência, que se constitui a natureza própria da guerra. Tal é o caso das ações políticas fracas. A gramática diz respeito a tudo o que de alguma maneira se liga ao meio violento, peculiar do fenômeno bélico na acepção clausewitziana.

Acredito que a síntese que diferencia guerra e política elaborada por Peter Paret é válida para nossos propósitos: para Clausewitz, o poder é a essência da política, ao passo que a violência é a essência da guerra (PARET, 1975: 36).

Sendo assim, buscaremos entender tal diferença explicando os elementos específicos da gramática da guerra, que passa por explicitar a natureza e a essência da guerra e da política. Com relação à gramática, abordaremos leis específicas da guerra, referentes à decisão pelas armas, a ascensão aos extremos, bem como outros elementos que caracterizam a natureza própria da guerra: a violência, o combate, o engajamento, o derramamento de sangue, enfim, aqueles tópicos que estão ligados ao ponto crucial da gramática, a violência. Sublinhamos que não faremos uma abordagem exaustiva das leis e elementos da guerra. Optamos por aqueles aspectos mais distintivos no que confere à guerra e à política.

Por sua vez, buscaremos entender política no seu caráter próprio, dentro do universo conceitual clausewitziano em **Da Guerra** e também do autor a partir do qual trabalhamos os conceitos de ação política fraca e ação política forte, Bertrand de Jouvenel, além de pontos de outros autores aqui tratados que sirvam ao raciocínio da diferenciação. Dado o fato de que Clausewitz não ofereceu abordagem sistemática da política, buscaremos, quando for o caso, levaremos em conta formulações de comentadores do general prussiano, sempre tendo em conta um mínimo de compatibilidade que justifique tal aproximação com o principal autor aqui estudado.

Trataremos primeiro a separação analítica de guerra para o desenvolvimento de nossa leitura. Qual a natureza e a essência da guerra? O que abordaremos em seguida tem, a partir do que já foi tratado, o seguinte par de diferenças como uma primeira síntese referente à *essência da guerra e da política*:

Guerra

Violência

Política

Poder

3.1. A natureza e a essência da guerra e da política

A natureza e a essência da guerra estão inapelavelmente ligadas à violência, notadamente aquela sem limites. Tal pressuposto é perfeitamente compatível com as possibilidades múltiplas de uso do intelecto, sejam elas inclinadas à racionalidade ou à paixão ou mesmo a ambas, conforme já explicamos no capítulo anterior.

Se a guerra tem na política a sua lógica, é acertado pensar que assim como há uma guerra real e uma guerra absoluta, há uma política real e uma política absoluta, que definimos a partir de elementos da interpretação de Clausewitz proposta por Pierre Naville. Na mesma linha de raciocínio, a guerra poderia ascender aos extremos, tal como a política. Mesmo que a política possa atuar nas manifestações reais da guerra como um elemento moderador, na sua forma absoluta, sem uma perspectiva limitadora da violência, ela também se fará presente. Isso sugere que a política acompanharia *pari passu* a intensidade ou as características da violência que configurariam a guerra à medida em que o fenômeno guerreiro se aproximasse dos extremos. No extremo, a política poderá ter também elementos do que Clausewitz chamou – no que tange à guerra absoluta – de uma “fantasia lógica”, sem, no entanto, perder de vista que a guerra envolve necessariamente Estados e violência, ao passo que a política nem sempre contempla tais elementos. Continuaria tal linha do argumento a compreensão de que se o esforço demandado pelo oponente e a política assim colocarem, chega-se à extremidade lógica da violência ou próximo dela. Já afirmamos no capítulo anterior que tal raciocínio é permitido porque a essência, a natureza própria, enfim, sua gramática está exatamente ligada aos elementos ligados à violência e não à ascensão aos extremos. Por outro lado, a política absoluta não seria somente uma essência abstrata das relações políticas, mas poderia ser entendida como o auge da política na concretização de uma revolução.

De certo modo, isso se relaciona ao fato da guerra ser sempre uma ação política forte. Por mais limitadas que possam ser a violência e as hostilidades, a guerra não pode ser concebida como ação política fraca. Concebemos ações políticas fortes e ações políticas fracas. Mas não podemos transpor um modo análogo de raciocinar para a guerra, classificando-a como “guerra fraca” e “guerra forte”, associadas, respectivamente, a uma ação política fraca e uma ação política forte. Como entender que a guerra não acompanha a política em tal raciocínio?

A violência não está constantemente presente naquela ação política forte que não for uma guerra. É perfeitamente concebível a possibilidade de uma eleição com sentido de ação forte sem necessariamente que a força esteja em cena. Obviamente, a possibilidade da violência estar em cena nas ações políticas fracas é algo totalmente fora de consideração. Não existe um afastamento ou hostilidade que envolvam um caráter patético ou excludentes concepções de mundo. Ou ainda consciência de tais fatos envolvendo os sujeitos da ação em conflito, de modo a implicar no uso da violência.

Ora, na guerra, a violência é um dado inegável. Ela variará, conforme a definição que explicamos, desde as condições específicas que levam à sua manifestação real, dentro da guerra real, até a possibilidade de ascender ou aproximar-se dos extremos, em conformidade com o tipo absoluto. No âmbito dos extremos, coloca-se uma dificuldade de suma importância para o entendimento da gramática da guerra.

Clausewitz formula com relação a esse último tema que, valendo-se da violência que um oponente emprega para superar o adversário - na interação em que cada um busca se sobrepor ao outro, ajustando seu esforço para tal - cada um dos lados em confronto impelirá o oponente ao extremo. Seria errado e fútil conceber a guerra distanciada ou à parte da brutalidade que lhe concerne (CLAUSEWITZ, 1984: 75-6). Segue nesse raciocínio observação capital do capítulo 1 do Livro I, aquela divisão do tratado que se reveste de parâmetro fundamental, como já tivemos de explicar em outra oportunidade nessa tese:

‘[...] Esse lado forçará o outro a segui-lo; cada um levará seu oponente em direção aos extremos, e os únicos fatores limitadores são os contrabalanços inerentes à guerra.

É assim como a questão deve ser vista. Seria fútil – ou mesmo errado – tentar e fechar os olhos de alguém para aquilo que a guerra realmente é a partir de um brusco desvio do sofrimento causado por sua brutalidade.

Se as guerras entre nações civilizadas são menos cruéis e destrutivas do que as guerras entre selvagens, a razão está nas condições sociais dos próprios Estados e nas suas relações uns para com os outros. Essas são as forças que impulsionam a guerra; as mesmas forças a circunscrevem e a moderam. Elas próprias não são parte da guerra; elas já existem antes da luta começar. Introduzir o princípio da moderação na teoria da guerra em si sempre levaria a um absurdo lógico” (CLAUSEWITZ, 1984: 76, tradução nossa).

O texto enuncia claramente: as forças que circunscrevem a guerra e a moderam não pertencem propriamente a ela tampouco à sua própria teoria. Clausewitz parece sugerir que a guerra, em seu essencial, na teoria, na sua perfeita concepção, comporta um fenômeno

definido em si próprio, sem limitações ou causas de qualquer outra ordem que escapem à violência e à brutalidade. Como pode ser a guerra tão intrinsecamente ligada à política² e ser concebida na sua natureza própria à parte, não somente da política, como também de qualquer outro elemento, tendo, portanto, suas próprias leis? Tal definição é compatível com o tipo absoluto de guerra? A guerra opera com forças próprias como aparência em que fica oculto o seu sentido político?

Já vimos em trechos anteriores que a possibilidade de entendimento da guerra com leis próprias não se coloca. Tal hipótese é levantada por Clausewitz mas sempre referida posteriormente em suas próprias formulações em sentido condicional. A citação anterior menciona que os limites à destruição na condução da guerra dependem das condições sociais dos Estados e das relações entre si. Clausewitz credits que as forças que impulsionam a guerra são as condições sociais nacionais endógenas e as relações interestatais. A política está certamente incluída nessas forças. Não se deve esquecer que ele considera sempre como motivo original da guerra o objetivo político. Portanto, isso está de acordo com o raciocínio exposto de que jamais a guerra se separa da política. Sob o tipo absoluto e teórico, a política está presente na guerra, ainda que, sob certa perspectiva, como absurdo lógico (como ressaltado pelo próprio Clausewitz), lhe seja alheia, à parte.

Então, como entender que a política e tudo o mais que cumprem o papel delimitador e propulsor da guerra não a compõem propriamente?

Sigamos na mesma linha de argumentação, buscando responder a partir de trechos e formulações do próprio Clausewitz.

Começemos por passagem do capítulo 3B do livro VIII, em que ele refere a maior parte das guerras conduzidas pelas pequenas repúblicas e seus pequenos exércitos da antigüidade, à exceção de Roma, como guerras de caráter limitado. A conjuntura das guerras entre tais sociedades políticas envolvia um estado de equilíbrio pelo fato de tais repúblicas serem numerosas e pequenas (CLAUSEWITZ, 1984: 586). No tocante às conquistas dos romanos, escreve:

---

² Considere-se, inclusive, que o trecho em questão vem logo após passagem em que Clausewitz enuncia a guerra como marcada pelo derramamento de sangue, mesmo que as boas almas e corações das pessoas assim não o admitam. Trata-se, portanto, de uma definição clausewitziana da guerra de caráter semelhante à conceituação maquiaveliana de política, que contempla uma formulação separada da ética.

‘[...] A força militar de Roma naquele período era imensa, sem seus esforços serem igualmente grandes. Seus exércitos eram mantidos por sua riqueza” (CLAUSEWITZ, 1984: 587, tradução nossa).

Outro caso singular da antigüidade por ele citado é o de Alexandre Magno. Tal menção faz eco a uma menção da guerra absoluta associada a Bonaparte. A passagem referente ao general corso cita-o como alguém que trouxe a guerra à absoluta perfeição de forma rápida, cruel e lutou sem pausa até o inimigo sucumbir (CLAUSEWITZ, 1984: 580). Quanto a Alexandre,

“Tão singulares à sua própria maneira foram as guerras de Alexandre. Com seu pequeno porém excelentemente treinado e organizado exército, Alexandre esmigalhou os frágeis Estados da Ásia. Cruelmente, sem pausa, ele avançou através da vastidão da Ásia até que ele alcançasse a Índia” (CLAUSEWITZ, 1984: 587, tradução nossa).

Segue um longo interregno em que no medievo e até meados do século XVIII a guerra primou por operações de caráter limitado. Sobre o período renascentista, passagem significativa se impõe para o nosso argumento sobre a natureza da guerra:

“As grandes cidades comerciais e pequenas repúblicas criaram *condottieri*. Elas foram uma dispendiosa e portanto pequena força militar. Ainda menor foi seu valor de luta: os extremos de energia ou sacrifício foram conspícuos por sua ausência e a luta geralmente foi uma farsa. Em resumo, então, a hostilidade e a inimizade não mais levaram os Estados a tomarem os problemas em suas próprias mãos; elas se tornaram um elemento na negociação. A guerra perdeu muito dos seus riscos; seu caráter estava totalmente modificado, e nenhuma dedução a partir de sua própria natureza era ainda aplicável” (CLAUSEWITZ, 1984: 587, tradução nossa).

O raciocínio exposto nas três últimas passagens acima ensaia nessa breve leitura clausewitziana da história da guerra o que seria a concretização daqueles aspectos identificados com a natureza própria da guerra e com a guerra absoluta. Em alguma medida, tais traços foram “esboçados”, apresentados em caráter embrionário na antigüidade. A propósito disso, sua análise apontou Alexandre Magno como líder de pequeno e eficiente exército que lutou obstinadamente até que todos os Estados existentes na Ásia até a Índia capitulassem. Posteriormente, até meados do século XVIII, suas manifestações afastaram-se de tal natureza.

Por fim, chegamos às guerras revolucionárias. A **violência** no extremo ou próximo dele está mais identificada com a natureza da guerra. A referência ao “modo natural” dos

povos agirem, a partir do extremo perigo personificado por Bonaparte confirma tal entendimento:

“Isso costumou ser o modo universal no qual uma aliança operava. Somente em tempos recentes o extremo perigo emanado de Bonaparte, ou seu próprio ilimitado poder, forçaram os povos a agir de uma maneira natural. O velho modo era uma questão intermediária; era uma anomalia, já que na essência a guerra e a paz não admitem gradações. Contudo, o velho modo não era mero arcaísmo diplomático que a razão devesse ignorar, mas uma prática profundamente consolidada nas fraquezas e defeitos da raça humana” (CLAUSEWITZ, 1984: 603, tradução nossa).

É preciso reter um ponto importante do último trecho. No nível essencial, não há gradações para a paz e a guerra. A guerra, no seu entendimento essencial, não possui anomalias, é perfeita, está identificada com a violência e uma intensidade extremas. Já vimos anteriormente a perfeição à qual a guerra fora alçada sob a liderança de Bonaparte, para nos valermos de formulação do próprio Clausewitz. Então, como resolver os problemas elencados até agora se a política está contida em ambos, paz e guerra?

O que está em discussão aqui se insere no sentido conferido à guerra em passagem do capítulo 1 do Livro I. Trata-se da guerra no seu sentido estritamente filosófico. Como sustentamos tal entendimento? Tal compreensão está associada à “maneira natural” citada por Clausewitz na última passagem. Não por acaso, o trecho a seguir do primeiro capítulo de **Da Guerra** refere a tema identificado com a gramática do fenômeno guerreiro. Tal parágrafo tem um título bastante afim ao assunto em pauta: “A natureza diversa da guerra”. Podemos ler o seguinte na parte referida em que o próprio Clausewitz destaca e elucida as idéias que nos interessam. Ou seja, as razões que permitiriam associar a violência à política e a medida em que a guerra tomaria feição de violência extrema em sentido estritamente lógico, filosófico em perspectiva totalmente à parte da realidade:

“[...] Por outro lado, quanto menos intensos os motivos, menos a tendência natural à violência coincidirá com as diretivas políticas. Como resultado, a guerra será desviada de seu curso natural, o seu objetivo será mais e mais variante em relação ao fim da guerra, e o conflito parecerá crescentemente de caráter *político*.”

Nesse momento, para evitar que o leitor se confunda, deve ser observado que a frase, a *tendência natural* da guerra, é usada em seu sentido filosófico isolado, estritamente *lógico* e não se refere às forças que estão realmente engajadas na luta – incluindo, por exemplo, o moral e as emoções dos combatentes. Por vezes, é verdade, essas [forças] poderiam ser atizadas de tal modo que o fator político teria dificuldade

em controlá-las. Embora tal conflito não ocorra com muita frequência, devido às motivações serem tão poderosas, deve haver uma política de magnitude proporcional. Por outro lado, se a política é direcionada somente a objetivos menores, as emoções das massas serão pouco modificadas e elas terão que ser mais estimuladas mais do que contidas” (CLAUSEWITZ, 1984: 88, tradução nossa, grifos no original).

O trecho é claro em sugerir que a tendência natural da guerra refere a uma violência extrema – concebível somente no nível das idéias - e que a política pode servir como fator moderador. Em que pese tal avaliação, tal moderação apenas aponta *aparentemente* para um caráter mais político da guerra. Ou seja, está implícito que a política tem ou não um sentido moderador da guerra.

Clausewitz, entretanto, pelo que vimos até o momento, enuncia que *a natureza ou a natureza própria da guerra inclina-se para a violência ou é mais identificada com ela*. O sentido de “estritamente lógico”, no qual a idéia de natureza se insere, é totalmente distinto do significado de lógica vinculada à política trabalhado até o capítulo anterior dessa tese.

Não estamos propondo de modo algum que a natureza da guerra diga respeito exclusivamente ou principalmente à violência. Afinal, todos os principais elementos teóricos e concretos da guerra, referentes ao tipo real e ao tipo absoluto, são tratados no Livro I, em oito capítulos de **Da Guerra**, sob o título “Da Natureza da Guerra”.

No que concerne àquilo que Clausewitz chama especificamente de “natureza própria” ou “natureza diversa” ou ainda “curso natural”, ele sugere algo caracterizado como uma total separação da guerra da violência em relação a qualquer elemento que configure a natureza do fenômeno guerreiro, ou seja, sua definição mais ampla. Ora, a natureza da guerra a dissocia da política? Não. Ela tem uma maior proximidade com a violência. O texto é claro: as forças que a circunscrevem e a moderam não fazem parte dela. Constituem, portanto, *um absurdo lógico*. Não nos esqueçamos do mote que enseja a presente discussão, que também justifica a linha de argumento sustentada: a guerra tem sua própria gramática (suas regras, leis e características essenciais, próprias, ligadas à violência) e não tem a sua própria lógica (tudo que é articulado pelos objetivos e fim, relacionados à política).

A abordagem de um aspecto distinto, mais simples, em relação àquele conjunto mais amplo que configura a natureza da guerra, é anunciado no parágrafo inicial do tratado, no capítulo 1 do Livro I, ainda que tal interpretação possa ser sugerida de uma maneira vaga:

“Proponho considerar primeiro os vários *elementos* do assunto, depois suas *várias partes ou seções*, e finalmente *o todo* em sua estrutura interna. Em outras palavras, deverei proceder do simples para o complexo. Mas na guerra mais do que em

qualquer outro assunto devemos começar olhando para a natureza do todo; porque aqui mais do que em qualquer outro a parte e o todo devem ser sempre pensados juntos” (CLAUSEWITZ, 1984: 75, tradução nossa, grifos no original).

Pensar a parte e o todo, do simples para o complexo, faz parte do plano de Clausewitz para o entendimento da natureza da guerra como um todo, ainda que possa tratar do tema da violência, que é parte, como uma ‘tendência natural’, ‘natureza’, ‘natureza própria’, ‘curso natural’, ‘maneira natural’ ou ainda, ‘natureza diversa’.

Antes de mais nada, o próprio texto de Clausewitz nos permite tal entendimento. Vejamos uma passagem na qual argumenta como a política se conecta à guerra em sua natureza:

“Se a guerra é parte da política, a política determinará seu caráter. À medida que a política se torna mais ambiciosa e vigorosa, assim será a guerra, e assim pode alcançar o ponto onde a guerra alcança sua forma absoluta. Se nós olharmos para a guerra à luz disso, não precisamos perder de vista esse absoluto: ao contrário, nós temos sempre tê-lo em mente.

Somente se a guerra é vista dessa maneira é que essa unidade reaparece, somente então nós podemos ver que as guerras são coisas da *mesma* natureza; e isso sozinho proverá os critérios corretos para conceber e julgar grandes desígnios” (CLAUSEWITZ, 1984: 606, tradução nossa, grifos do autor).

Convergindo para o que acabamos de sustentar, *só haverá uma mesma natureza envolvendo guerra e política quando **reaparecer*** a definição de uma tal natureza envolvendo ambas. É possível depreender do trecho e do raciocínio que ele invoca a seguinte interpretação: a unidade envolvendo guerra e política, em algum momento, não foi considerada. Insistimos: conceber a natureza implica em pensar a parte (seja a política ou a guerra) e depois reaparecer a unidade como todo na conjugação e articulação das outras parcelas constituintes. Como isso pode ser definido? Seria aquela formulação da guerra concebida como algo regido por suas próprias leis – em que pese tal cenário não seja viável nem em termos reais tampouco no tipo absoluto de guerra - como tivemos a oportunidade de ver em passagens já reproduzidas anteriormente nesse trabalho? Pensamos que sim. Por mais que possa parecer estranho, é essa a orientação clausewitziana. Há passagem que confirma tal interpretação:

“Ao fazer uso da guerra, a política evita todas as conclusões rigorosas procedentes da natureza da guerra, pouco se esforça sobre possibilidades últimas, e se preocupa somente com as probabilidades imediatas. Embora isso introduza um alto

grau de incerteza em todo o assunto, transformando-o em uma espécie de jogo, cada governante é confiante que ele pode ser melhor que seu oponente em técnica e argúcia” (CLAUSEWITZ, 1984: 606, tradução nossa).

Essa maneira de expor o seu argumento – aquele de conceber a natureza da guerra de forma abstrata, separada da realidade, como parte isolada - liga-se, em parte ao raciocínio montesquiano referido no capítulo 1 da tese. Em outras palavras, trata-se daquilo que referimos como “verdade abstrata que exprime as relações necessárias que resultam da natureza das coisas”.

Tal configuração da guerra tem a conclusão clausewitziana em termos categóricos, pelo menos em um primeiro momento. Assim ele escreve, pouco antes da passagem em que refere sobre o fato das forças que impulsionam, circunscrevem e moderam a guerra não serem parte propriamente dela: “É assim que a questão deve ser vista” (CLAUSEWITZ, 1984: 76, tradução nossa).

Uma outra passagem reforça o raciocínio explicado sobre a natureza da guerra compreendida de modo separado:

“Nós podemos assim dizer somente que os fins que um beligerante adota, e os recursos que ele emprega, têm que ser guiados pelas características particulares de sua própria posição; mas eles também se adequarão ao espírito da época e ao seu caráter geral. Finalmente, eles devem sempre ser guiados pelas conclusões gerais a serem separados da natureza própria da guerra” (CLAUSEWITZ, 1984: 594, tradução nossa).

Tal assertiva diz respeito também ao aspecto mais específico da guerra: a violência. Podemos pecar pela repetição, mas é preciso demonstrar e enfatizar. A especificidade, a natureza própria da guerra está na violência e não no extremo. A política ascende ao extremo, a um ápice de natureza abstrata também, mas o resultado disso pode ser distinto, o que evidencia uma diferença entre guerra e política. Mas a violência não acompanha necessariamente a política no extremo lógico no que se refere ao efeito produzido. ***A política, no extremo lógico, no seu tipo absoluto, pode ou não ser identificada com a violência na sua manifestação ou descarga total e única.*** A política absoluta, em uma de suas definições possíveis – aquela que acompanha a guerra absoluta – é a consecução final, inapelável do poder do vencedor sobre o perdedor da guerra, ou seja, um ato de poder com características muito próprias, digno do caráter de uma “fantasia lógica” ou de um “absurdo lógico”, para nos valermos de expressões clausewitzianas. É por isso que a política se faz presente também na guerra absoluta. Uma lógica política, referente ao poder, portanto, se faz presente nesse

sentido filosófico, alheio à realidade. Optamos por defender tal posição, citando novamente um trecho de Clausewitz, ainda que isso venha a ser redundante. A passagem que nos serve é aquela em que ele inicia o parágrafo 11 do capítulo 1 do Livro I, intitulado ‘O objetivo político vem agora à discussão novamente’:

“Um assunto que nós consideramos por fim no Parágrafo 2 [cujo título é ‘Definição’] agora nos pressiona novamente, claramente o *objetivo político da guerra*. Até esse momento ele foi encoberto pela lei dos extremos, a vontade de derrotar o inimigo e desarmá-lo” (CLAUSEWITZ, 1984: 80, tradução nossa, grifos no original).

O trecho reproduzido acima é muito procedente em relação à passagem que refere a guerra como separada da política e demais elementos que mencionamos. Ele reforça nosso entendimento de que somente em termos de um raciocínio que contempla a parte, pode a guerra estar separada da política e outros aspectos.

Por outro lado, a outra possibilidade da política absoluta aponta para a revolução. Nesse ponto, o auge da política não significou sua transformação ou continuação por meio de uma guerra. Nesse caso, a política se configurou como uma outra ação política forte - no seu ápice de intensidade, paixões, hostilidades, consciência do afastamento de concepções de mundo excludentes - que não envolve o conflito violento entre dois Estados, mas pode envolver o conflito violento entre outros sujeitos da ação. O que evidencia a diferença é que tal possibilidade é concreta, real, diferentemente da maneira como Clausewitz conceitua a guerra absoluta.

Como uma primeira conclusão parcial, ***podemos entender que a guerra e a política envolvem necessariamente sujeitos da ação distintos, ainda que a política englobe todos os tipos de sujeito possíveis:***

Guerra	Política
Envolve somente Estados.	Envolve diversos sujeitos da ação: indivíduos, Estados, segmentos sociais, partidos, frações de classes sociais, etc..

Uma segunda conclusão pontual aponta para ***a diferenciação de uma das possibilidades de entendimento da política e da guerra em suas respectivas feições absolutas:***

Guerra Absoluta

Auge, ápice como descarga única, decisiva, final e inapelável da violência na sua maior e extrema intensidade, concebível somente no sentido filosófico, abstrato, das idéias. “Absurdo lógico”. “Fantasia lógica”. Envolve somente Estados.

Política Absoluta

Um dos seus significados é o auge, ápice da política como ação revolucionária concreta, real. Sua manifestação não é inapelável. Ao contrário, é apenas parte do processo de disputa pelo poder. Envolve diferentes sujeitos da ação que não sejam Estados.

Outro ponto conclusivo relevante, na perspectiva em pauta, diz respeito *à diferença do meio empregado na política e na guerra*:

Guerra

O meio é necessariamente violento e envolve o derramamento de sangue.

Política

O meio não é necessariamente violento e não requer obrigatoriamente o derramamento de sangue, tanto nas ações políticas fracas quanto nas ações políticas fortes.

Por último, mas não menos importante, concluímos que, ainda que se possa conceber a essência da guerra tomando como suas partes isoladas a violência e a política, não há como se desvencilhar da perspectiva do poder. Mesmo que tomemos em conta a manifestação mais extremada de violência e a entendamos à parte, se faz ainda presente a política, por mais difícil e absurdo que isso seja do ponto de vista lógico, conforme menção do próprio Clausewitz. A manifestação da violência como ato de poder, em que se submeteu a outro, é dado incontestável.

Nesse caso, referimo-nos à política absoluta no sentido de uma ação em que não há nenhuma possibilidade ou probabilidade que não seja a total vitória do vencedor e a integral e completamente irreversível ruína do perdedor. Tal cenário, abstrato e que revelaria a essência jamais realizada dessa perspectiva da política, compreendida como política absoluta, se opõe àquela importante idéia que compõe a definição da política recorrente de Clausewitz e até mesmo a de Jouvenel: a do constante conflito. Comparando-a com os dois autores, tal

perspectiva da política absoluta (conjugada à guerra e violência absolutas) exclui dois aspectos bastante tratados na tese: a complexidade e as múltiplas probabilidades concernentes à manifestação real das ações políticas como um todo.

No raciocínio clausewitziano, tudo acontece como se o entendimento da violência como essência da guerra fosse alienado, à parte das questões de poder somente para fins lógicos, abstratos, quando sabemos que não se pode entender de tal forma.

Assim, podemos resumir dois aspectos como diferenciais, a violência e as probabilidades no que toca à política e à guerra reais e à política e à guerra absolutas:

Guerra e Política Reais

Abertas ao campo das probabilidades e de toda a complexidade da realidade. A manifestação da violência encontra limites em função de diversos elementos de tal realidade. A violência no extremo é substituída pelo julgamento da realidade e pela adequação do esforço por ela demandado tendo o oponente e suas características como referência. O esforço e ação também são ajustados em função das leis de probabilidades.

Guerra e Política Absolutas

Não se sujeitam às probabilidades. O único cenário possível, como abstração e absurdo lógicos, é de uma manifestação extrema da violência e de uma total vitória do lado ganhador e de uma definitiva derrota do oponente vencido. Um oponente busca superar o outro na intensidade da violência aplicada em suas respectivas interações, de modo a não haver limites a tal intensidade. Tal é o entendimento da lei dos extremos.

Feitas tais considerações sobre a natureza e a essência da guerra e da política, busquemos continuar a abordagem da gramática da guerra a partir do combate, do engajamento, da decisão pelas armas e do conflito, traços distintivos da guerra em relação à política.

3.2. A lei suprema de decisão pelas armas, o combate, o engajamento e o conflito

Todos esse pontos sobre os quais pretendemos escrever têm ponto distintivo que caracteriza a gramática da guerra, conforme já abordamos: a violência. É preciso enfatizar e esclarecer: não é a ascensão ao extremo que distingue guerra e política e sim a violência. Tal é o ponto também no que concerne à lei suprema de decisão pelas armas, o combate e o

engajamento, por parte da guerra e o conflito, por parte da política. Vejamos suas respectivas definições.

Tal passagem é distintiva em relação à definição do combate e do engajamento:

“O combate na guerra não é uma contestação entre indivíduos. Ele é um todo feito de muitas partes, e nesse todo dois elementos podem ser distintos, um determinado pelo sujeito, o outro pelo objetivo. A massa de combatentes em um exército forma infinitamente elementos enérgicos, que eles próprios são partes de uma estrutura maior. A atividade de luta de cada uma dessas partes constitui um elemento mais ou menos claramente definido. Além disso, o próprio combate é um elemento da guerra concebido em função de seu maior propósito, pelo seu *objetivo*.

Cada um desses elementos que se torna distinto no curso da luta é chamado de *engajamento*.

Se a idéia de luta sublinha cada uso das forças oponentes, então seu emprego quer dizer simplesmente o planejamento e organização de uma série de engajamentos.

O todo da atividade militar deve portanto relacionar-se diretamente ou indiretamente com o engajamento. O fim pelo qual um soldado é recrutado, vestido, armado e treinado, o objeto todo de seu ato de dormir, comer, beber, e marchar *é simplesmente que ele deveria lutar no lugar certo e no momento certo*” (CLAUSEWITZ, 1984: 95, tradução nossa, grifos no original).

Portanto, o engajamento não é exatamente um conflito ou duelo entre indivíduos, para recordar a metáfora clausewitziana sobre a guerra. Diz respeito ao conjunto de operações para o propósito da guerra, no qual o combate é incluído. O engajamento diz respeito especificamente ao todo da atividade que opõe duas organizações, no caso, dois exércitos. É possível observar algo um pouco distinto, portanto, ao conflito, à oposição entre dois sujeitos de ação em uma dada ação política na luta pelo poder. Mesmo que o engajamento possa, em perspectiva mais ampla, ser englobado pelo conflito, ele diz respeito àquilo que caracteriza uma organização de cunho militar.

O que mais distingue a guerra da política, na oposição que temos em pauta, se refere a um aspecto que, de certo modo, relaciona a guerra com a possibilidade de ascensão aos extremos. Trata-se da lei de decisão pela violência das armas. Encontramos uma passagem longa, mas significativa que a define muito bem:

“Nossa discussão mostrou que, enquanto na guerra muitos caminhos diferentes podem levar ao seu propósito, para a consecução do objetivo político, a luta

é o único meio possível. Tudo é governado por uma lei suprema, a *decisão pela violência das armas*. Se o oponente busca de fato a batalha, esse recurso nunca lhe pode ser negado. Um comandante que prefere uma outra estratégia deve primeiro estar certo de que seu oponente tanto não apelará a esse tribunal supremo – a violência – ou que ele perderá o veredito se ele o fizer. Para concluir: de todos os possíveis objetivos na guerra, a destruição das forças armadas do inimigo sempre aparece como o maior de todos.

Em um estágio posterior e por graus, nós deveremos ver quais outros tipos de estratégias podem ser executadas na guerra. Tudo o que nós precisamos fazer para o momento é admitir a *possibilidade geral de sua existência*, a possibilidade de desviar do conceito básico de guerra sob a pressão de circunstâncias especiais. Mas mesmo neste ponto não devemos falhar em enfatizar que a *resolução violenta da crise*, o desejo de aniquilar as forças do inimigo, é o filho primogênito da guerra. Se os objetivos políticos são pequenos, os motivos fracos e as tensões baixas, um general prudente pode olhar para qualquer caminho para evitar crises maiores e ações decisivas, explorar quaisquer fraquezas na estratégia militar e política do oponente, e finalmente alcançar um acordo pacífico. Se suas pretensões são confiáveis e prometem sucesso não estamos autorizados a criticá-lo. Mas ele nunca deve esquecer que está movendo-se em caminhos deviantes onde o deus da guerra pode pegá-lo desprevenido. Ele deve sempre manter seu oponente à vista de modo que ele não o aborde com uma ponta ornamental, se ele empunhar uma espada afiada.

Essas conclusões referentes à natureza da guerra e à função de seus propósitos e fins; a maneira na qual a guerra na prática desvia em graus variantes de seu conceito básico, rigoroso, tomando esta forma ou aquela, mas sempre permanecendo sujeita àquele conceito básico, como a uma lei suprema; todos esses pontos devem ser mantidos em mente em nossas análises subseqüentes se nós percebermos as reais conexões entre todos os aspectos da guerra, e o verdadeiro significado de cada; e se nós desejarmos evitar constantemente cair nas maiores inconsistências com a realidade e mesmo com nossos próprios argumentos” (CLAUSEWITZ, 1984: 99, tradução nossa e grifos do autor).

A violência e a busca da destruição do total do inimigo estão associadas à natureza e ao conceito básico e rigoroso da guerra e à sua lei suprema. A violência, como meio para a aniquilação das forças do oponente, é referida como o tribunal supremo que emite um veredito. A violência também é o filho primogênito da guerra e é, de certo modo, ligada ao deus da guerra. Os graus, caminhos e escolhas deviantes em relação à natureza da guerra,

violenta e brutal por excelência, devem ser vistos com muita cautela. Todos esses argumentos e essas ricas e belas metáforas nos levam novamente ao tema já conhecido referente à gramática da guerra: a maior propensão da natureza da guerra à violência, principalmente no que se refere à sua maior e extrema intensidade.

Podemos apontar como conclusão parcial desse item para **uma diferenciação entre política e guerra sobre a natureza da oposição, da luta sobre a qual os dois conceitos versam:**

Guerra

Os aspectos gerais da luta entre sujeitos da ação, que são somente exércitos de Estados, dizem respeito aos combates e demais outros elementos direta e indiretamente ligados à manifestação concreta da guerra, ou seja, os engajamentos. O conflito, a luta na guerra sempre deverá levar em conta a violência e a aniquilação das forças do inimigo. Afinal, sua lei suprema é aquela da decisão pela violência das armas.

Política

O conflito entre os mais diferentes sujeitos da ação não passa necessariamente pelo recurso aos meios violentos. A natureza da luta, do conflito, dependerá da interação, do modo como os oponentes ditam sua lei um ao outro. Trata-se de uma disputa por poder de natureza pacífica ou não.

Quando referimos no início da tese que a reflexão envolvendo lógica e gramática da guerra envolvia uma tensão não muito bem resolvida por Clausewitz, referíamos, entre outras coisas, à discussão posta acima sobre a violência e a política como partes separadas, antes de se pensar o todo. Em muitas passagens em que discute a definição mais ampla de guerra, Clausewitz oscila entre a guerra real e a guerra absoluta, sugerindo de diferentes maneiras que a segunda é perfeita, sem anomalias e mais identificada com a natureza do conceito em pauta. Teriam sido autenticamente guerras somente aquelas próximas do absoluto ou as definições que convergissem para esse tipo? Afinal, ele entende a guerra mais em consonância com a lógica política ou com a gramática, identificada com a violência? Passemos às considerações finais.

Considerações Finais

Buscamos mostrar na maior parte da tese que a lógica da guerra está ligada à política, indissociável em relação às ações guerreiras quanto aos seus objetivos e fim. Sendo a própria guerra parte, continuação da política com o acréscimo da violência levada a cabo por Estados e suas respectivas organizações, seus exércitos, mostrou-se razoável compreender a lógica aqui referida na medida em que tanto a guerra quanto a política possuem entendimentos que se aplicam uma à outra. Continua tal linha o entendimento de que a guerra é sempre uma ação política forte e, como tal, vários aspectos da guerra servem a tal ação política. O inverso também é verdadeiro. Estende-se o entendimento para as ações políticas fracas também em determinados casos. Todos esses argumentos resumidos passaram, em alguma medida, pelos argumentos de Bertrand de Jouvenel – no que refere à definição da política em geral e das diferentes ações políticas –, Maquiavel (no tocante às definições mais fundamentais do caráter autônomo da política em relação à ética), dentre outros, nos vários elementos que permitem uma conexão entre a guerra definida por Clausewitz nos seus traços mais relacionados à política. Em resumo, está em discussão na lógica da guerra e seu caráter político, a luta por poder e a maneira como um busca impor a outro sua vontade.

Uma linha menos desenvolvida buscou mostrar como a guerra tem a sua própria gramática, na medida em que seu elemento próprio, diferenciador e essencial por excelência, a violência, constitui predominantemente a natureza da guerra. Assim, tudo que se identifica de alguma maneira com a violência em sua manifestação extrema tem maior afinidade com a essência da guerra. Nessa mesma linha de raciocínio, a guerra que ascende ou se aproxima da violência extremada está mais próxima de sua essência. Ainda que, conforme Clausewitz pensar a guerra somente em função da violência seja um verdadeiro absurdo lógico, seu raciocínio contempla analisar a natureza primeiro na parte ou partes e depois no todo, o que incluiria também a política. Um dos problemas de tal raciocínio, além de ser teórico, diz respeito à separação da guerra com a política, algo que o próprio Clausewitz não existir nem mesmo na guerra de tipo teórico ou absoluto.

Tais linhas evidenciam uma tensão no argumento de Clausewitz. A definição clausewitziana de guerra oscila de modo contundente entre o que definimos como lógica e gramática da guerra. Não é possível afirmar com certeza com qual delas a guerra se identifica mais. Estamos nos referindo a duas possibilidades de definição de tal fenômeno. Uma diz respeito àquele entendimento no qual ela se inclinaria mais para a violência e, por conseguinte, à guerra absoluta. A outra definição tenderia à política, identificando-a com a

guerra real e todo tipo de constrangimento colocado pela realidade na história que limitaria a manifestação de sua violência plena. Nem mesmo o caráter basilar, de revisão definitiva assumida pelo próprio Clausewitz, por trás do capítulo 1 do Livro I, nos permite resolver tal ambigüidade. A obra de Clausewitz permanece aberta, inacabada em face de seu desaparecimento pouco depois da revisão mencionada e por ele considerada pronta na parte em questão de seu tratado. Acima de tudo, a dificuldade posta por tal tensão refere à impossibilidade de dissociarmos o entendimento da guerra da política e da violência. A análise prossegue aberta a possibilidades a partir das próprias formulações clausewitzianas, acima de tudo na manifestação concreta, específica e histórica da guerra, referente ao peso de cada um desses pontos.

Efetuada tais constatações, penso que seriam válidas as proposições de outros temas de investigação e reflexão sobre Clausewitz. Ressalvo para todas que elas fogem ao escopo do presente trabalho. Além disso, chamo a atenção para a impossibilidade de afirmar a acuracidade e validade das temáticas levantadas de antemão. São problemas que desdobrariam em outras teses inteiras e demandariam não somente um estudo mais amplo e aprofundado do conjunto da obra de Clausewitz, como também da língua alemã e do aprofundamento da leitura, estudo e entendimento de outros autores que nos possam entender não somente as fontes, a gênese, as transformações das formulações clausewitzianas como um todo, como também seus desdobramentos e influências posteriores.

A título de exemplo, o professor da Universidade de Tel Aviv, Azar Gat (GAT, 2001: 230), sugere em seu livro que, em um detalhe, a tradução de **Da Guerra** do alemão para o inglês de Michael Howard e Peter Paret – versão que adotamos para efetuar a nossa leitura, que é reputada como a melhor em língua inglesa - talvez possa conter uma imprecisão que prejudique o entendimento do capítulo 1 do Livro I. Gat sugere que Clausewitz usou a palavra alemã “*extrem*” (‘extremo’) nos escritos de 1805. Todavia, não o fez no primeiro capítulo de seu tratado. A magnificação da guerra seria expressada pelo termo *Äusserst*.

Um tema que é recorrente nos comentadores e estudiosos de Clausewitz é a sua dialética. Uns sustentam que é própria e não pode ser identificada com a dialética de Hegel. Outros apontam semelhanças e aproximações com o filósofo alemão. Há ainda aqueles que argumentam a improcedência de tal tema, questionando se Clausewitz em algum momento efetivamente tratou explicitamente de seu raciocínio como dialético, ainda que de uma maneira própria, sem uma filiação intelectual mais explícita.

Isso nos leva a outro tema controverso. Qual o grau da influência e filiação intelectual, se é que elas existem, das idéias clausewitzianas com as formulações de Kant, Hegel e Fichte?

Ou Clausewitz poderia ser entendido categoricamente como autor que se valeu de alguns pontos de formulações filosóficas de sua época para formar um pensamento próprio, mas, no essencial, distinto em relação aos filósofos mencionados?

Aproveitando tal ensejo, qual seria o efetivo e mais preciso grau de influência de Maquiavel sobre Clausewitz? Em que pese saibamos as diferenças contundentes de raciocínio e respectivas matrizes teóricas, metodológicas e epistemológicas entre ambos, qual a possibilidade de que a *Virtù* e a *Fortuna* tenham ecoado sobre sua concepção de gênio militar e seu entendimento do acaso, azar, sorte e probabilidades no curso da guerra?

Tais perguntas demandariam muito tempo e estudo. O mesmo pode ser dito sobre as leituras que se fizeram de Clausewitz, além de suas influências e os problemas que daí podem ser derivados. Nesse sentido é muito feliz a lembrança de uma comentário de Lenin, retomado por Camille Rougeron. Trata-se de uma passagem ressaltando a importância de Clausewitz como um dos mais importantes escritores, historiadores e filósofos da guerra, cujas idéias tornaram-se o bem incontestável de todo pensador (ROUGERON, 1955: 18).

Aproveitando o ensejo de citar Lenin, as leituras de Clausewitz por Marx e Engels e a repercussão disso no marxismo já seria um objeto de estudo incomensurável. Um ponto específico que me chama a atenção é exatamente o fato do líder revolucionário russo de 1917 ter sido seu leitor e usar os termos tática e estratégia em sentido idêntico ao general alemão. Pelo menos é o que parece em primeiro momento. Se mostramos que metodologicamente e conceitualmente há pontos da guerra válidos para a política e um paralelismo entre a guerra e a política. Assim, quando se ascende aos extremos, a guerra encontra seu absoluto na violência – ainda que em termos abstratos - e a política, ao ir em direção à extremidade lógica, pode concretizar uma revolução. Nesse contexto, a produção de Lenin seria interessante objeto de análise.

Ainda no campo da filiação marxista, não poderíamos esquecer Gramsci, leitor de militares que leram Clausewitz e que pensa a política também a partir da guerra. Penso que seria relevante investigar as especificidades e pontos em comum entre o comunista italiano e o general prussiano, ainda que abordemos tal perspectiva na condicional..

Penso que também não seria menos relevante verificar a adequação entre a validade da guerra para a política no que concerne ao pensamento de Carl Schmitt. O jurista contemporâneo alemão chega a citá-lo superficialmente para justificar sua definição de tensão especificamente política centrada na distinção amigo-inimigo. Caberia um exame mais acurado para justificar ou não tal aproximação.

No que se refere especificamente à guerra, muito poderia ser investigado e refletido. Se a guerra é um camaleão, inúmeros outros temas da atualidade poderiam ser investigados à luz das proposições clausewitzianas. Penso que a superioridade da defesa sobre o ataque poderia ser estudada e cotejada com outras perspectivas, nunca esquecendo que Clausewitz teve em mente a experiência da campanha russa de 1812, que confirmou, em princípio, tal tese.

Uma certeza incontestável refere ao caráter prolífico das formulações clausewitzianas sobre a política e a guerra. Por mais que ele tenha debruçado sobremaneira sobre o fenômeno guerreiro, suas breves análises, intuições e formulações em toda a sua obra sobre a política e a sociedade chamam a atenção e instigam a curiosidade e a investigação, como a seguinte com a qual finalizo esse trabalho (*apud* PARET, 1985: 3, tradução nossa): “embora por muitos séculos elas possam existir e funcionar, até mesmo as mais sublimes criações da sociedade carregam em si mesmas o elemento de sua própria destruição”.

Referências Bibliográficas

a) Livros e textos de Clausewitz

CLAUSEWITZ, Carl von: **A campanha de 1812 na Rússia**, tradução de Lúcia Leal Ferreira, São Paulo: Martins Fontes, 1994, 225 pp., Clássicos.

_____: **De La Guerre**, tradução de Denise Naville, Paris: Les Editions de Minuit, 1955, 755 pp..

_____: **Da Guerra**, tradução de Maria Teresa Ramos, 1.a ed., São Paulo: Martins Fontes, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, 787 pp., Série Pensamento Político.

_____: **On War**, tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984, 732 pp..

_____: **Principles of War**, tradução e edição de Hans W. Gatzke, The Military Service Publishing Company, 1942. Disponível em <<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/PrincWar/Princwr1.htm>>, acesso em 3 de abr. 2002.

_____: **Two letters on strategy**, edição e tradução de Peter Paret e Daniel Moran, Combat Institute Studies Report, 1984, Combined Arms Research Library, U.S. Army Command & General Staff College, Fort Leavenworth (Kansas). Disponível em <<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/TwoLetters/Twoletters.html>>, acesso em 5 de nov. 2004.

_____: **Vom Kriege**, Stuttgart: Philipp Reclam, 2002, 423 pp. Universal-Bibliothek.

b) Livros e teses

ARON, Raymond: **As etapas do pensamento sociológico**, tradução de Sérgio Bath, revisão da tradução de Áureo Pereira de Araújo, 4.a ed., São Paulo, Martins Fontes, 1993, 544 pp., Coleção Ensino Superior.

_____: **Estudos Políticos**, tradução de Sérgio Bath, 2.a ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, 562 pp., Série Pensamento Político.

_____: **Paz e Guerra entre as Nações**, tradução de Sérgio Bath, 2.a ed., Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986a, 928 pp., Série Pensamento Político.

_____: **Pensar a Guerra, Clausewitz**: a era européia, tradução de Elisabeth Maria Speller Trajano, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986b, 415 pp., Série Pensamento Político.

_____: **Pensar a Guerra, Clausewitz**: a era planetária, tradução de Elisabeth Maria Speller Trajano, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986c, 322 pp., Série Pensamento Político.

BOUTHOU, Gaston: **Traité de Polémologie** – Sociologie des guerres, Paris: Payot, 1970, 560 pp., Bibliothèque Scientifique.

BRODIE, Bernard: **War and politics**, New York: MacMillan, 1973, 514 pp..

BROWN, Michael E., **COTÉ, JR.**, Owen R., **LYNN-JONES**, Sean M., **MILLER**, Steven E. (editors): **Theories of war and peace**, Cambridge (Massachusetts): The Massachusetts Institute of Technology Press, 2001, 566 pp., International Security Reader.

COSTA, Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz: **Clausewitz, o balanço ataque-defesa e a teoria das relações internacionais**, Rio de Janeiro: março de 2002, mimeo. Originalmente apresentada como tese de Doutorado, Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CREVELD, Martin van: **Ascensão e declínio do Estado**, tradução de Jussara Simões, São Paulo: Martins Fontes, 2004, 632 pp., Coleção Justiça e Direito.

_____: **The transformation of war**, New York: The Free Press, 1991, 254 pp..

EARLE, Edward Mead: **Creadores de la estrategia moderna** – el pensamiento militar desde Maquiavelo a Hitler, editado com a colaboração de Gordon A. Craig e Felix Gilbert, Montevideo: Centro Militar, República Oriental del Uruguay, 1952, tomo I, 457 pp., tomo 2, 369 pp., volumes 6 e 7 da Biblioteca General Artigas.

FERREIRA, Oliveiros S.: **A crise da política externa: Autonomia ou subordinação?**, Seleção e organização de Reginaldo Mattar Nasser, Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____: **Forças Armadas, para quê?**, São Paulo: GRD, 1988.

_____: **Os quarenta e cinco cavaleiros húngaros**: uma leitura dos cadernos de Antonio Gramsci, Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Hucitec, 1986, 352 pp.

GALLIE, W. B.: Os Filósofos da paz e da guerra: Kant, Clausewitz, Marx, Engels e Tolstoi, tradução de Silvia Rangel, Rio de Janeiro: Artenova, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979, 140 pp..

GAT, Azar: A history of military thought – from the enlightenment to the cold war, New York: Oxford University Press, 2001, 890 pp..

HANDEL, Michael I. (ed.): Clausewitz and Modern Strategy, London: Frank Cass, 1989, 324 pp..

HOBBSBAWN, Eric: A Era das Revoluções, tradução de Maria Lopes Teixeira e Marcos Penchel, 9.a ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996, 366 pp..

HOWARD, Michael: Clausewitz, Oxford: Oxford University Press, 1997, 79 pp., Past Masters.

JOUVENEL, Bertrand de: De la politique pure, tradução de Gabrielle Rolin, Guy Berger, Jean-Claude Casanova, Claude Fouquet, Pierre Hassner, François Hetman e Maurice Hoy, Paris: Calmann-Lévy, 1963, 308 pp., Collection “Liberté de L’Esprit”.

KEEGAN, John: Uma história da guerra, tradução de Pedro Maia Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 442 pp..

LIDDELL HART, Basil Henry: Strategy, New York: Meridian, 1997, 426 pp..

MAQUIAVEL, Nicolau: A Arte da Guerra. A vida de Castruccio Castracani. Belfagor, o Arquidiabo. O Príncipe, tradução de Sérgio Bath, 3.a ed., Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1987, 131 pp., Série Pensamento Político.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat: Do Espírito das Leis, tradução de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues, São Paulo: Abril Cultural, 1979, 539 pp., Coleção “Os Pensadores”.

PARET, Peter: Clausewitz and the State – the man, his theories, and his times, Princeton: Princeton University Press, 1985, 467 pp..

_____. (ed.): **Makers of Modern Strategy – from Machiavelli to Nuclear Age**, editado com a colaboração de Gordon A. Craig e Felix Gilbert, Princeton: Princeton University Press, 1986, 939 pp., Princeton Paperbacks.

PROENÇA ET ALII, Domício: **Guia de Estudos de Estratégia**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, 186 pp..

WEBER, Max: **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, volume 2, 584 pp..

c) Artigos e textos avulsos

ARANTES, Paulo Eduardo: **Notícias de uma guerra cosmopolita**, In: **Sexta Feira**, n.o 7, São Paulo, Editora 34, março de 2003. pp.B26-BB41.

BASSFORD, Christopher: **Clausewitz and his works**, 1992. Disponível em <<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/CWZSUMM/CWORKHOL.htm>>, acesso em 17 jan 2005.

_____ : **John Keegan and the great tradition of trashing Clausewitz**, In: **War and History**, volume 1, n.o 3 (November 1994). Disponível em: <<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/Keegan/KEEGWHO1.htm>>. Acesso em 30 mar. 2002.

BRODIE, Bernard: **A Guide to the Reading of *On War*, The Influence of Clausewitz** In: **CLAUSEWITZ**, Carl von: **On War**, tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984a, 732 pp., pp. 641-711.

_____ : **The Continuing Relevance of *On War*** In: **CLAUSEWITZ**, Carl von: **On War**, tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984b, 732 pp., pp. 45-58.

ECHEVARRIA II, Antulio J.: **Clausewitz's center of gravity: changing our warfighting doctrine – again!**, Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, Carlisle. Disponível em <<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/ECHEVAR/gravity.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2005.

FERREIRA, Oliveiros: **Clausewitz e a política**, In: **Lua Nova**, n.o 34, 1994, pp. 27-35.

HOWARD, Michael: **What's in a Name? How to Fight Terrorism**. In: **Foreign Affairs**, volume 81, n.o 2, January/February 2002, pp. 8-13.

_____: **The Influence of Clausewitz**, In: **CLAUSEWITZ**, Carl von: **On War**, tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984, 732 pp., pp. 27-44

NAVILLE, Pierre: **Carl von Clausewitz et la théorie de la guerre** In: **CLAUSEWITZ**, Carl von: **De La Guerre**, Paris: tradução de Denise Naville, Les Editions de Minuit, 1955, 755 pp., pp. 19-37.

PARET, Peter: **Clausewitz and the Nineteenth Century** In: **HOWARD**, Michael (ed.): **The Theory and Practice of War**, Bloomington: Indiana University Press, 1975, 374 pp., pp. 21-41.

_____: **The Genesis of *On War*** In: **CLAUSEWITZ**, Carl von: **On War**, tradução de Michael Howard e Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1984, 732 pp., pp. 3-25.

PEREYRA, Rodolfo: **Clausewitz e a Guerra das Falkland/Malvinas** In **Air & Space Power Journal**, versão em português, 2.o trimestre/2005, pp. 48-58.

RAPOPORT, Anatol: **Introduction**, In: **CLAUSEWITZ**, Carl von: **On War**, tradução de J. J. Graham, London: Penguin Books, 1968, 461 pp., Penguin Classics, pp. 11-80.

RICUPERO, Rubens: **A guerra errada**, In: **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, 21 mar. 2004, p. B2.

ROUGERON, Camille: **Actualité de Clausewitz** In: **CLAUSEWITZ**, Carl von: **De La Guerre**, Paris: tradução de Denise Naville, Les Editions de Minuit, 1955, 755 pp., pp 7-18.

WATTS, Barry D.: **Clausewitzian Friction and Future War**, Revised Edition, Washington, D. C., Institute for National Estrategic Studies, National Defense University, 2004, 123 pp., Mcnair Paper 68.

d) Dicionários e obras de referência

BASSFORD, Christopher: **Word Index to Carl von Clausewitz's *on War* as translated by Michael Howard and Peter Paret, Princeton: Princeton University Press, 1976/84, 1998.**

Disponível em <<http://www.clausewitz.com/CWZHOME/wordndy.htm>>. Acesso em 14 ago. 2002

HOUAISS, Antonio e **VILLAR**, Mauro de Salles: **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, 2921 pp..

LEI. In: **DICIONÁRIO** da língua portuguesa. Lisboa: Priberam informática, 2005. Disponível em <<http://www.priberam.pt/dlpo>>. Acesso em 27 jul. 2005.